

**AS MALHAS DO PODER: uma análise da
elite de Juiz de Fora na segunda metade do
século XIX**

(Versão Revisada)

PATRÍCIA FALCO GENOVEZ

Clio edições eletrônicas
Juiz de Fora
2002

FICHA CATALOGRÁFICA

Diretora da Editora: Profa Vanda Arantes do Vale

GENOVEZ, Falco Patrícia.

As Malhas do Poder : uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002. 107p.

ISBN

CDD:

Clioedel

- Clio Edições Eletrônicas -

**Projeto virtual do Departamento de História
e Arquivo Histórico da UFJF**

E-mail: <clioedel@ichl.ufjf.br>

<http://www.clionet.ufjf.br/clioedel>

Endereço para correspondência:

Departamento de História da UFJF

ICHL - Campus Universitário

Juiz de Fora - MG - Brasil

CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750 Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira

AGRADECIMENTOS

É impossível agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Principalmente, se considerarmos todo o incentivo obtido desde o momento preparatório para a seleção do Mestrado da Universidade Federal Fluminense e os parentes que me acolheram em Niterói.

Foi preciso consultar muitas bibliotecas e arquivos para a realização desta pesquisa. Nesse sentido gostaria de agradecer à funcionária da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Heliane Casarim; aos funcionários do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora, do Arquivo do Museu Mariano Procópio e do Arquivo do Primeiro Ofício Cível, sob custódia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Um especial agradecimento ao escritor, jornalista, compositor e grande conhecedor da história de Juiz de Fora, senhor Dormevilly Nóbrega, que colocou à minha disposição seu arquivo e biblioteca.

Destaco a colaboração das amigas Mônica Ribeiro de Oliveira, Maraliz V. de C. Christo e Sonia Maria de Souza pelas críticas sempre positivas e incentivadoras e dos amigos Marco Antônio Sagioro Leal e André Gondim Simão na confecção dos gráficos. E, não poderia deixar de agradecer aos companheiros do Núcleo de História Regional pelo espaço proporcionado às discussões e debates referentes a minha pesquisa.

Agradeço a minha família pela paciência e compreensão diante dos momentos difíceis que acompanham o processo do Mestrado.

Um agradecimento especial à amiga Lila que muito me incentivou e me fez entrar no curso de História. Graças a ela descobri minha vocação para a pesquisa.

Gostaria de registrar meu agradecimento à Professora Maria de Fátima Gouvêa, pelo desprendimento com que me aceitou como sua orientanda, pelo “alto astral” com que sempre me recebeu, a disponibilidade, as críticas e incentivos que sempre colocou à minha

disposição. Meu respeito e admiração.

Importante registrar que esta pesquisa foi financiada pelo CNPq.

Finalmente, agradeço a Deus que esteve sempre presente me tornando cada vez mais forte diante dos obstáculos que surgiam.

RESUMO

Dissertação de Mestrado em História Social das Idéias que analisa a elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, tomando como referência básica a Câmara Municipal de Vereadores. No contexto do Brasil monárquico e de grande desenvolvimento cafeeiro, característico do Sul da Zona da Mata Mineira, procura-se destacar as relações entre segmentos da elite local através do cerimonial da viagens imperiais à cidade de Juiz de Fora. Sob este ponto de vista, compreender também as relações de poder existentes entre a região e o Estado Imperial.

ABSTRACT

A M.A. dissertation on Social History that looks into Juiz de Fora elite during second half of the nineteenth century. The study takes as its main spectrum for analysis the city Local Council (*Câmara Municipal de Vereadores*). Bearing in mind Brazil nineteenth century main feztures in the Zona da Mata Mineira region - the monarchical political system and the coffee boom -, the local elite is evaluated through the analysis of the ceremonial implemented during D. Pedro II several visits to the city. By doing so, the study tries to throw a light upon the particular way the region and the Imperial state were linked together at that time.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----06

PARTE I - O PODER VISTO PELA LUNETTA
DA POMPA -----08

I.1 - A Viagem enquanto forma de poder -----08

I.2 - O Castelo da inovação -----14

I.3 - Tecendo o poder: o Império na Cidade -----16

PARTE II - AS MALHAS DO PODER -----30

II.1 - Lista de convidados: prêmios e punições -----30

II.2 - A Câmara dos compadres: relações
familiares na Câmara Municipal de
Santo Antônio do Paraibuna -----44

II.2.a - Assunto de família -----46

II.3 - “A Festa na cidade do Parahybuna” -----62

II.3.a- Visitas e o beija-mão -----62

II.3.b- Um tecido social de tramas
Coloridas -----76

II.3.c-Zona Neutra: outros espaços de
sociabilidade -----86

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----91

ANEXOS -----92

FONTES -----102

BIBLIOGRAFIA -----104

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

TABELA 01 - Presença das principais famílias
locais na Câmara Municipal de
Juiz de Fora (1853-1889) -----133

TABELA 02 - Famílias que concorreram à vereança
de Juiz de Fora no período
de 1856-1889 -----138

TABELA 03 - Membros integrantes das
Comissões (1855-1889) -----158

TABELA 04 - Principais profissões dos vereadores
da Câmara Municipal de Juiz
de Fora (1853-1889) ----- 161

TABELA 05 - Conservadores e liberais na Câmara
Municipal de Juiz de Fora
(1853-1889) -----179

QUADRO 01 -----119

QUADRO 02 -----123

QUADRO 03 -----125

QUADRO 04 -----129

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 01-** Gráfico demonstrativo da presença das principais famílias que integraram a Câmara Municipal no período de 1853-1889 -----132
- GRÁFICO 02-** Gráfico demonstrativo das principais profissões dos vereadores que integraram a Câmara Municipal, em cada legislatura, no período de 1853-1889 ---164
- GRÁFICO 03-**Gráfico demonstrativo das principais profissões presentes nas legislaturas municipais ao longo do período de 1853 a 1889 -----166
- GRÁFICO 04-** Gráfico demonstrativo da presença de conservadores e liberais na Câmara Municipal no período de 1853 a 1889 -----178

ÍNDICE DE FOTOS E MAPA

- FOTO 01 -** Quinta do Senhor Ferreira Lage (1861) ----- 32
- FOTO 02 -** Família Imperial em Juiz de Fora as margens do Rio Paraibuna (1869) -----48
- FOTO 03 -** Inauguração do Fórum em Juiz de Fora (1878) -----50
- FOTO 04 -** Casa em que morou o Juiz de Fora -----116
- MAPA -** Município de Juiz de Fora (1938) -----93

INTRODUÇÃO

A idéia de trabalhar com as elites de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, surgiu ainda na Graduação. A constatação da inexistência de obras sobre o tema foi um dos fatores que serviram de incentivo à realização deste trabalho de pesquisa. A bibliografia existente sobre o assunto, apresentando uma tendência marcadamente tradicional nos levou a refletir sobre a necessidade de uma abordagem que retomasse a história política com uma nova perspectiva. Além disso, é grande a carência de trabalhos sobre política em Minas Gerais, principalmente no século XIX. Curiosamente, foi o contato com a história cultural que criou as condições fundamentais para a realização deste trabalho, ao abrir espaço para o estudo do cerimonial e, para uma nova abordagem em meio ao tradicionalismo que caracterizava os estudos em história política.

A partir do momento que iniciamos as pesquisas em arquivos e bibliotecas públicas e privadas tomamos contato com um fato até certo ponto recorrente na história oitocentista da cidade de Juiz de Fora: as várias viagens do Imperador D. Pedro II, seja para inaugurações ou simples passagens para o interior mineiro. Fato que continuou marcante na memória cultural dos juizforanos através do Museu Mariano Procópio, segundo museu do país em acervo e registros do Império, que guarda no mobiliário, nos objetos e nos jardins o orgulho da cidade, que recebeu por várias vezes, o Imperador do Brasil.

Um orgulho que avançou a República e fez com que o comerciante Henrique Surerus, em 1915, escolhesse a publicação de um relato da primeira viagem oficial à Juiz de Fora de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, para tornar público o nome de sua loja comercial através de anúncios no verso das páginas. Editado na forma de um pequeno livrinho a inauguração da Rodovia União e Indústria pode ser lembrada pelos mais velhos e conhecida pelos mais jovens na década de 20. Quando do centenário da inauguração, em 1961, houve a publicação

de uma biografia sobre o idealizador da Rodovia, Mariano Procópio Ferreira Lage, escrita por Wilson de Lima Bastos. E, ainda hoje, presenciamos a valorização de tal evento quando o jornal Tribuna de Minas resolve publicar fascículos compondo o volume “Museu Mariano Procópio”. Com farto material fotográfico vem, novamente, popularizar fatos ocorridos durante o Império, inclusive ressaltando a vinda imperial à cidade por algumas vezes.

Aliás, a história do Brasil imperial não tem ganho espaço apenas em Juiz de Fora. Basta recordar a recente exposição sobre D. Pedro II realizada no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, neste ano de 1996. A exposição dos 170 anos de D. Pedro II, escolhida para iniciar as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, trouxe a homenagem do círculo monárquico ao grande estadista brasileiro. Tema que, para os expositores, *merece ser sempre revisitado por sua atualidade*. O que não deixa de ser verdade se prestarmos atenção nos inúmeros *reis e rainhas* que elegemos na nossa história republicana e presidencialista, seja no carnaval, no esporte ou na música.

É justamente nesse ponto que nos chamou a atenção a possibilidade de realizar um estudo conciliando a história política com a suntuosidade bastante específica da Monarquia brasileira que, pelo visto, ainda encanta o brasileiro. É curioso perceber como o cerimonial do Império continua exercendo fascínio apesar da Monarquia não ser encarada como uma alternativa política viável para a atualidade. Assim como também é curioso o fato da figura do Imperador ser sempre lembrada com os signos da austeridade, da ética e da prosperidade. Signos que tentamos de todas as formas ver nos políticos e governantes atuais.

Os mesmos signos que os juizforanos tentam trazer à tona num momento de estagnação econômica em que várias são as referências do tempo áureo. Um tempo em que a cidade era considerada como um pólo comercial e trazia o progresso para a região. Signos que acabam se misturando com a vinda da Mercedes Benz para a cidade, num futuro

próximo, com promessas de desenvolvimento, de enriquecimento e de crescimento econômico: as mesmas promessas quando da implantação da Rodovia União e Indústria, da Escola Agrícola e da Estrada de Ferro, todas com a presença de D. Pedro II nas festividades de inauguração.

Sempre em trânsito, os signos culturais de ontem e de hoje podem se misturar, se confundir e serem redefinidos. Daí a importância de olhar para trás e compreender como tudo isso começou. Uma pequena contribuição da história apesar de reconhecer que o trânsito e as redefinições dos signos culturais não acontecem de forma linear. Tais redefinições ocorrem na medida em que são necessárias para complementar o contexto vivenciado pela sociedade juizforana. Na cidade de Juiz de Fora, antiga Santo Antônio do Paraibuna, a história que começamos a contar, na primeira parte da dissertação, tem início com a chegada do Imperador à cidade, na suntuosa casa construída especialmente para sua recepção e no cerimonial que tomou conta da cidade por cinco dias. Nesta primeira parte, podemos observar as relações de poder entre D. Pedro II, sua Corte, o Império e Juiz de Fora através da luneta da pompa, através do cerimonial.

Na segunda parte tratamos dos convidados para a festa de recepção do Imperador. É possível perceber, através da lista de presentes nas festividades, a quantas andava o relacionamento entre os *notáveis* locais. Além disso, tendo em vista que as elites são observadas a partir da Câmara Municipal de Vereadores, destacamos a importância das redes familiares no âmbito político do período imperial. Assim como nos foi possível também observar o relacionamento entre os governos imperial, provincial e municipal dando o devido peso ao poder local e sua importância no cotidiano da elite juizforana, seja através de instituições como a Câmara Municipal ou a Guarda Nacional, clubes e associações.

PARTE I : O PODER VISTO PELA LUNETTA DA POMPA

I.1) A VIAGEM ENQUANTO FORMA DE PODER

A multidão ocupava todos os arredores.

A comitiva imperial, atravessando por entre as alas assim formadas, chegou á quinta do sr. commendador Mariano Procopio Ferreira Lage, destinada para residencia de Suas Majestades e Altezas.

Á porta da casa foram as augustas pessôas recebidas com estrondosas aclamações, ao som do hynno nacional tocado pela excelente banda de musica da colonia, e por grande numero de cidadãos.

(...)

Suas Majestades e Altezas recolheram-se para descansar, e as pessôas de sua comitiva, assim como os convidados recém-chegados, procuraram orientar-se afim de acertarem quanto antes com os aposentos que lhes estavam destinados.

O paço imperial achava-se disposto e mobiliado com extremo bom gosto e elegancia, como tudo quanto foi feito pelo sr. commendador Ferreira Lage.

(...)

O que sobretudo não se pôde referir com precisão foi o transporte de que todos se possuíram, quando, dando apenas alguns instantes ás necessidades do “toilette”, acharam-se na presença da mais esplendida illuminação.

Tudo quanto a vista alcançava na extensa área que tentamos descrever, officinas, armazens, serraria,

olaria, moinho, toda sorte de numerosos edificios, telhados, muros, paço imperial, arcos, jardim, cerca, pontes, arbustos, lagos, ilhas, coreto, gruta, collina, castello, tudo emfim scintilava ao clarão de 5.000 luzes, lampeões chinezes e copos, delineando os contornos dos objetos illuminados; e tudo isto fôra acceso como por milagre, em um abrir e fechar d’olhos; tão bem dispostas estavam todas as cousas!

E como se não bastasse o que viamos, grandes fogueiras coroando as alturas circunvizinhas, o céu recamado de estrellas, uma noite tão serena que as folhas das arvores não se moviam, nem uma luz se apagava, os écos repetindo as lindas peças de musica tocadas pela excellente banda da colonia, e composta de instrumentistas que, dez mezes antes não conheciam as sete notas, eram outros tantos motivos de gozo.

O toque das trombetas percorrendo a estação, e annunciando que o jantar nos esperava, arrancou-nos a custo da contemplação do maravilhoso quadro que tinhamos diante dos olhos. ¹

Nossa tentativa de utilizar as viagens imperiais e boa parte do cerimonial que as envolviam se dá pela contribuição que tal objeto pode nos oferecer em termos de riqueza de significados. É através do cerimonial que o poder é representado e demonstra a repartição do mesmo. Especificamente numa sociedade do século XIX, não se pode negar o lugar ocupado pelo simbólico, como não se pode negar o valor das insígnias, dos

¹ **VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA** por ocasião de inaugurar-se a Estrada União e Indústria. p. 27, 29 e 30. O trecho transcrito, diz respeito à chegada da família imperial durante a primeira viagem oficial de D. Pedro II a cidade do Juiz de Fora, quando da inauguração da Rodovia União e Indústria, no ano de 1861.

títulos, dos ritos comuns à monarquia e do lugar, espacial e social, ocupado por cada integrante desta sociedade, como estratégias do poder reforçando ou dissimulando as diferenças.²

Assim, tomaremos como pressuposto que a construção da identidade nacional constituiu-se num projeto implementado pelo governo, que se tornou ainda mais necessário após a Independência, haja visto toda a retrospectiva de rebeliões do século XVIII e início do XIX. Todo o processo se deu com o intuito de concentrar nas mãos do Imperador os diversos interesses regionais submetidos aos interesses do café, fato que concretizou-se através da expansão da malha ferroviária e rodoviária.³

A Rodovia União e Indústria tornou-se, a nosso ver, a *ponte* que uniu os interesses do Império e os da região, no caso a região Sul da Zona da Mata Mineira. Uma *ponte* que, sob o aspecto realista do contexto no qual foi implantada, não refletiu a grandiosidade e nem mesmo causou uma arrancada industrial na cidade. Ou seja, o desenvolvimento industrial da região não ocorreu unicamente em virtude da instalação da Rodovia União e Indústria. Mesmo porque, sua funcionalidade ficou comprometida pelos déficits constantes da Companhia que não conseguiu manter a qualidade dos serviços inicialmente prestados. Além disso, a Companhia foi logo superada pela Estrada de Ferro D. Pedro II.⁴ Mas, foi pelo seu aspecto simbólico que passou a ser superdimensionada. Com a presença imperial e com o discurso de progresso a rodovia entrou para o imaginário dos contemporâneos e de parte da historiografia que analisou sua importância

² ELIAS, N. **A sociedade de corte**. RIBEIRO, Maria Eurydice de B. **Os símbolos do poder**. RYAN, M. “A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX.” In: HUNT, L. **A nova história cultural**. BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo R. (org). **A memória da nação**.

³ MATTOS, I. **O tempo saquarema**.

⁴ ARANTES, Luiz Antônio do V. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora**. p. 34 a 37.

para a cidade e região. Mesmo que neste contexto a estrada de ferro fosse encarada como a grande solução para o escoamento da produção cafeeira, a rodovia chegou a Juiz de Fora, representando a primeira estrada macadamizada do país, encurtando a distância com a Corte e servindo, por assim dizer, ao mesmo propósito. Acabou encarnando os desejos de uma localidade que aspirava tornar-se mais próxima do centro político, cultural e econômico do Império. Estamos, por assim dizer, pisando o terreno da cultura, com eficácia simbólica e não racional. A presença imperial no momento da inauguração pode ser vista como uma figura do Estado. Através do Estado a sociedade sentia-se representada.⁵ E, acreditamos que pelos caminhos dos ritos de viagens, tratados aqui, é que o indivíduo social enxergava a si mesmo como parte de um Estado que parecia bem distante. A cultura política, nesse sentido, não pode ser entendida como racional. Precisamos, entretanto, entender o milagre a partir do desejo do milagre.⁶

Portanto, a inauguração da Rodovia União e Indústria, que se deu em 1861 e contou com a presença do Imperador Dom Pedro II na cidade por cinco dias, pode ser encarada como parte do projeto de unidade nacional. Um projeto que não se encontrava acabado nesta década.⁷ Bastante rica no tocante à sua descrição, tanto pelos jornais da época como pelo próprio punho do Imperador, o cerimonial nela descrito tornou bem evidente o perfil de uma elite que teve por contexto uma sociedade que estabeleceu nitidamente as posições sociais de cada um de seus atores no palco da monocultura cafeeira e escravocrata do Império. Se por um lado,

⁵ GEERTZ, C. **Negara**.

⁶ BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**.

⁷ Entendemos que, apesar de tomarmos como referência uma viagem que ocorreu em 1861, não significa dizer que a construção da unidade nacional estivesse em sua fase de acabamento. Conforme MATTOS, I. **op.cit.**, este processo de construção continua mesmo com a consolidação do Império.

representou um fator de agregação e de intersecção das elites locais por outro revelava as diferenças e as hierarquias da sociedade local.

Exatamente por isso, as viagens nos servem de fio condutor por unirem o Império à região e por serem um espaço de agregação das elites locais, o que trataremos mais adiante. Fato que não ocorreu apenas em 1861 mas em sete outras passagens imperiais à cidade nos seguintes anos: 1845, 1869, 1878, 1881, 1882 e 1889.⁸ As viagens realizadas nos anos de 1881, 1882 e 1889 apesar de não apresentarem a mesma intensidade ritualística, por serem viagens mais rápidas, mantinham ainda a mesma função agregadora. Agregavam os vários círculos de poder compreendendo o familiar; o institucional através da Câmara dos vereadores e da Guarda Nacional; o econômico, que convertia em poder terras e escravos; o círculo de sociabilidade, nos mostrando redes de amizades feitas através da formação educacional ou através do convívio cotidiano travado entre as grandes famílias. Círculos que não se encontravam recortados rigidamente no contexto social, apresentavam-se como esferas que se sobrepunham e se encontravam em frequente intersecção cujo ponto agregador, neste trabalho, apresenta-se na forma dos cerimoniais que caracterizou as viagens imperiais. Exatamente por apresentar essa característica agregadora, é que as viagens também podem ser encaradas como uma estratégia de pesquisa.⁹ Assim, através das

⁸ O ano de 1881 contou com duas passagens imperiais à Juiz de Fora. Referências sobre todas as viagens ver **Jornal de Commercio** (27, 29, 30/06 e 01, 02 e 03/07 de 1861), LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. p. 104, OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. p. 96, 146, 153 e 154, ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915**. p. 69 e 72, GOMES, Lindolfo. **A tradicional fazenda de São Mateus**, ESTEVES, Albino. “Mariano Procópio pelo Albino Esteves.” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

⁹ Entendemos que o cerimonial não é o único ponto agregador do Império brasileiro. Assim, a escravidão e a monocultura também poderiam oferecer a mesma estratégia de pesquisa que o cerimonial das visitas imperiais. Nossa opção pelo cerimonial ocorreu em virtude da possibilidade de diálogo entre a história política e a história cultural.

visitas imperiais, foi possível acompanhar a maneira como esses vários círculos se acomodaram no contexto social como um todo.

É importante registrar que o interesse pela região surgiu bem antes da formação do arraial de Santo Antônio do Paraibuna. A região do Caminho Novo dos Campos Gerais ainda era uma região pouco desenvolvida quando o Príncipe Regente D. João, depois de algumas incursões nesta área, decidiu distribuir terras a alguns nobres. Além da distribuição de terras, D. João VI também incentivou o plantio do café entregando aos sesmeiros mudas trazidas de Moçambique. Entre os sesmeiros convidados pelo Monarca encontrava-se o Coronel de Milícias José Inácio Nogueira da Gama, proprietário da fazenda São Mateus, na área de Juiz de Fora.¹⁰ Além disso, a região possuía uma localização geográfica privilegiada: entre as Minas e a Corte. Este interesse tão antigo pela região, por parte da Coroa, pode nos ajudar o significado das várias viagens imperiais à mesma.

Faz-se oportuno no momento apontar alguns instrumentos importantes e necessários para o tratamento do nosso objeto de estudo. Como já fora colocado acima, nosso tema concentra-se sobre as elites de Juiz de Fora, antiga Santo Antônio do Paraibuna, na segunda metade do século XIX. Buscaremos recortar essas elites a partir da composição da Câmara Municipal, entendendo que sua conformação transborda a lista de políticos envolvidos na vereança, avançando para outros círculos sociais, a saber: o político, o econômico, o familiar e o de sociabilidade. Nossa tentativa é de compreender a sociedade juizforana como um espaço social

¹⁰ SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil**. p. 436 e 437. Apenas para complementar a explicação o Coronel José Inácio Nogueira da Gama era irmão do Marquês de Baependi, Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama. Era também tio e sogro do 2º Conde de Baependi, Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama. Seu filho foi o Visconde de Nogueira da Gama, mordomo imperial. O Coronel José Inácio casou-se com a filha de Manuel do Valle Amado, cujo filho homônimo foi presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna.

multidimensional, onde a distribuição dos poderes, seja do capital econômico, cultural, social ou simbólico encontra-se relacionado ao prestígio, reputação e à fama, fornecendo, portanto, uma lógica e uma hierarquia interna própria. Uma hierarquia que acaba levando em consideração, primeiro, o volume do capital e, segundo, a composição do mesmo, ou seja, a origem, e o seu peso relativo na sociedade.¹¹ Elegemos, por assim dizer, um grupo de *status* que, de acordo com a concepção weberiana,

*(...) compreende todos os que gozam de particular honra ou prestígio social e se caracterizam por um estilo peculiar de vida, pelo modo de comportamento, por determinados padrões de consumo, de indumentária, de habitação, pelo casamento que fazem, pelo tipo de relações sociais que mantêm, pela profissão que exercem, pelos gostos, pela instrução recebida, etc. (...) porquanto se definem (...) num agir específico, no modo de se entenderem a si mesmos e de serem entendidos pelos outros.*¹²

E, a partir daí, compreender sob as lentes do cerimonial das viagens imperiais a Juiz de Fora, como se deram as relações de poder envolvendo não apenas as disputas e alianças locais como também compreendê-las em sua dinâmica com o poder imperial.

Pensar tal tema, reconhecendo suas incursões à história cultural e à antropologia interpretativa, nos pareceu viável tendo em vista os novos objetos, as novas perspectivas e metodologias da história política. O fato é que a abertura da história política, principalmente a partir da

¹¹ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 134 e 135.

¹² BOBBIO, N. et alii. **Dicionário de Política**. p. 173.

década de 70, quando se deu o diálogo entre a Nova História e o estruturalismo fez florescer temas que até então não eram encarados e nem tratados como parte do político. Entre tais temas Francisco Falcon destaca: *(...)os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas*.¹³ Cabe aqui repetir as palavras de Jacques Julliard, profetizando, a algumas décadas atrás, a importância e o espaço que o poder conquistaria: *(...)a história política de amanhã será o estudo do poder e de sua repartição*.¹⁴

Mais atenta e mais aberta ao diálogo a nova história política vê na interdisciplinaridade um caminho rico onde as trocas com a história cultural e com a antropologia, como é o caso particular do nosso tema, aliada também à história literária e à história social, proporcionam a retomada de antigos temas ou em casos mais específicos, uma leitura mais complexa de um determinado período em conjunto com seus atores e suas respectivas relações e correlações sociais. As contribuições da história cultural em relação à nova história política ocorrem no sentido de uma maior abertura de objetos como o rito, a sociabilidade e o poder. A observação de relações de poder fora do aparelho de Estado é peça fundamental para uma análise política, já que estas se comportam como elementos chave para a definição da forma e do poder exercido pelo Estado. Há também contribuições no tocante a metodologia com uma delimitação específica, atenta às condições culturais, aos efeitos da sociabilidade, aos ritos e à simbolização.¹⁵

¹³ FALCON, F. "História e Poder." In: CARDOSO, C. e VAINFAS, R (org). **Domínios da História**. no prelo. p. 13.

¹⁴ JULLIARD, J. "A Política." In: LE GOFF, J. & NORA, P. **História: novas abordagens**. p. 190.

¹⁵ CHARTIER, R. **A História Cultural**. p. 217.

Da união feita entre sociologia cultural e história política surgiram vários trabalhos historiográficos de grande importância, entre os quais, o grande marco continua sendo **A sociedade de corte** de Norbert Elias. Tratando o Estado como um terreno onde também são travadas lutas simbólicas entre os grupos que o compõe, Norbert Elias permite à História política abrir espaço para se avaliar o lugar do cerimonial.¹⁶ Nesse sentido, o estudo dos signos sugeridos por Roger Chartier vem compor a preocupação com o cerimonial, pois permite (...) *apreender, no campo da prática, a eficácia simbólica do Estado.*¹⁷ Essa eficácia pode ser atestada, segundo Pierre Bourdieu, pela invisibilidade que o poder simbólico adquire, (...) *onde ele é mais completamente ignorado, portanto, mais reconhecido* (...) ¹⁸, é justamente lá que reina a cumplicidade entre os que se sujeitam a ele e os que o exercem. Esta simbiose entre cultura e política é vista por Marieta Ferreira como uma chave: (...) *ela [a cultura] introduz a diversidade, o social, os ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável.*¹⁹ O resgate da história política, portanto, só pode ocorrer se esta se voltar para (...) *história do político, uma história da diversidade dos fundamentos dos poderes econômicos, religiosos e culturais, as idéias, ao mesmo tempo que as práticas, o simbólico e o imaginário.*²⁰

A abertura do cultural permite revisar as relações de poder apontando novas dimensões para além dos campos e espaços antes considerados exclusivos para sua atuação. Agora encontrado em lugares menos auspiciosos o poder deixa de ser exclusivamente exercido pelo

Estado.²¹ O que para Francisco Falcon é entendido de maneira diferente, uma vez que para ele a definição de política está sempre ligada ao estado, assim como seus objetos.²² O fato é que, considerado como *objeto discursivo* por Michel Foucault, o poder suscita, hoje, uma atenção especial por parte dos historiadores culturais que vêm na prática linguística um instrumento ativo do poder. Onde documentos, nos quais aparecem descrições de ações simbólicas do passado, como as narrativas das viagens imperiais a Juiz de Fora, passam a ser analisados não como textos inocentes, mas buscando-se as intenções e estratégias de quem os escreveu, assim como as pretensões dos envolvidos.²³

O fato é que o debate em torno de novos objetos e novas metodologias forçosamente chega ao debate da questão da narrativa. Ao romper o mito da objetividade científica na História o discurso histórico oferece algumas opções que podem ser consideradas com seriedade, tais como: trazer para o discurso historiográfico o coletivo e o individual, pontos de vistas múltiplos, propor a justaposição entre estrutura e acontecimento e explicitar a subjetividade alertando o leitor para outras possíveis interpretações.²⁴ Nesse sentido a micro-história ao realizar uma descrição densa e analisando as multiplicidade que dela podem surgir supera a antropologia interpretativa e surge como uma alternativa para a história política. Ao analisar o micro acaba encontrando outras vias de normatização diferentes do Estado, como por exemplo, as lutas cotidianas realizadas por canais simbólicos. É, nesse sentido, que estamos aqui

¹⁶ ELIAS, N. **op.cit.**

¹⁷ CHARTIER, R. **op.cit.** p. 221.

¹⁸ BOURDIEU, P. **op. cit.** p. 7 e 8.

¹⁹ FERREIRA, M. "A nova "velha história"." In: **Estudos Históricos.** p. 267.

²⁰ IDEM. p. 269.

²¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** p. 9. Para Peter Burke, Michel Foucault, inaugura uma crise de identidade na História política, cujo pressuposto principal é de que o poder permeia todas as relações sociais. Assim para Peter Burke se tudo é poder, tudo é política.

²² FALCON, F. **op.cit.**

²³ HUNT, L. **op.cit.**, p.18.

²⁴ BURKE, P. **A escrita da História.** p. 336 a 348.

propondo a análise das elites de Juiz de Fora através das lentes do cerimonial, indo além da interpretação da sua descrição e do seu significado, buscando as várias interpretações possíveis que podem ocorrer em torno dos recursos simbólicos.²⁵

As viagens imperiais a Juiz de Fora podem perfeitamente nos fornecer subsídios para tal observação. As visitas foram no total de oito. A primeira data de 1845, quando D. Pedro II esteve hospedado na Fazenda de São Matheus, de propriedade da família Valle Amado, acompanhado da Imperatriz e de Dona Maria Christina.²⁶ A segunda viagem, primeira visita oficial do imperador a então cidade do Paraibuna, por cinco dias, ocorreu em 23 de junho de 1861, para inauguração da Rodovia União e Indústria, idealizada pelo engenheiro Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage.²⁷ Ainda na década de 60, em 1869, o Imperador D. Pedro II voltou à então cidade de Juiz de Fora, por quatro dias, para a inauguração da Escola Agrícola, parte do projeto do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage de complementação das obras da Rodovia União e Indústria, quando este já ocupava o cargo de diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II.²⁸ Quase dez anos depois, a 20 de março de 1878, o Imperador

inaugurou o Palácio da Justiça e Fórum, a Escola Pública Municipal, e, também assistiu a bênção da igreja de São Sebastião.²⁹ Em 1881, uma nova inauguração: ficou pronta a Estrada de Ferro Juiz de Fora - Piau. Neste mesmo ano o Imperador passou pela cidade entre os meses de março e abril, retornando de São João Del Rey, indo em direção a Outro Preto.³⁰ No ano seguinte, 1882, D. Pedro II passou novamente pela cidade, visitando a Matriz e o Fórum, jantando na casa do doutor João Nogueira Penido, seguindo para Barbacena. Em 1889, mais uma visita a cidade na viagem de volta de Ouro Preto.³¹

Sob o ponto de vista do cerimonial utilizado para uma leitura das viagens imperiais a Juiz de Fora, ao longo do segundo império, podemos fazer algumas diferenciações em relação às mesmas. Trataremos como mais importantes as viagens que correspondem a um cerimonial mais suntuoso, com preparativos mais apurados e com momentos solenes como missas, inaugurações ou beija-mão. Assim, teríamos quatro viagens oficiais: 1861, 1869, 1878 e 1881. As demais trataremos como passagens tendo em vista o cerimonial empregado e os motivos responsáveis pela presença de D. Pedro II à cidade. Geralmente as visitas se deram em momentos de trânsito do Imperador entre a Corte e o interior mineiro.

²⁵ LEVI, G. “Sobre a micro-história.” In: BURKE, P. *op.cit.*, p. 136.

²⁶ GOMES, Lindolfo. **A tradicional fazenda de São Matheus, em Juiz de Fora.**

²⁷ **VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... op.cit.**

²⁸ LESSA, J. *op.cit.*, p. 104. Apenas como esclarecimento, até o ano de 1865 Juiz de Fora e cidade do Paraibuna eram considerados pelos moradores lugares bem diferentes, apesar de apenas um brejo e um morro separá-los. A cidade do Paraibuna comportava, por assim dizer, o centro da cidade, com Câmara Municipal, a igreja Matriz e os belos sobrados ao longo da Rua Direita, parte do Caminho Novo que ligava o interior de Minas à Corte. Juiz de Fora era onde morava Mariano Procópio e estavam construídas a sede da colônia de alemães, que trabalhavam na construção da estrada, e a estação da Rodovia União e Indústria. O local também era conhecido como Rio Novo, nome dado a Estação da Rodovia durante algum tempo. O nome Rio Novo foi dado em virtude do caminho para o Distrito de Rio Novo, pertencente ao Mar de Espanha. As propriedades de Mariano

Procópio estavam fora do perímetro urbano da cidade de acordo com o ofício enviado pelo mesmo ao Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais em 24/11/1857. Este ofício foi transmitido pelo Presidente da Província à Câmara Municipal questionando sobre as vantagens de tal “anexação”. Contudo, as terras e a colônia pertenciam a cidade do Paraibuna. Mais tarde, com a morte do Comendador Mariano o local passa a ser designado também por Mariano Procópio. Ver ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Série 23. Em 1865 a cidade passou a chamar-se Juiz de Fora, por proposta do Barão de São Marcelino, em razão da Lei provincial número 1262 de 19 de dezembro de 1865. Ver ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Vol. XXV.

²⁹ IDEM. p. 119. ESTEVES, A. *op.cit.*, p. 69,70. OLIVEIRA, P. *op.cit.*, p. 96.

³⁰ LESSA, J. *op.cit.*, p. 146,147. ESTEVES, A. *op.cit.*, p. 72, 73.

³¹ LESSA, J. *op.cit.*, p. 153,154.

É bem verdade que os trabalhos que temos disponíveis, hoje, na historiografia, de um modo geral, tratam de cerimoniais envolvendo as cortes européias e até, no caso da historiografia brasileira, do cerimonial de aclamação, sagração e coroação dos imperadores brasileiros ³², contudo, pelos relatos e descrições das passagens de D. Pedro II à Juiz de Fora percebemos a possibilidade de alargar essa metodologia de análise. As fontes provenientes dos relatos das várias viagens do Imperador à Juiz de Fora apontam para as entradas do mesmo na cidade, para a recepção dos personagens e seus lugares, espaciais e sociais, para o cerimonial do beija-mão, o Te Deum na igreja local, para passeios, brindes e vivas consagrados ao Imperador. Momentos que apontam para outros espaços ritualísticos diferentes daqueles verificáveis nos momentos solenes com grande gala ocorridos na Corte. Símbolos que, para além do cerimonial, expressam hierarquias também visíveis na forma arquitetônica.

I. 2) O CASTELO DA INOVAÇÃO

A suntuosidade da casa de Mariano, conforme foto 01, nos revelou o significado do uso espacial como símbolo de hierarquização, sempre consoante com a posição social de seu proprietário. ³³ Sob este aspecto, o consumo com a intenção ou não, de ser visto ou reconhecido, é um símbolo de distinção. Símbolos que marcaram um estilo de vida próprio e acabaram servindo para aumentar as diferenças sociais. ³⁴

A começar pelo jardim, o Comendador Mariano mostrou, pela amplitude, pela beleza e pelo cuidado o símbolo da sua força e do seu

³² Os estudos mais reveladores estão relacionados aos trabalhos de BLOCH, Marc. **op. cit.**, BURKE, P. **A fabricação do rei**, KANTOROWICZ, E. **The king's two bodies**, e no caso brasileiro RIBEIRO, Maria Eurídice de B. **op. cit.**

³³ ELIAS, N. **op.cit.**, p. 20 e 21.

³⁴ BOURDIEU, P. **op.cit.**, p. 144.

prestígio. Mostrou seu estilo de vida apurado e progressista. Composto em modelo inglês, situou-se na base de uma colina serpenteada por ruas gramadas cobertas de arbustos e árvores. Em frente, um grande lago, construído

FOTO 01 - Quinta do Senhor Ferreira Lage (1861)

Atual Museu Mariano Procópio

Fotógrafo: R. H. Klumb

Local: Juiz de Fora

Acervo: Museu Mariano Procópio

Referência: 1200 589

04.23/33

artificialmente, com cinco ilhas e seis pontes de madeira. À esquerda da colina uma avenida de palmeiras com dois arcos na extremidade, onde se construiu um grande coreto, com seis arcadas, nos fundos e na frente, e cinco de cada lado, com assentos à sua volta. À mesma distância entre o arco da frente e o coreto foi construído bem no alto da colina, na época ainda em fase de acabamento externo,

"(...)o castello do sr. commendador Ferreira Lage, (...) em estylo "renaissance" italiano, de gosto inteiramente novo entre nós, dá sobrenatural encanto a uma paizagem ja por si tão pittoresca. Compõe-se de dous andares, e torre á direita. A symetria não tem ali que ver. A ordem resulta da desordem. O todo offerece um aspecto arrebatador. Com palavras não se póde fazer a descripção deste lindo edificio, e dos sitios que os rodeiam. Recorde-se cada qual da idéa que, em sua infância, tiver formado da habitação encantada de alguma fada, e poderá talvez comprehender o que vimos em Juiz de Fora." ³⁵

³⁵VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... p. 29.

Apesar, das tentativas atuais de vários especialistas em estilo arquitetônico classificarem tal edifício como solar, a idéia que fora passada na época aos visitantes foi a de um castelo. O Comendador Mariano conseguiu mostrar, através de sua residência e do seu jardim, o quanto encontrava-se a frente daqueles que se avizinhavam na cidade do Paraibuna, o quanto era inovador e o peso de seu prestígio, levando-o a construir não uma casa, como todos possuíam na época, mas um castelo dos contos de fadas, conforme descrição do Jornal do Comércio. Construção compatível com sua posição social e com os convidados que receberia, no caso o próprio Imperador. Instalado no alto de uma colina, de seu *castelo* o Comendador via todos aos seus pés. Era talvez, sua tentativa de fazer com que os notáveis locais entendessem que acima dele apenas D. Pedro II, no alto da Serra de Petrópolis, no Palácio Imperial, onde a suntuosidade se repetia, porém, em dimensões ampliadas.³⁶ Esta foi a estética escolhida por um engenheiro para tornar concreto aos olhos dos menos entendidos o poder que possuía, as pessoas com quem convivia e recebia, o lugar que ocupava na sociedade.

Outra passagem emblemática, retratando seu perfil de homem culto e iluminado, foi a surpreendente iluminação da quinta, (...) *tudo emfim scintiliva ao clarão de 5.000 luzes, lampeões chineses e copos, delineando os contornos dos objetos iluminados; e tudo isso fôra acceso como por milagre, em um abrir e fechar d'olhos; tão bem dispostas estavam todas as cousas!*³⁷

Um outro símbolo de distinção podemos observar no jantar quando os convidados foram chamados para o banquete, servido numa mesa de cem talheres, revezando-se por três vezes. Vários brindes foram

feitos: ao Comendador Mariano, pelo sr. Bernardo Joaquim de Oliveira; ao sr. diretor dr. José Machado Coelho de Castro, pelo Comendador Mariano; ao comendador Antônio José Alves Souto, pelo conselheiro dr. Francisco de Paula Cândido; ao corpo legislativo e ao governo do país, pelo dr. José Machado Coelho de Castro; aos engenheiros e empregados da companhia, pelo comendador Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro; à família imperial, pelo Comendador Mariano. Os relatos da época não nos informam quem, além dos nomes citados nos brindes, estavam presentes à mesa na primeira vez que o banquete foi servido mas é de se imaginar a concorrida dança das cadeiras que deve ter se estabelecida.

I. 3) TECENDO O PODER: O Império na Cidade

A família imperial chegou às vésperas da inauguração, no dia 23 de junho de 1861. Os preparativos do grande número de convidados que acompanharam o Imperador começou no dia 20, quando boa parte já se encontrava a caminho da cidade do Paraibuna. A viagem marcada, pelo próprio Imperador, para as cinco e meia da manhã começou para os nobres hospedados nos hotéis situados próximos ao Palácio Imperial, em Petrópolis às três e meia ao som das trombetas dos condutores das diligências. Neste ponto podemos observar uma diferenciação em relação aos nobres que seguiram da Corte no Rio de Janeiro, três dias antes, e aqueles que se encontravam mais próximos de D. Pedro II, entre os quais os relatos destacaram: em primeiro lugar, a família imperial, a Imperatriz e as Princesas, depois, o senhor Conselheiro e Ministro da Justiça Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, seguindo a ordem, em terceiro lugar, o gentilhomen da semana, o senhor tenente-general Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral; o veador Barão de Tamandaré; também acompanhou o Imperador seu guarda roupa, José Carlos Mayrink; o médico, doutor José Pereira Rego; as damas de Sua Majestade a Imperatriz e das Augustas Princesas, além de outras pessoas que os documentos da

³⁶ ELIAS, N. *op.cit.*, p. 24.

³⁷ VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... P. 29.

época não especificaram.³⁸

Se considerarmos que na atmosfera imperial gravitaram, no ano de 1861, os outros nomes que compunham o Conselho de Estado e os demais ministérios, outros militares e pessoas de prestígio que gostariam de ocupar o lugar do guarda roupa ou de gentilhomen da semana, para acompanhar o Imperador, podemos traçar a significação da escolha dos nomes supra citados, a importância de ter sido eleito pelo Imperador, de ter sido relacionado entre as pessoas mais próximas a ele, se diferenciando, inclusive, *das outras pessoas* que acompanharam o cortejo imperial.

Nesse sentido, também podemos apontar para o jogo do prestígio, para a repartição do poder, para as gratificações como também para as punições. Ao escolher alguns, D. Pedro II podia estar apontando para a conduta que mais lhe agradou, para a postura política que mais lhe foi conveniente. É bem verdade que não podemos comparar o cerimonial do Império brasileiro com a rigorosidade da etiqueta na corte de Luiz XIV mas, tal como este, D. Pedro II também podia utilizar-se destes artifícios para controlar parte da elite que lhe rodiou, principalmente, se pensarmos na Monarquia Constitucional, de cunho liberal, aclamada pelo povo, que fez questão de exibir como a virtude de um governo sólido e equilibrado aos olhos republicanos do restante da América Latina.

O que surpreendeu, e até certo ponto decepcionou os contemporâneos, foi a simplicidade dos cerimoniais e do modo de viver e de residir da família imperial, decantada pelos nobres mais próximos à Corte. Relatos de cronistas e de políticos, muitos dos quais estrangeiros, sempre apontaram para o retraimento, pela ausência de ostentação e esplendor, sem apresentar o mesmo prestígio das famílias reinantes da Europa.³⁹ Contudo, o poder simbólico do Imperador D. Pedro II, e até mesmo pela ausência de fausto, foi responsável pela construção de uma

prática que impunha uma ordem ao mundo social vivido, criando uma espécie de *concordância entre as inteligências* que, sob este ponto de vista, como símbolo monárquico, adquiriu uma função social: a integração.

⁴⁰ E, cumpriu sua função de cumplicidade se percebermos o impacto que esse comportamento acabou por causar não apenas na Corte mas em todo o Império. Tal procedimento garantiu ao Imperador e a toda a família imperial um enorme prestígio moral, servindo de *centro exemplar* aos demais setores sociais.⁴¹ Auxiliou, portanto, na formação de um *consensus* de ética a ser reverenciado e praticado num momento de suma importância no qual a unidade nacional estava sendo construída. E, mesmo tendo o Império consolidado a imagem simbólica do Imperador, permaneceu reforçando a prática de uma vivência de integração do território nacional.

Aliás, a formação deste consenso foi primordial, uma vez que as noções de pátria e de nação ainda não tinham encontrado seu verdadeiro lugar no imaginário da sociedade do final do primeiro reinado e da primeira década do segundo. Durante o reinado de D. Pedro I a idéia que se fez de nação foi por demais ampla e encontrou-se totalmente ausente nos movimentos revolucionários ocorridos neste período; e, pátria significou apenas o local do nascimento.⁴² Daí a importância da aclamação de D. Pedro I, uma vez que a monarquia constitucional que se implantou afastou o medo da República e da provável desagregação do território brasileiro. O Imperador foi o símbolo de um Estado forte que a

⁴⁰ BOURDIEU, P. *op.cit.*, p. 9. A concordância entre as inteligências e a integração social proposta por Bourdieu segue os pressupostos de Durkheim, onde os símbolos “(...) tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribuiu fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

⁴¹ Ver GEERTZ, C. *op.cit.* O autor desenvolve a teoria do centro exemplar tão amplamente enraizado na cultura javanesa.

⁴² RIBEIRO, Maria E. de B. *op.cit.*, p. 26.

³⁸ IDEM. p. 8

³⁹ LYRA, H. *História de D. Pedro II*. Vol II, p. 45 a 53.

Casa de Bragança legitimou, mas que ao mesmo tempo trouxe uma contradição: assegurar a dinastia e fundar uma monarquia constitucional. O desafio levou à abdicação e a um período de Regências repleto de confrontações mas de contínuo apego à figura de D. Pedro II, responsável pelo equilíbrio do Império a partir da década de 1840. ⁴³

Foi um passado tumultuado pelo confronto rotineiro entre as noções absolutista e liberal. Como Monarquia de cunho liberal, o segundo reinado exigiu uma certa moderação de D. Pedro, a partir da exigência do Monarca pela separação do Brasil de Portugal, despontando como nação independente. Moderação que era sempre comprometida com as frequentes posições absolutistas do Imperador quando o mesmo impunha sua vontade ao primeiro escalão político do Império brasileiro. Apesar disso, a figura simbólica do Monarca, encarnou um Estado forte e unificado. E, possuiu também, uma função política legitimando e assegurando a dominação de uma classe, a dos proprietários escravistas, sobre as demais. ⁴⁴ Como personificação do Estado forte e da classe dominante, monocultora e escravista, cabia ao Imperador a prudência da simplicidade e o silêncio, numa espécie de *prudência política* evitando fornecer aos adversários republicanos, e a qualquer facção insatisfeita com a monarquia, qualquer princípio que pudesse contradizer os ideais que tinha por obrigação fazer aceitar toda a nação. ⁴⁵

Assim a simplicidade e a falta de esplendor da monarquia brasileira, se comparada às Casas européias, ganharam seu revestimento simbólico específico, representando a seriedade, a moral inabalável e a legitimidade abonada pela Constituição e não pelo fausto do cerimonial, ancorado em rígidas regras de etiqueta. Contudo, continuaram abertos outros canais onde a simbologia monárquica pode atuar, muitas das vezes

⁴³ IDEM. *op.cit.*, p.42 a 65.

⁴⁴ BOURDIEU, P. *op.cit.*, p. 11.

⁴⁵ IDEM. p. 189.

disfarçada pela ausência, pela simplicidade ou pelo aparente desinteresse com que alguns ilustres personagens políticos do Império se referiam aos símbolos mais marcadamente monárquicos, como: o palácio imperial, os títulos, os bailes de gala, as festas religiosas e a abertura da Assembléia que sempre contaram com a presença da família imperial. Nestas ocasiões e espaços sociais podemos acreditar que a convivência com liberais e conservadores pode não apenas ocorrer com a alternância dos mesmos no poder do Estado. Esta alternância também pode ser realizada através de prêmios ou castigos, através da permissão ou não de aproximação ao Imperador, cujo significado representaria a chance da conquista do prestígio e do reconhecimento pessoal, dos partidos ou de ideologias. ⁴⁶

Esta idéia pode ser reforçada se pensarmos o quanto tornou-se cada vez mais difícil ter acesso não apenas ao Imperador mas à própria família imperial. D. Pedro II mostrou-se

(...) avesso a qualquer tipo de facção, e não tolerava jamais a formação de cortes dentro da sua própria corte. (...) ele timbrava contudo em não querer descer a camaradagens, a familiaridades, como fizera e de que abusara o pai, preferindo guardar intacta a responsabilidade e a dignidade de suas funções soberanas. ⁴⁷

Dignidade e responsabilidade que também se fizeram visíveis, até demais, no cotidiano da família imperial. Conformaram uma imagem que obteve o

⁴⁶ ELIAS, N. *op.cit.* Nobert Elias trata com incrível maestria como a questão do significado espacial na corte de Luiz XIV evidencia uma hierarquização de prestígio e, conseqüentemente, de poder. A grande luta entre os nobres era em torno de quem conseguiria um lugar junto ao palácio de Versalhes e dos escolhidos para participar das cerimônias que envolviam o rei.

⁴⁷ LYRA, Heitor. *op.cit.*, p. 46.

respeito e o apressado até mesmo do embaixador argentino Vicente Quesada ao retratar o contraste entre a *ausência de conforto* vivido no dia-a-dia imperial e o *esplendor de qualquer enriquecido*, além da carência de festas. Na opinião do embaixador o que distinguiu o Imperador foi sua aparência cujo traço burguês era quebrado apenas pela casaca preta e a gravata branca, únicos símbolos do poder hereditário que exercia. Singeleza que para Oliveira Lima chegou ao ponto de ser *modelar*.⁴⁸ Fato que ficou patente nos traços do Palácio de São Cristóvão, que surgiu a partir da reforma da casa de Elias Lopes em 1822, com poucas salas decoradas com requinte, com mobiliário *pobre e mal conservado* e cujos objetos decorativos incluíam peças de pouco ou nenhum valor.⁴⁹ Um modo de vida sem dúvida compatível com a renda anual de apenas 800 contos, onde alguns cargos, considerados supérfluos, foram extintos, como: a Guarda Imperial de Arqueiros, Mordomo-mor, Camareiro-mor, Estrebeiro-mor e menor, Sumilher de cortina, Rei-de-armas e Guarda-roupas.⁵⁰

Contudo, apesar do esvaziamento de cerimoniais e da pompa dentro do Palácio Imperial, a presença do Imperador sempre deu um toque de distinção nos bailes oferecidos pela Princesa ou nas reuniões ocorridas nos salões mais frequentados. Outro fato que mostra a distinção do Monarca nos foi possível verificar todo o complicado aparato que o rodeava quando sua carruagem passava pelas ruas da Corte sendo anunciada por um clarim, demonstrando que o Imperador não possuía apenas gosto para o simples, e talvez selecionasse o cerimonial que o interessava, haja visto que em sua relação para com o povo, como neste

⁴⁸ IDEM. p. 45.

⁴⁹ IDEM. p. 50.

⁵⁰ IDEM. p. 52.

caso, não há qualquer recusa em mostrar-se com toda pompa que um Imperador teria direito.⁵¹

É nesse jogo de símbolos que temos que avaliar a presença do Imperador na casa do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage e o que significou os elogios que o mesmo recebeu, uma vez que foram extremamente difíceis de serem recebidos, como discutir-se-á adiante. Principalmente, se levarmos em conta o perfil apresentado pelo Imperador: um homem dado a poucos contatos, de amizades selecionadas e que não sentia-se bem com bajulações. É neste contexto que precisamos avaliar a conotação de prestígio perante os demais integrantes da Corte. Diante da imagem construída de um homem simples, que não gostava de aparatos, que era de pouca familiaridade e de poucos amigos íntimos, pode-se perceber o jogo fluído de premiações. Esse comportamento por parte do Imperador, que pelo emblema simbólico de sua presença, especificamente no momento da viagem, fez a ponte entre o Império e a região, pode ser observado em alguns momentos. Um deles nos chama a atenção: na entrada da Província de Minas Gerais (...) *foi incrustada na rocha viva, a duas alturas de homem, uma inscrição gravada em mármore branco, (...)*⁵² o discurso proferido por Pedro II ao Comendador Mariano Procópio, em 1856, quando teve início a construção da Rodovia:

Uma empresa cujo fim é a construção de uma estrada que ligue duas províncias tão importantes, e que, continuando talvez para o futuro até às margens do segundo rio do Brasil, reunirá os interesses de seis províncias, de certo merece ser chamada patriótica. Afianço-lhe pois a continuação da minha proteção, e

⁵¹ IDEM. p. 65. Conforme a idéia da época a carruagem imperial “(...) estaria melhor exposta num museu e que o espírito do século, sobretudo de um país como o Brasil, já não compreendia nem levava à sério”.

⁵² VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... p. 20.

creio que não poderia melhor agradecer os sentimentos de amor e fidelidade que acaba de me manifestar em nome da companhia.⁵³

A figura imperial como símbolo da união entre o centro e a periferia do Império era claramente percebida pelos contemporâneos. É o que pode ser observado nas palavras da Câmara enviadas ao Imperador como agradecimento pela presença nos festejos de inauguração da Rodovia União e Indústria, quando, louvando a inteligência do Monarca e à graça advinda de Deus, fez-se menção a importância da figura imperial servindo de elo entre o progresso e a prosperidade reinantes na Corte e a região atrasada e ainda puramente agrícola.

(...) Graças ! Senhor, mil graças ao Supremo Criador ! ! não por Vos haver inspirado esta dedicação patriótica, como Vos haver dotado uma inteligência superior, capaz de ver através da distância de vossa elevação, que, só pelos ramificados canais destas indústrias pode chegar até a cabana do pobre a felicidade, que vosso coração deseja sobre todos derramar. (...) Sempre e em qualquer parte em que melhoramentos se projetem, lá se encontra o pensamento, a solicitude do Imperador do Brasil !!!. ⁵⁴

Dando Prosseguimento na história oitocentista da cidade de Juiz de Fora, a segunda viagem de grande porte a Juiz de Fora, em 1869, contou com a presença das Majestades Imperiais e o Duque de Saxe para

inauguração do edifício da Escola Agrícola União e Indústria. Esta viagem, que o programa apresentou como *passeio de Suas Majestades Imperiais e Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe* ⁵⁵, teve duração de quatro dias e seguiu os mesmos aparatos da primeira viagem a Juiz de Fora. O Imperador chegou à tarde no dia 23 de junho, descansou e no dia seguinte passeou pelos jardins do palacete do Comendador Mariano Procópio, assistindo, posteriormente, a uma missa solene celebrada pelo Bispo de Mariana. Logo após, deu-se os festejos da inauguração do prédio da Escola, onde à noite, foram de *carro* visitar a iluminação da mesma. Um concerto de piano no Hotel União encerrou a noite. No dia 25, o Imperador visitou o terreno, as plantações e uma exibição de animais ocorrida na Escola indo almoçar na fazenda da Fortaleza de Santana, de propriedade da mãe do Comendador, a Baronesa de Santana. Na fazenda o Imperador visitou as máquinas de preparar café e no dia seguinte visitou, de *carro*, os cafezais e outras plantações; depois do almoço, foi a Serra da Babilônia, seguindo para o sítio do Kágado para uma divertida caçada, regressando, à tarde, para o *castelo* do Comendador Mariano, conforme Foto 02. O regresso para a Corte se deu no dia 27, após assistirem à missa na Capela do Paraibuna. ⁵⁶

Através do programa da viagem podemos perceber que desta vez o Imperador não fez visitas à Câmara ou realizou o beija-mão, como ocorreu na primeira viagem oficial. A única passagem pelo centro urbano da cidade ocorreu em virtude da missa na Capela do Paraibuna. Nesta segunda viagem, praticamente todo o tempo é revertido para o Comendador e seus empreendimentos, sejam eles na Escola Agrícola ou na fazenda da Fortaleza de Santana. Diferentemente da primeira viagem, não cumpre um papel agregador entre as elites locais. Uma ocorrência

⁵³ IDEM. Grifo nosso.

⁵⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ... Série: 140/1. Documento transcrito na ata de 19/08/1861.

⁵⁵ MUSEU IMPERIAL. Documento número 7116-m.145. Programa do passeio de Suas Majestades Imperiais e Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe ao Juiz de Fora por ocasião da inauguração da Escola Agrícola União e Indústria.

⁵⁶ IBIDEM.

semelhante aconteceu em sua visita, no ano de 1845, quando em viagem pelas províncias do Sul, D. Pedro II passou pela fazenda de São Mateus, de propriedade da família Valle Amado.⁵⁷

No programa da viagem, publicado em 1869, percebe-se insinuações à familiaridade e aos fortes laços de amizade que envolviam o Comendador e o Imperador. Mais uma vez o prestígio do Comendador, que recebeu pela segunda vez e em grande estilo, o Imperador em sua casa e nos cafezais de sua fazenda, com quem compartilhou uma divertida caçada, recaiu como uma avalanche sobre os notáveis locais, que protestaram com o silêncio. Esta visita do Imperador à fazenda de Fortaleza de Santana que deixou alijada a Câmara e os demais grandes fazendeiros locais, sequer constou nas Atas da Câmara do mês de junho.⁵⁸ Tem continuidade, mais uma vez, o jogo de prestígio, as premiações e a apreciação por parte de um homem difícil de se deixar impressionar. A visita ao então deputado e presidente da Estrada de Ferro D. Pedro II, Comendador Mariano Procópio, cumpriu o papel de atar o primeiro e o segundo escalão do governo imperial, contudo, não abrangeu a municipalidade. Fato que discutiremos de forma mais cuidadosa no decorrer deste trabalho.

Em 1878, seis anos após a morte do Comendador Mariano, ocorre a terceira viagem de grande porte de D. Pedro II à cidade de Juiz de Fora. Teve como finalidade a participação do Imperador na inauguração do

⁵⁷ Ver GOMES, Lindolfo. **op.cit.**

⁵⁸ Após uma procura intensa nos arquivos da cidade, o Arquivo Histórico e o Arquivo do Museu Mariano Procópio, constatamos a ausência de informações sobre esta passagem do Imperador a Juiz de Fora em documentos referentes à Câmara Municipal. Esta viagem encontra-se ausente nas Atas da Câmara do mês de junho, no Álbum do Município elaborado por Albino Esteves e nos jornais locais. Contudo, foi registrada pelo Conde de Gobineau, convidado do Imperador na ocasião da viagem, ver LYRA, H. **op.cit.**, p. 68. Também falam sobre esta viagem BASTOS, W. de. **Mariano Procópio Ferreira Lage...** e LESSA, J. **op.cit.**

novo Palácio Municipal e do Fórum, evento organizado por iniciativa do Juiz de Direito da Comarca Dr. Joaquim Barboza Lima, e, da Escola Municipal, então oferecida ao município pelo Barão de Cataguases, conforme Foto 03. O Imperador D. Pedro II, depois de vistoriar todo o Palácio manifestou sua aprovação e teceu vários elogios ao idealizador da construção.⁵⁹ No momento da inauguração, por ordem do Imperador, a chave do Palácio da Justiça e Fórum foi entregue, pelo Presidente do Conselho ao Juiz de Direito, que incumbiu-se de colocar um retrato de D. Pedro II na sala da Câmara. Também foi oferecido ao Juiz de Direito, por parte dos munícipes, um retrato que deveria ser colocado na mesma sala.⁶⁰ Nesta ocasião o Imperador não fez nenhum discurso, deixando o encargo ao Conselheiro Sinimbu que, após a retirada de Suas Majestades para a Corte, pronunciou as seguintes palavras:

FOTO 03 - Inauguração do Fórum em Juiz de Fora (1878)

Acervo: Museu Mariano Procópio

Referência: 1201761

09.49/3.1

Felicitó aos munícipes do Juiz de Fora por haverem elevado um palácio a justiça. A justiça é o laço mais

⁵⁹ Os comentários sobre os elogios recorrentes por parte do Imperador ao Juiz de Direito da Comarca Dr. Joaquim Barboza Lima foram destacados no Jornal **Pharol**, publicado no dia posterior à inauguração, 21/03/1878.

⁶⁰ A viagem imperial para inauguração do Palácio da Justiça e Forum, além da escola municipal e bênção da nova igreja de São Sebastião, foi noticiada pelo Jornal **Pharol**, do dia 21/03/1878. ARQUIVO HISTÓRICO... Também consta no Livro de Atas da Câmara no dia 20/03/1878, cuja sessão foi presidida pelo Dr. Cristóvão Rodrigues de Andrade, com a presença dos vereadores Amálio Halfeld, Velozo, Tostes, Leandro Castilho e Paula Lima. Ver também ESTEVES, Albino. **op.cit.**, p. 69.

*forte que prende entre si os membros de uma sociedade culta, muito se nobilitão aqueles que lhe erguem templos destinados ao culto de que é merecedora.*⁶¹

A viagem imperial de 1881 a Juiz de Fora, para inauguração da Estrada de Ferro Juiz de Fora - Piau, foi a quarta e última viagem de grande porte de D. Pedro ao município e seguiu o exemplo da viagem ocorrida em 1878. Foi uma viagem bastante rápida e contou com a presença do Imperador apenas no momento da inauguração. Diferenciou-se, desta forma, das duas primeiras viagens quando então o Imperador transferiu o Paço Imperial para a cidade durante os dias de sua estadia. Ainda em 1881, houve uma segunda passagem de D. Pedro II pela cidade quando voltava de São João Del Rei, indo em direção a Ouro Preto. No ano de 1882, indo para Barbacena, passou pela cidade visitando a igreja Matriz e o Fórum, jantando na casa do Dr. João Nogueira Penido. Outra passagem foi registrada em 1889, quando o Imperador voltava de Ouro Preto.⁶² Em algumas dessas passagens foram enviadas cartas do Presidente da Província solicitando aos vereadores uma recepção condigna ao Imperador.⁶³

Fica visível a diferença entre as viagens realizadas antes e depois do falecimento do Comendador Mariano Procópio. Anteriormente, a figura do Comendador na cidade, ou melhor dizendo, próxima ao perímetro urbano da cidade criava, pelo seu espírito inovador, um certo distanciamento em relação aos notáveis locais, trazendo não apenas o progresso mas também mostrando a possibilidade de trabalho livre. Fato que veremos mais detalhadamente a frente. Além disso, outro fato

⁶¹ IDEM. Livro de Atas da Câmara, sessões do dia 08/01, 14/03 e 20/03/1878. *Jornal Pharol*, 21/03/1878.

⁶² Ver referências sobre as viagens expostas na nota 4.

⁶³ ARQUIVO HISTÓRICO ... Série: 11.

marcante e, talvez ainda mais importante que o espírito inovador do Comendador Mariano, foi sua amizade pessoal com D. Pedro II.⁶⁴

Neste sentido, todo o cerimonial envolvendo a primeira viagem de grande porte a Juiz de Fora, para inauguração da Rodovia, incluiu no roteiro uma atenção dispensada aos notáveis locais, ocasião em que o Comendador já havia tentado por duas vezes se eleger para a Câmara sem obter sucesso. A primeira vez em 1856, quando obteve apenas quatro votos e, a segunda, em 1861 quando não alcançou votos suficientes para suplência.⁶⁵ Pela ausência nas festividades de recepção do Imperador pode-se perceber a rixa entre as duas partes da cidade, um fosso profundo cuja ponte era o Império, representado na figura do Imperador D. Pedro II e no cerimonial real. Assim, a viagem de D. Pedro II a Juiz de Fora, em 1869, poderia ser interpretada como um movimento particular no sentido de consolidação de alianças locais em torno da figura do Comendador Mariano.

Na década de 70 há uma mudança substancial no cerimonial das viagens. Com o Império já consolidado a prática da unidade nacional permanece através da presença do Imperador, mas o cerimonial já não trazia o mesmo aparato: as viagens foram mais curtas, sem a mesma ostentação e pompa. Isto porque esta década trouxe uma postura diferenciada do Imperador em relação aos ritos monárquicos como um

⁶⁴ LYRA, H. *op.cit.*, p. 59. A postura pessoal do Comendador Mariano deve ter contribuído bastante para aproximá-lo do Imperador, constantemente preocupado com as Ciências e o progresso. Características pessoais apreciadas por D. Pedro que contribuíram para o aproximar do Conde de Gobineau.

⁶⁵ MUSEU MARIANO PROCÓPIO. A dificuldade em se eleger como vereador na Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna consta nos Livros de Atas de Apuração de Eleições, anos de 1856, quando o Comendador Mariano Procópio obteve apenas 4 votos e em 1861 com 201, ficando fora da suplência. A disparidade é bem grande se pensarmos que os mais votados nestes dois períodos de eleições foram, respectivamente, o Comendador Manoel do Valle Amado, com 1.055 votos e José Capistrano Barboza, com 652 votos.

todo. Após sua volta do exterior D. Pedro aboliu o beija-mão e passou a usar frequentemente a casaca preta. Curiosamente, parecia querer desmontar a figura representativa do Estado que carregava para mostrar-se mais humano. Na década de 80, conforme vários historiadores, a Monarquia brasileira apresenta sinais de fraqueza com as discussões sobre a abolição, os debates sobre os gastos da Coroa, e as críticas sobre as amantes de D. Pedro II. Configura-se um contexto de perturbações econômicas e políticas que foi avistado de longe por um Imperador cada vez mais próximo da Europa e menos popular no Brasil.⁶⁶

Por outro lado, ao nível municipal, a principal situação conflitante, envolvendo a Câmara Municipal e o Comendador Mariano, falecido em 1872, também se desfazia. Todas as passagens do Imperador na cidade são rápidas e estritamente formais. O jogo simbólico passa a ocorrer apenas em um nível: entre o Império e a região, deixa de ocorrer o contato pessoal, característico das primeiras viagens. A vivência da unidade nacional, ainda importante, sobreviveu através da figura de um Imperador mais secularizado e de um cerimonial real bem menos suntuoso, sem cavalaria da Guarda Nacional, sem arcos e chuva de flores para aguardar o Imperador, sem beija-mão e missa solene.

Contudo, o Imperador volta a Juiz de Fora. Uma área que parece destoar do restante da Zona da Mata mineira, com características econômicas diversificadas e, até certo ponto, com preocupações e demandas bem específicas.⁶⁷ Este aspecto reforça e pode complementar os motivos pelos quais houve tantas viagens imperiais ao Sul da Zona da Mata. Presença imperial frequente aparece com a finalidade de fazer prevalecer os interesses escravocrata, o que garantia a unidade nacional do Império.

⁶⁶ Ver MATTOS, I. *op.cit.* e CARVALHO, J. M. **A construção da ordem.**

⁶⁷ CARRARA, A. **A Zona da Mata Mineira.**

É com este tipo de olhar, de observação do local, de análise sob o prisma do olhar microscópico em sua articulação com o todo, que a História política vem corroborar, em certa medida, com os esforços da história regional.⁶⁸ Dessas montanhas mineiras, tão interessantes aos olhos da pesquisa regional e agora bem mais próximas da Corte com a Rodovia União e Indústria, a observação do Império Brasileiro dá vazão a um panorama bastante singular quando a questão refere-se à construção do território nacional. O Império avistado lutou desde o momento de seu nascimento, em 1822, pela construção e preservação do Estado num momento delicado político e economicamente.

Apenas com a maioria de D. Pedro II as províncias revoltosas foram pacificadas e a estabilidade política permaneceu até a década de setenta.⁶⁹ As inúmeras revoltas e agitações durante o primeiro império demonstraram a fragilidade da ordem vigente. Com D. Pedro II a monarquia tornou-se nacional com um brasileiro no trono. Com isso afastou a imagem do antigo Imperador, favorecendo o relacionamento entre o segundo império e as elites provinciais. Relacionamento este que

⁶⁸ O trabalho do Núcleo de História Regional da UFJF amadureceu a partir das dissertações de mestrado e teses de doutorado ao longo desta década sobre imigração e o processo industrial, a escravidão, o café, urbanização e participação política. Apesar da vivacidade do Núcleo de História Regional várias são as lacunas que ainda podem ser detectadas na História de Juiz de Fora. Uma interpretação do poder e de seus atores a nível municipal em relação ao contexto político do segundo império poderia revelar características específicas que uma análise global normalmente não apreciaria.

⁶⁹ Ver MATTOSO, Kátia. **Bahia no século XIX.** p. 235. Kátia Mattoso apresenta uma divisão cronológica diferente de José Murilo (CARVALHO, José M. de. **A construção da ordem**). Enquanto para Kátia Mattoso o período de consolidação do império vai de 1850 a 1870 para José Murilo vai de 1840 a 1853. O mesmo ocorrendo para a fase do apogeu em que a autora delimita entre 1851 a 1864 diferentemente de José Murilo que marca o período de 1853 a 1871. Para Ilmar de Mattos a fase da "Consolidação" corresponderia aos anos cinquenta que se distinguiram pela Conciliação e pela estabilidade. Ver MATTOS, I. *op.cit.*

serviu de árbitro entre os proprietários sempre divididos entre a centralização e a descentralização administrativa e econômica, alternando liberais e conservadores no poder do Estado.⁷⁰ No que se refere ao relacionamento entre o Estado e os demais atores sociais, José Murilo mostra, com bastante sensibilidade, os meandros políticos, elucidando a complexidade desta relação, traçando com perfeição o perfil do império brasileiro ao afirmar que,

*A especificidade do sistema imperial em relação a outros sistemas e a outras monarquias provinha da complicação adicional trazida pela dubiedade das idéias e das instituições. Não só era teatro a política; era teatro de sombras. Os autores perdiam a noção exata do papel de cada um. Cada um projetava sobre o outro suas expectativas de poder, criava suas imagens, seus fantasmas. Os proprietários, embora dessem sustentação à monarquia, passavam a sentir-se marginalizados, excluídos, hostilizados, pela Coroa. Os políticos não sabiam ao certo se representavam a nação ou se respondiam ao Imperador. A elite passava a acreditar numa democracia que não estava na Constituição e a cobrar sua execução do Poder Moderador. O Rei, por sua vez, esforçava-se por seguir a ficção democrática na medida em que as falhas dos mecanismos da representação o permitiam.*⁷¹

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**. p.16 a 18.

⁷¹ IDEM. p. 167. É exatamente nesta projeção das expectativas de poder no outro que podemos constatar a desilusão de pessoas que viviam mais próximas à Corte. Elas idealizavam o cerimonial imperial à imagem e semelhança do ocorrido nas cortes européias. Porém, viam na sua ausência a marca da dignidade, da austeridade e da responsabilidade do Imperador D. Pedro II a frente de uma nação em construção. Depositavam no Poder Moderador suas crenças na unidade nacional e na democracia

Neste teatro os papéis se confundiam e a *realidade do sistema era a ficção*.⁷² Uma ficção responsável pela reprodução da ordem social, onde nosso interesse volta-se para Juiz de Fora.

Relativamente próxima à Corte, Juiz de Fora, a antiga Santo Antônio do Paraibuna integrou-se ao restante do Império como um centro de abastecimento e trânsito de muitas mercadorias. Nascida de uma fazenda situada às margem do Caminho Novo a vila e depois cidade de Santo Antônio do Paraibuna elegeu sua primeira Câmara de Vereadores apenas em 1853, separando-se da cidade de Barbacena, mas logo se mostrou especial em relação aos demais municípios da região.

Tida como pólo comercial a cidade apresentou uma composição social bastante diversificada em termos de serviços. A título de ilustração, um *Almanak de Profissões* do ano de 1870 mostrou a relação das seguintes profissões disponíveis na cidade: solicitadores de causa, vigário colado, fabriqueiro, inspetor do círculo literário, professores de primeiras letras, coletor de impostos, escrivão, médicos, farmacêuticos, negociantes, agrimensores e pilotos, sapateiros, ferreiros, latoeiros, soleiros, carpinteiros, correios, alfaiates, marcineiros, pedreiros, padeiros, hoteleiros, fábrica de carroças e de vinagre, charutaria, cervejaria, chapelaria, capitalistas, fazendeiros que cultivam café, lavradores de mantimentos e criadores além dos cargos administrativos e judiciários.⁷³

Exatamente por esta posição de pólo regional Juiz de Fora recebeu dos distritos vizinhos visitantes e moradores ilustres que para lá

que achavam existir; e, D. Pedro, nas falhas dos mecanismos de representação, citados por José Murilo, mantinha as rédeas do grande império aproveitando-se de sua imagem intocável.

⁷² IBIDEM. p. 166.

⁷³ GENOVEZ, Patrícia Falco. Mandonismo Político e poderio econômico: uma análise das elites de Juiz de Fora (1853-1889). In: MONTEIRO, R. (org). **Principia**: caminhos da iniciação científica. p. 111 a 116.

seguiram em busca de uma vida mais confortável, para cuidarem da saúde, de melhores oportunidades políticas e também para se sentirem mais próximos da Corte, haja visto as facilidades advindas com a Rodovia União & Indústria. Contando com uma respeitável rede de hotéis, a cidade comportou o vai-e-vem de pessoas que acabaram tecendo, em seus salões de recepções, laços de amizades e futuras carreiras políticas. Jair Lessa nos fornece uma pequena impressão da vida agitada vivida pelas elites que por aqui passaram ou moraram através do trecho a seguir, quando relatou que os

(...) viajantes comerciantes, compradores de café, companhias teatrais - o Perseverança e o Misericórdia funcionavam com regularidade -; ouropretanos, barbacenenses e sanjoanenses com destino à Corte e vice-versa; mascates (mais de 100 permanentemente, malas estufadas e calo no ombro) procurando hospedagem mais barata; candidatos mirins à política indo hipotecar apoio aos maiores hospedavam-se nos hotéis mais caros; famílias que vinham para visitar estudantes interno e para comprar alianças, relógios, armas, navalhas, belgas, enxadas, foices e pregos; chapéus, botas, azeite português e cognac francês; aneata de luxo, carretéis de linha, brins, chita e morins; pó-de-arroz e rouge; enxoval para a noivinha; consultar sobre secretíssimas mazelas feminis e cara inchada por purulenta e rebelde odontalgia; para tirar retratos, assistir Carnaval, contratar agrimensor e advogado para inventários e infundáveis demandas judiciais. Fregueses esporádicos eram, também os afinadores de piano e cirurgiões ex-assistentes de luminares na Corte e na Europa, a procura de um cantinho ou de clientela

rica. ⁷⁴

Assim foi Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, ou pelo menos, foi a imagem que se fez da cidade: a forma como pretendeu ser reconhecida. Uma cidade viva que atraiu os ricos, os jovens e que concentrou em seus limites a oportunidade de um futuro melhor. Aqui foi possível se sentir mais próximo da civilização, da vida mundana do Rio de Janeiro, significou ser (...) *carioca do brejo; ser um trecho de terra cercado de piano por todos os lados; ser de muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca igreja, muita prece e pouca missa, deixando Mariana às moscas.* ⁷⁵ Uma característica que transpareceu na observação feita pelo próprio Imperador em 1861 quando visitou a igreja, seus comentários foram contundentes: (...) *A igreja é feia por fora e por dentro e, durante o "Te Deum", que não honrou a melomania mineira, estive numa tribuna, que antes chamaria catacumba.* ⁷⁶ Comportando-se como um centro cultural, a cidade ofereceu à suas elites espaços de sociabilidade e de divertimento bem diferentes do restante de Minas, como: teatros, cervejarias e parques, saraus, visitas às fazendas e viagens ao Rio de Janeiro. Sem se identificar com a *mineiridade* característica de Ouro Preto tomou como inspiração o Rio de Janeiro cujo reforço foi propiciado pela abertura da Rodovia União & Indústria.

A Zona da Mata tem seu destino unido a um fator social político de grande projeção, a sua ligação, desde o século XVIII, com o ciclo metropolitano do Rio de

⁷⁴ LESSA, J. *op.cit.*, p.130.

⁷⁵ CHRISTO, Maraliz de C. V. **Europa dos Pobres**. p. 12. As expressões contidas nesta citação pertencem respectivamente a Murilo Mendes e a Pedro Nava.

⁷⁶ MUSEU IMPERIAL. Diário do Imperador D. Pedro II, de sua viagem a Juiz de Fora, 1861. Texto datilografado, p. 5.

Janeiro. Este fator é uma vantagem com que sempre contou a Zona da Mata. Muitas coisas da evolução encontra razão de ser nesta circunstância. Essa aproximação, essa atração tem valido de muito ao desenvolvimento da Zona da Mata. O Rio de Janeiro sempre foi mercado do seu café, do seu leite e laticínios. A Zona da Mata é uma das bacias leiteiras do Rio de Janeiro. Em reversão, a Zona da Mata sempre prodigalizou ao Rio de Janeiro mão-de-obra, braço trabalhador, jovens por formar e educar, desde antes da Zona da Mata ser formada. ⁷⁷

Penetrar neste universo da elite é que nos interessa. Saber como se relacionaram, como se deu o exercício do poder não apenas na Câmara Municipal, entre os vereadores, mas também fora da instituição, em suas mais tênues ramificações. Vasculhar os fios deste tecido social, separando fio a fio todos os notáveis e compreender a trama na qual viveram.

Por isso, nosso recorte temporal tem por referência inicial o ano de 1853 quando foi eleita a primeira Câmara de Vereadores. É a partir daí que a cidade adquire certa autonomia política e administrativa na região, momento em que se separou da cidade de Barbacena. Este recorte institucional justifica-se pelo fato de que nossa escolha se fez em razão de uma elite que exerceu determinado poder na cidade seja através de laços sanguíneos ou de amizade presentes entre os notáveis da primeira Câmara e outras famílias também influentes, seja através da riqueza acumulada com os cafezais e gêneros de subsistência. ⁷⁸ Como também, é através

⁷⁷ CHRISTO, M. *op.cit.*, p. 11.

⁷⁸ Trabalho semelhante foi desenvolvido por Kátia Mattoso ao identificar a carreira política de alguns vereadores de Salvador que chegaram ao Conselho ou à Assembléia Provincial. Entre os vários exemplos citados pela autora podemos perceber a importância

desses notáveis que podemos perceber o relacionamento que se estabeleceu entre a cidade e, conseqüentemente, a região circunvizinha, para com a presidência da Província, o Império e o próprio Imperador.

Na ocasião da viagem de 1861, foram seis cartas trocadas entre a presidência da Província e a Câmara Municipal de Juiz de Fora. O que podemos considerar como um volume respeitável se tormarmos por referência que essas cartas foram bem mais raras no período anterior compreendido entre 1853, quando foi instalada a Câmara, até o ano 1860: foram num total oito cartas. ⁷⁹

No ano da viagem, podemos destacar as correspondências do presidente provincial, através do Conselheiro Vicente Pires da Motta, enviando à Câmara Municipal, um mês antes, autorização para gastar até 500\$000 (quinhentos mil réis) nos preparativos para recepção do Imperador. Três dias antes da presença imperial na cidade, o mesmo Conselheiro escreveu se prontificando a receber uma comissão encaminhada pela Câmara para tratar de assuntos importantes para a cidade. O mesmo ocorrendo em outubro, quatro meses após a visita imperial. ⁸⁰ Em agosto a Câmara recebeu a atenção especial do Deputado José Vieira de Resende Silva, oferecendo seus serviços como candidato a reeleição para Assembléia Provincial. O Deputado aproveitou para pedir, nesta correspondência, aos vereadores da cidade do Paraíba, (...) *não só o seu voto, como o obséquio de auxiliar neste empenho com toda a sua bem merecida influência.* (...). ⁸¹

dos laços familiares, do matrimônio e da sociabilidade. MATTOSO, K. *op. cit.*, p. 260 a 264.

⁷⁹ ARQUIVO HISTÓRICO... Séries: 11, 29, 32, 40,160.

⁸⁰ IDEM. Séries 11 e 32.

⁸¹ IDEM. Série 40. Carta do Deputado José Vieira de Resende Silva, enviada à Câmara Municipal em 21/08/1861. Grifo nosso.

Nos anos anteriores, essas cartas trouxeram assuntos variados como: aviso para proceder a eleição de um deputado para a Assembléia Provincial, em 1853; aviso de luto pela morte da irmã do Imperador, a rainha de Portugal, e, felicitação ao Conselheiro Vicente Pires da Mota que assumiu o cargo de presidente da província em virtude do impedimento do Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, em 1854; o edital sobre a elevação a Vila de Santo Antônio do Paraibuna com denominação de cidade do Paraibuna, em 1856; indicação do vereador José Caetano de Moraes e Castro, pedindo à presidência da Província para elevar o número de votantes da cidade, tendo em vista o número de cidadãos qualificados, em 1857; pedido de indicação por parte dos vereadores para preenchimento da vaga de Juiz Municipal; uma carta do Deputado José Pena Lima Duarte, remetida ao tio Comendador Francisco de Paula Lima, vereador na ocasião, informando que conseguiu fazer passar uma Lei permitindo a construção da cadeia; e, uma carta do Deputado Provincial Antônio da Fonseca Viana pedindo apoio para aprovar um Decreto na Assembléia referente a municipalização da arrecadação de impostos sobre os escravos, em 1858. ⁸²

Como podemos perceber, até a chegada imperial a Juiz de Fora, a cidade recebeu uma discreta atenção por parte da Província, onde as referências ocorreram apenas em assuntos oficiais e de caráter mais corriqueiro. Este panorama mudou após a inauguração da Rodovia. Ou seja, nas décadas de 60, 70 e 80 o número de correspondência chegou à casa dos oitenta em todo esse período. Este aumento de correspondência deveu-se evidentemente ao crescimento da cidade e da importância que passou a exercer na localidade mas também poderia estar relacionado ao fato de que o Imperador, ao longo destas três décadas, voltou à cidade por mais seis vezes. A relação direta entre as viagens e o aumento de correspondências para com a cidade não pode ser comprovado, uma vez que as cartas trouxeram outros interesses e estiveram relacionadas a outros

⁸² IDEM. Séries: 9, 15, 24, 32, 40, 47 e 160.

contextos. Contudo, permite-nos reconhecer, mesmo que parcialmente, o destaque que Juiz de Fora alcançou em toda a região em virtude das viagens.

Em relação ao governo imperial, os vereadores da Câmara Municipal enviaram cartas aos Conselhos de Ministros para parabenizar vários deputados. Apenas para ilustrar podemos citar o caso do Conselheiro José Antônio Saraiva, acusando o recebimento de um ofício da Câmara felicitando-o e a seu companheiro de senado o Barão de Cotegipe e o Deputado Martinho Álvares da Silva Campos pela posição que assumiram a propósito da questão do trabalho servil, discutida nos idos de 1880. Outras felicitações, em 1887 e uma ainda mais contundente em 1888, foram recebidas pelo Barão de Cotegipe, esta última assinalando a mesma preocupação com o trabalho servil onde o senador diz-se honrado em defender os interesses da localidade, (...) *garantindo não só a manutenção da ordem pública, como ainda os legítimos interesses da fortuna pública e particular, comprometidos em tão grave assunto.* (...). ⁸³

Algumas felicitações são anteriores como a que foi proposta pelo vereador Dr. João Nogueira Penido, em 1864, enviada ao Senador Teófilo Benedito Otoni, mostra o afinamento existente entre as aspirações do mesmo com o pensamento imperial, pelo qual foi nomeado, e o desejo dos eleitores liberais mineiros. Na década de 70, já podemos perceber a correspondência com o Senado, na figura de Francisco de Paula Silveira Lobo, agradecendo o esforço com que tem defendido a intenção de

⁸³ IDEM: Série 1. Sobre assuntos relacionados ao desajuste causado pelos movimentos abolicionistas ocorridos na região são vários os interlocutores da Câmara Municipal de Juiz de Fora, somando-se ao Deputado Barão de Cotegipe, Martinho Álvares da Silva Campos e Conselheiro José Antônio Saraiva, o Conselheiro João Sinimbu. Foi inclusive fundado, em 1884, o Clube da Lavoura e comércio de Barra Mansa ao qual a Câmara Municipal manifestou seu apressamento perante a Assembléia Provincial, cujo presidente era Antero José Lage Barboza, que também participou da vereança em algumas oportunidades.

estabelecer na cidade uma Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, sendo a mesma carta enviada a outro senador do Império, Martinho Álvares da Silva Campos. Os canais que foram abertos na Câmara dos Deputados permitiu a presença de representações junto a esta corporação para negociar providências imediatas a serem tomadas em relação à lavoura, decadente em virtude da sobrecarga dos impostos cuja resposta imediata por parte dos senadores José Rodrigues de Lima Duarte e José Calmon Valle Nogueira da Gama, pertencentes a famílias liberais renomadas da região, garantiram o encaminhamento da questão. O mesmo podemos observar com outras representações que foram enviadas na década de 60, cujo presidente Pedro Alcântara Cerqueira Leite, também pertencente a uma família liberal da região, apontou para um parecer favorável às reivindicações de melhorias para o município.⁸⁴

Outros assuntos também faziam parte dos motivos que moviam a troca frequente de correspondências com órgãos do primeiro e do segundo escalão do governo: cartas de convocação aos mineiros para atenderem às demandas de contingentes para a Guerra do Paraguai, em 1866; convocações para Assembléia Provincial; e, até um protesto datado de 1872, redigido pelo vereador Dr. João Nogueira Penido, levantando

*(...) dúvida sobre a inteligência do art. 73 da lei de 1º de outubro de 1828 contra usurpação e correlação dos direitos municipais pelo poder central que pretende nada menos do que reduzir as Câmaras Municipais a meras chancelarias passivas, tirando-lhes as atribuições de nomear e demitir livremente os seus empregados.*⁸⁵

⁸⁴ IDEM. Séries: 1, 6 e 140.

⁸⁵ IDEM. Série 9. Trecho de uma carta da Câmara, redigida pelo vereador Dr. João Nogueira Penido, contra o aviso circular do Ministério dos Negócios do Império, sob o número 759 de 22 de fevereiro de 1872.

Enfim, foram recebidos ofícios que avisavam sobre a passagem imperial pela cidade no ano de 1881, deixando a cargo dos vereadores a *inspiração patriótica* para uma recepção solene dos *Augustos Soberanos*; pedindo informações estatísticas da população negra e indígena da região, assim como dos movimentos populacionais dos homens livres; houve também pedido de condecoração por serviços prestados na Guerra do Paraguai.⁸⁶

Ainda por ocasião da viagem de 1861, inúmeras foram as correspondências tratando da solenidade quando da visita do Imperador à Câmara Municipal, feita apenas no dia seguinte à sua chegada. Algumas passagens mostram fatos relacionados à nomeação de uma comissão pela Câmara para redigir o discurso, exigindo o

*patriotismo dos mais importantes e abastados fazendeiros do Município, pedindo-lhes que se dignem auxiliar a municipalidade como representantes do povo para que possa tributar ao Imperador Constitucional, como chefe da nação, as honras, homenagens que lhe são iluidas.*⁸⁷

Além do pedido patriótico feito pelo Barão de São João Nepomuceno para a Câmara, que não foi convidada para a recepção na casa do Comendador Mariano Procópio e que em grande parte não atendeu ao chamado patriótico, assunto que trataremos mais adiante, podemos destacar a correspondência que foi enviada à Câmara pelos negociantes com o intuito de presentear o Imperador com um anel, como (...) *prova de adesão ao Monarca brasileiro* (...). E, outra correspondência também da Câmara, desta vez, tentando levantar fundos para realizar a solenidade do *Te Deum*, exposição do Santíssimo Sacramento e outras demais solenidade

⁸⁶ IDEM. As cartas acima relacionadas encontram-se nas séries: 7, 8, 9, 11, 18, 47.

⁸⁷ IDEM. Série: 140.

consideradas *do mesmo estilo* quando D. Pedro II adentrasse a cidade do Paraibuna. Outras foram enviadas ao Monarca para parabenizá-lo pelas campanhas no Sul quando da Guerra do Paraguai, felicitações pelo consórcio de Dona Leopoldina com o Duque de Saxe e várias outras relacionadas a festejos fúnebres, restabelecimento da saúde e felicitações diversas.⁸⁸

Todas estas correspondências nos mostram o quanto a vida mudou com a inauguração da Rodovia União e Indústria, seja no cotidiano, aumentando o vai-e-vem dos comerciantes, seja no acesso mais facilitado à Corte, seja pela imagem que a cidade passou a exportar a partir de então onde era possível imaginar a si mesmo como um dos municípios mais ricos do Império, com numerosos e importantes fazendeiros, com importantes casas de negócios e estabelecimentos industriais, hotéis e oficinas⁸⁹, seja pela presença marcante do Monarca Constitucional encurtando a longa estrada entre o centro do Império e a cidade interiorana, aproximando o primeiro e segundo escalões do governo com a municipalidade, permitindo um cerimonial onde todos encontraram um papel a representar: da multidão que o aguardou na entrada da cidade cantando o hino nacional aos ministros, senadores, representantes de diversas províncias e alguns nobres escolhidos para acompanhá-lo.

⁸⁸ IDEM. Série: 140.

⁸⁹ Jornal **Pharol**, 10/01/1878. Matéria publicada pelo jornal pedindo a colaboração de todos os grandes fazendeiros para confeccionar um almanaque do município onde constaria o nome de todos que se destacavam na cidade no ramo comercial ou agrícola, das autoridades e os dias de suas audiências.

PARTE II :AS MALHAS DO PODER

II.1) LISTA DE CONVIDADOS: prêmios e punições

A viagem teve a duração de doze horas, com inúmeras paradas para muda das parelhas, nas várias estações construídas pela Companhia União e Indústria ao longo da estrada. Acompanhados, desde o Palácio Imperial de Petrópolis, pela diretoria da Companhia (...) *as 5 horas e 1/4 da tarde, chegaram S.S.M.M. e A.A. ao Juiz de Fora, e foram hospedar-se em casa do senhor Comendador Marianno Procópio Ferreira Lage, onde a recepção foi brilhantíssima.*⁹⁰

Ainda a caminho, o arraial de Rancharia, primeira povoação de Minas Gerais, levantou um arco de onde quatro meninas vestidas de branco lançaram flores na caleça que transportou o Imperador. Com certeza, o arco estava relacionado à uma conquista, somente a um vencedor ergue-se um arco do triunfo. As quatro meninas de branco sob o arco jogando flores lembram anjos, com os quais o Imperador menino foi comparado no momento de sua aclamação.⁹¹ Esta passagem por Rancharia, em Simão Pereira, foi retratada pelo próprio punho do Imperador em seu diário. Falando da viagem, ele diz que (...) *Chegou à povoação de Simão Pereira colocada em lugar muito bonito às 2 e 6 e havendo aí arco com meninas e bastante pessoas, parou, seguindo caminho às 2 1/2. (...).*⁹²

Recordando o momento do cortejo dedicado à coroação de D. Pedro I também percebemos a figura dos arcos. Neste contexto, os cinco arcos erguidos ao Imperador surgiram como uma novidade, uma

vez que representaram não apenas a entrada triunfal de um chefe vitorioso. Neste caso específico, os arcos representaram a nova pátria, o potencial de prosperidade e a continuidade dinástica.⁹³ Reportando essa simbologia para o arraial de Rancharia, no povoado de Simão Pereira, os arcos continuaram representando a pátria, a continuidade dinástica e, mais condizente com a experiência vivenciada no momento da chegada de D. Pedro II, a prosperidade trazida pela cultura do café e a enorme vitória alcançada com a construção da Rodovia União e Indústria. Tendo em vista que a Rodovia reduziu não apenas o tempo de viagem do interior mineiro até a Corte mas, sobretudo, facilitou o escoamento da produção cafeeira e, conseqüentemente, aumentou os lucros dos fazendeiros de todo o município e redondezas.

Graças à D. Pedro II, que autorizou pessoalmente a construção da Rodovia, aquela localidade com sérias dificuldades para exportação do café produzido nas grandes fazendas locais, encontrou solução para seus problemas de transporte. Exaltou, portanto, não apenas o Imperador do Brasil que passou por aquelas terras mas também exaltou seu maior colaborador na construção da Rodovia com repetidos vivas. Afinal, a proteção imperial reduziu a doze horas uma viagem que não se fazia em menos de trinta dias, ida e volta.⁹⁴ Além disso, a estrada permitiu a construção de um ramal facilitando a comunicação com o arraial de Jaguary, cujo auxílio partiu do Barão de Prados. Uma empreitada que se encaixou no jogo de prestígio junto à pessoa do Imperador uma vez que o Barão poderia conquistar, assim como o Comendador Mariano conquistou, a honra e o prestígio de contar com a proteção e a gratidão do Imperador. Outro personagem que também realizou inúmeros benefícios à cidade foi o Barão de Bertioga, *venerável ancião e prestante cidadão, a quem muito*

⁹⁰ Conforme **Jornal do Commercio**. 27/06/1861. Carta particular publicada com o resumo da viagem de Petrópolis a Juiz de Fora.

⁹¹ RIBEIRO, Maria E. de B. **op. cit.**, p.89.

⁹² MUSEU IMPERIAL. **op. cit.** (1861), p. 4.

⁹³ RIBEIRO, Maria E. de B. **op. cit.**, p. 78.

⁹⁴ ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 60.

deve o município do Paraibuna ⁹⁵, que, com suas boas ações teve o merecimento de ver passar no solo de sua fazenda Soledade, a caieira imperial.

Antes mesmo da chegada do Imperador ao Juiz de Fora já podemos observar a tensão para se tornar o mais próximo possível do Imperador. O Comendador Mariano foi pessoalmente acompanhar D. Pedro II desde Petrópolis, aliás deste o Palácio Imperial, mostrando toda a sua familiaridade com D. Pedro II. O Comendador Mariano mostrou com isso seu prestígio talvez imaginando ou até mesmo sabendo que no caminho para Juiz de Fora outros nomes de benfeitores e patrióticos cidadãos saltariam diante dos olhos imperiais, como bem o fizeram os Barões de Prado, seu primo-irmão ⁹⁶, e de Bertioga. Este último, personagem que disputa, a exemplo de outros notáveis como veremos mais adiante, o prestígio local. O fato do Barão de Prados, Camilo Maria Ferreira Armond, ser primo-irmão do Comendador Mariano não significa que a família Armond lutou unida em busca dos benefícios do Império. Muito pelo contrário, existiram muitas rupturas causadas por rixas políticas, motivo pelo qual a família de Mariano saiu de Barbacena, vindo se instalar próximo à Vila de Santo Antônio do Paraibuna, na Fazenda de Santana. Este dado nos chama a atenção para o fato de que *as relações de parentesco não excluem a possibilidade, mais rara, de serem os partidos rivais do lugar chefiados por membros da mesma família.* ⁹⁷ O que também reforçou os desentendimentos foi a contestação por parte dos parentes, principalmente dos primos, tentando anular o testamento do tio,

⁹⁵ VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... *op. cit.*, p. 21 e 22. São várias as doações do Barão de Bertioga à cidade do Paraibuna, entre outras podemos citar terrenos para construção da igreja, da Santa Casa de Misericórdia e para o teatro. Ver LESSA, J. *op. cit.*

⁹⁶ BASTOS, W. *op. cit.* p.180.

⁹⁷ Ver LEAL, Victor, N. *op. cit.*, p. 22.

Lino Ferreira Armond, que deixou o Comendador Mariano como seu único herdeiro. ⁹⁸

Seguindo a viagem, com mais alguns minutos, o cortejo imperial foi acompanhado por oficiais de cavalaria da Guarda Nacional (...) *lucidamente fardados de encarnado e bem montados, colocaram-se dois na frente servindo de batedores, e os outros os seguiram a galope.* ⁹⁹ Entre os presentes destacou-se o senhor tenente-coronel Luiz José Ferreira Armond, com um esquadrão de Barbacena, tio do Comendador Mariano, e alguns oficiais: os capitães Barão de Pitangui e Joaquim Manoel Alves de Araújo. Ao todo o esquadrão contou com 160 praças mantidos por Luiz Armond para fazer a guarda de Suas Majestades e Altezas. Um pouco adiante no trajeto, novo grupo composto de 40 praças vindos de Ouro Preto. Mais uma vez é possível perceber a busca do reconhecimento, a tentativa de sair do anonimato diante dos olhos imperiais, oferecendo seus serviços, colocando-se a disposição para guardar D. Pedro II em qualquer circunstância, como símbolo de sua fidelidade sem qualquer custo para o Estado. ¹⁰⁰

Na chegada, D. Pedro II, foi recepcionado pelos colonos alemães, que guarneceram a estrada, separados por sexo e por idade, acompanhados pelo seu diretor e cura católico. Logo em seguida, vieram os alunos do colégio Roussin e uma multidão ocupando os arredores. Recepção semelhante passou-se a fazer na década de 70, pela população petropolitana, ao esperar a chegada da família imperial. Nessa festividade a população, juntamente com o Presidente da Câmara e os Vereadores, além de outras autoridades locais, saudavam o Imperador e lhe entregava a

⁹⁸ BASTOS, W. *op. cit.*, p. 181. Entre os parentes e os primos destacamos o Conde de Prados, o segundo Barão de Pitangui e o coronel José Ribeiro de Rezende, futuro Barão de Juiz de Fora, casado com a prima do Comendador Mariano.

⁹⁹ VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... *op. cit.*, p. 26.

¹⁰⁰ URICOECHEA, F. *O Minotauro Imperial.* p. 26.

chave da cidade, seguindo em cortejo de carruagens até o centro urbano. A simpatia popular pelo Monarca ficava expressa no lançamento de flores de janelas e sacadas e pela aclamação e alegria de todos. O cortejo também foi comum na Corte, onde a carruagem imperial foi frequentemente acompanhada de um piquete de cavalaria, além do anúncio feito por um clarim. Em dias solenes, a escolta era feita por um regimento e as carruagens eram as mesmas usadas por D. João VI. ¹⁰¹

O acompanhamento da multidão foi um fato emblemático que reafirmou a solenidade envolvendo a presença imperial à cidade do Juiz de Fora. Na entrada de D. Pedro II sua carruagem foi escoltada pelos oficiais locais de cavalaria da Guarda Nacional, um esquadrão vindo de Barbacena e outro vindo de Ouro Preto. Uma solenidade que não apenas reforçava o poder do Imperador, mas também daqueles que reuniram condições para protegê-lo. São os dois lados de uma mesma moeda: daquele que é reconhecido como líder nacional, e que, ao sê-lo, favorece o reconhecimento local dos que podiam acompanhá-lo.

Um outro fato reforçou o caráter formal da solenidade da chegada e a importância da visita para os interioranos e para o Monarca. O Imperador D. Pedro II chegou de farda. ¹⁰² Uma vestimenta que usava apenas em ocasiões bastante especiais: apenas em festas de gala e para

¹⁰¹ LYRA, H. **op. cit.**, p. 64, 65 e 67.

A maciça presença popular tanto nas festividades para receber a família imperial em Petrópolis quanto em Juiz de Fora podem ser analisadas como um espelho onde são refletidas as diferenças sociais que se fazem representar nos lugares ocupados especialmente por cada seguimento. Trabalho semelhante foi realizado por RYAN, Mary. **op. cit.** Neste artigo a autora trabalha os relatos de paradas cívicas cujo funcionalismo cultural principal seria a necessidade de um ritual de unificação. Além disso, teria uma função metodológica uma vez que permitia ver “(...) o modo como os contemporâneos interpretavam, mostravam e viam a ordem social urbana.(...). p. 185 a 187.

¹⁰² MUSEU IMPERIAL. **op. cit.** (1861), p. 7.

recepcionar diplomatas estrangeiros, D. Pedro II usava a farda simples de almirante, uma vez que os ministros eram recebidos de casaca preta. ¹⁰³

A presença dos alemães, no momento da chegada imperial ao Juiz de Fora, foi a prova viva da possibilidade do trabalho livre. A vinda dos imigrantes alemães constou no contrato firmado entre o Governo Provincial e a Companhia União e Indústria. O que, com certeza, causou preocupações locais, uma vez que a Província de Minas Gerais não apresentava dificuldades em relação à mão-de-obra escrava. Em dissonância com os proprietários rurais mineiros as primeiras colônias imigrantes foram formadas em Urucu e Mucuri, uma exigência do deputado Teófilo Otoni. Em 1857 o Comendador Mariano Procópio assinou o contrato com a Província com o compromisso de introduzir dois mil colonos alemães na região. Uma proposta que serviu para valorizar suas terras e cobrir alguns déficits da Companhia. ¹⁰⁴ A presença dos imigrantes no momento da chegada imperial reafirmou a proposta de trabalho livre, o que, com toda certeza, devia preocupar bastante os fazendeiros escravocratas da região.

A recepção na porta da casa do Comendador Mariano, onde ficou hospedada a família imperial, contou com (...) *estrondosas aclamações, ao som do hynno nacional tocado pela excelente banda de musica da colonia.* ¹⁰⁵ Os convidados, a nível local e nacional para a recepção, foram:

¹⁰³ LYRA, H. **op. cit.**, p. 64.

¹⁰⁴ Conforme OLIVEIRA, Mônica R. de. **op. cit.**, p. 55, 56 e 57. Para a autora a vinda dos alemães trouxe consequências rurais em termos de uma produção voltada mais para a agricultura de subsistência que gradativamente foi sendo superada pela atuação dos imigrantes no comércio e oficinas de marcenarias, latoarias e ferrarias. p. 60.

¹⁰⁵ VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA... **op. cit.**, p. 27.

(...)o conselho diretor e a diretoria da companhia "União e Indústria", representados pelos srs. conselheiro José Pedro Dias de Carvalho, commendadores João Baptista da Fonseca, M. P. Ferreira Lage, dr. José Machado Coelho de Castro e José Francisco Alves Malveiro, grande numero de senadores e deputados de 12 provincias do Imperio, entre os quaes o sr. conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que, como ministro do Imperio, tanto a peito tomou sempre a prosperidade da companhia e a fundação da colonia Pedro II; os srs. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da provincia, com o seu secretario, dr. José Vieira Couto de Magalhães e ajudante de ordem major José Joaquim de Lima e Silva; barões de Piabanha, de Prados, de Pitanguy e de Bertioga; dr. Quintiliano José da Silva, chefe de policia interino e seu secretario; dr. João de Souza Nunes Lima, juiz de direito da comarca; brigadeiro João Rodrigues Fêo de Carvalho, commandante do batalhão n. 70 da mesma Guarda, Fernando Halfeld e toda a sua officialidade; commandante do 11 esquadrão de Cavallaria, tenente-coronel Lino Armonde e seus officiaes; tenente-coronel José Basilio da Gama Villas Bôas; e muitos officiaes dos batalhões 69 e 71, juiz de direito da comarca de Petrópolis, dr. José Caetano de Andrade, e muitas outras autoridades. 106

Tão revelador quanto a lista de convidados e dos presentes para a recepção do Imperador foram os ausentes. A começar pela Banda de

106 IDEM. p. 27.

Música que existia desde 1846, fundada pelos *notáveis* locais. 107 Sem aproveitar os músicos formados e treinados pela Banda já existente, o Comendador Mariano Procópio preferiu treinar, às pressas, uma banda dentro da própria Colônia de alemães. Banda aliás, que impressionou o Imperador. 108

É de surpreender também que entre os grandes fazendeiros que residiram na localidade, dentre os quais vinte e oito conquistaram título de barão 109, alguns já o eram nesta época, apenas três com título de nobreza estiveram presentes: Barões de Pitanguy e de Prados, tio e primo respectivamente do Comendador Mariano; e, o Barão de Bertioga. Além destes, o alto comando da Guarda Nacional local: coronel Francisco de Paula Lima e o comandante Fernando Halfeld. Entretanto, a Câmara Municipal da cidade do Paraibuna não foi convidada.

Contudo, vários nomes pipocam no diário do Imperador que relatou a viagem, obedecendo, evidentemente, aos impulsos de uma memória treinada a selecionar o mais significativo, tanto que não há nenhum esforço em recuperar os momentos do jantar mas, é requisitada para descrever a banda de música, os grandes cafezais, o brejo próximo à Estação do Rio Novo, em Juiz de Fora, além de outros fatos que a seus olhos se transformaram em pitorescos e únicos. Assim, o Barão de Prados, o Comendador Halfeld, o delegado Barboza Lage, o padre Tiago, descrito como *preto como um carvão*, o cônego Roussin, Valle Amado, o Presidente da Câmara, o Barão de Bertioga, o Juiz da Comarca Nunes Lima, Paula Lima e Lino Armond da Guarda Nacional, o chefe de polícia

107 A cidade do Paraibuna ainda era um arraial quando fundou-se a Companhia de Música. O contrato fora assinado com o compromisso de pagamento de uma anuidade de 20\$000 em troca de aulas de músicas e cantos aos filhos dos sócios, música em ocasiões festivas e fúnebres. Entre os nomes que assinaram a escritura do contrato vários deles participaram posteriormente da Câmara de Vereadores. ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 53.

108 MUSEU IMPERIAL. **op. cit.** (1861), p.2.

109 PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão.** p. 331.

Quintiliano, o Presidente da Província, José Capistrano, o boticário, o Barão de Piabanha são personagens que flutuaram pelo diário do Imperador.

Tais nomes foram sempre ressaltados em virtude de suas boas ou más ações. Quando se referiu o Halfeld e ao Barão de Bertioga, ambos apareceram associados a suas concessões de terrenos para a Câmara com objetivo de melhoramentos na cidade. Este último fez um arco iluminado em frente a sua casa, em homenagem ao Imperador. É perfeitamente visível pelo diário a função exercida pela figura do Imperador. Em seu passeio pela cidade do Paraibuna, no dia seguinte a sua chegada e através das visitas que recebe no Paço Imperial, sediado na quinta do Comendador Mariano, o Imperador conseguiu saber sobre todos aqueles que exerciam o poder local, sobre suas relações familiares, seu bom ou mal comportamento diante da população. Nesse sentido, podemos perceber uma face agregadora da viagem de 1861. Foi a presença do Imperador na quinta, que serviu de Paço Imperial, que levou vários notáveis a adentrar o *castelo* do Comendador Mariano.

Ele soube do bom caráter do abastado padre Tiago; da intriga do cônego Roussin com o bispo; do pouco conceito que gozava o José Capistrano, o Presidente da Câmara, considerado como *rábula e hábil cabalista*; da solicitude de Halfeld, cunhado do Antônio Dias Tostes, um dos principais proprietário do local, que concedeu terrenos para importantes melhoramentos na cidade; descobriu, numa conversa com um preso, que o delegado Barbosa Lage não tinha dado a devida atenção à cadeia e aos presos; que o Barão de Bertioga, ancião de fisionomia agradável, era bastante misericordioso, chegando a cuidar de doentes e doando terreno para construção do hospital; da péssima qualidade dos alunos e professores do colégio do cônego Roussin; ouviu as queixas do digno magistrado Nunes Lima contra o juiz municipal do Rio Preto Ângelo da Mata Andrade; soube dos bons serviços prestados à Guarda Nacional pelo Comendador Paula Lima e seu comandante Lino Armond,

lembrados posteriormente à imagem gravada na memória dos fogos de artifícios oferecidos pela Guarda Nacional da localidade.

Rapidamente o Imperador tomou conhecimento de todas as intrigas que cercavam a cidade, soube sobre todos e sobre tudo. Sua presença pode ser comparada, guardadas as devidas proporções, à chegada da visita do Santo Ofício, à Inquisição!! Da mesma forma que a visita inquisitorial no Brasil colonial inspirou a verdade de todos, exigindo confissões e delações¹¹⁰, assim também a presença de D. Pedro II parecia exercer um poder semelhante na sociedade.

Sendo assim, como não falar de intriga na Corte? Como imaginar um D. Pedro alheio a fofocas, a palpites, a recomendações de terceiros? Como imaginá-lo imune a bajulações se os nomes sempre aparecem ligados a elas, seja em relação direta a sua pessoa ou ao Império? As memórias guardadas em seu diário traíram a imagem construída de um homem dado a poucos contatos diretos evitando qualquer proximidade com as banalidades e disputas cotidianas da corte que o cercava. Toda a viagem relatada no diário foi frequentemente entremeada por conversas, contatos e informações sobre o comportamento e as disputas da elite local.

Talvez o espaço do diário lhe pareceu tão particular que tornou possível tantos comentários sobre o caráter das pessoas, o que pareceu ser o exercício predileto do Imperador. Sagaz observador, ele se dispôs inclusive a relatar o que considerou extrema bobagem, ou em suas palavras, *bernardices*, como as que ocorreram no momento do discurso feito pelo Barão de Prados ou no comentário feito pelo esposa do juiz de direito. Num tom cômico deixou registrado, para posteridade, nas páginas de seu diário, as duas passagens.

(...) *antes de ir dormir ainda referirei dois casos dignos de figurarem entre as bernardices. A deputação da Câmara Municipal no seu discurso em que procurou*

¹¹⁰ VAINFAS, R. **Trópico dos pecados.**

pairar nas mais remontadas regiões da filosofia tratando das vantagens da comunicação entre os homens apontou o atrito do homem contra o homem para destruir-lhes as excrescências! Talvez se suprima este trecho no discurso impresso admirando-me bastante que o recitasse o Barão de Prados. A outra bernardice, que me contaram é da mulher do juiz de direito, cuja comarca compreende a vila do Pomba. Gabando a excelência do clima disse que onde engordara mais fora no Pomba. 111

Por meios bastante diferentes daqueles utilizados por Luís XIV, na França, que se valia de um rigoroso cerimonial para dominar toda a corte e mantê-la submissa à sua vontade 112, D. Pedro II se valia da simplicidade, do ouvido treinado para ouvir toda e qualquer espécie de conversas e preferia falar pouco, o menos possível. Ele foi sutil na sua vigilância, não ameaçou com sua presença. Caminhou por entre sua corte interiorana não por diversão, entendeu a necessidade de estar entre eles, os nobres. Minas Gerais, pela última listagem de titulares do Império emitida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores possuía nada menos que 157 nobres! 113 Foi a maior concentração de títulos em todo o Império, uma vez que foram computados em separado o Rio de Janeiro, com 120 títulos e a Guanabara com 106. Um apanhado minucioso sobre nobres na então cidade do Paraibuna mostra que no final do Império 28 nobres

111 MUSEU IMPERIAL. *op. cit.* (1861), p. 7. Os grifos foram feitos pelo próprio Imperador D. Pedro II.

112 Ver ELIAS, N. *op. cit.* e BURKE, P. *op. cit.*

113 RHEINGANTZ, C. *Titulares do Império*. p. s/n. Listagem de Barões em Minas Gerais e Total de titulares no Império.

residiram na localidade. 114 E, se se levar em conta as relações de parentescos com famílias que transitaram na política e na economia da região, com nobres de outros distritos, freguesias e cidades próximas esse número eleva-se para 55 títulos de nobreza, quase um terço dos titulares em Minas Gerais. (ANEXO 01)

Mais uma vez os indícios da pompa se tornam bases fortes para sustentarmos a importância da nomeação oficial por parte do Estado Monárquico e compreendermos as várias viagens de D. Pedro II à Juiz de Fora. E, por outro lado, os títulos de nobreza complementam o cerimonial. O título concede distinção a quem o recebe. Uma distinção que se faz eminente nos cerimoniais reais, parte essencial na luta pelo prestígio que garante ao Imperador posar como figura central. No jogo simbólico o título de nobreza, concedido pela figura imperial, permitiu àqueles que se encontravam no tecido social, o reconhecimento coletivo, uma vez que foi uma concessão de um agente autorizado pelo senso comum a exercer e monopolizar as regras que garantiam a segurança social, *o monopólio da violência simbólica legítima*. 115 O título garantia a celebridade de um indivíduo, uma diferenciação concedida pelo próprio Imperador, detentor oficial do monopólio sobre os signos que envolvem a monarquia. Assim,

(...) a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do título - nobiliário, escolar, profissional - , capital simbólico, social e até mesmo juridicamente, garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bom, prestigioso, em resumo nobilis. Ele é também aquele que

114 PROCÓPIO FILHO, J. *op. cit.*, p. 331.

115 BOURDIEU, P. *op. cit.*, p. 146.

é reconhecido por uma instância oficial, “universal”, quer dizer, conhecido e reconhecido por todos. 116

Uma lógica que ficou evidente no momento designado para o beija-mão. Foi no palacete oferecido pelo Comendador Valle Amado que realizou-se, no momento desta solenidade, o agraciamento do Comendador Mariano Procópio em favor de sua mãe que recebeu o título de Baronesa de Santana. Um título que reafirmou o apreço do Imperador em relação ao Comendador. Pela carta de nomeação o Imperador deixa claro que, *attendendo aos serviços prestados por Mariano Procópio Ferreira Lage; e querendo dar-lhe um testemunho de particular distinção: Hei por bem fazer Mercê à sua mãe. 117* E destacou o valor social do título permitindo que a mesma senhora *gozasse de todas as honras, privilégios, isenções, liberdades e franquezas que hão e têm, e de que usam e sempre usarão as Baronesas, e que de direito lhe pertencem. 118* O curioso foi que o Comendador deixou para um espaço, no caso o palacete, reservado às festas na cidade do Paraibuna, conforme veremos mais à frente, o local e o momento para acenar sua distinção perante o Imperador.

É neste contexto, abrangendo prêmios e punições, que precisamos analisar a lista de convidados. Uma vez formulado o significado de receber o Imperador e de compreender o jogo do poder que havia por trás de tal prestígio, tanto a nível nacional como a nível local, podemos compreender o que aconteceu na recepção de 1861. Iniciaremos, portanto, analisando os nomes que compunham a Câmara de

116 IDEM. **op. cit.**, p. 148. A sociedade funcionaria como um mercado onde o título valeria como uma identidade oficial subtraindo “(...) *os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando a cerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal.*” p. 147.

117 Ver BASTOS, **op. cit.**, p. 64.

118 IDEM.

Vereadores, que talvez pelas diferenças frequentes com o Comendador Mariano, não foram premiados.

A Câmara eleita em 1860 e que tomou posse em 1861, para um mandato de três anos, era composta pelo advogado, dr. José Capistrano Barbosa, presidente, e pelos vereadores: doutor João Nogueira Penido, prestigiado médico da cidade do Paraibuna eleito no mandato anterior; doutor Teófilo Nobrega Ayrosa, advogado; Tenente Domiciano Alves Garcia, suplente na gestão anterior, Capitão José Fernandes de Miranda, Alferes José Joaquim Monteiro da Silva, futuro Barão de Santa Helena; Comendador José Antônio da Silva Pinto, Barão de Bertioiga, presente na chegada imperial, contudo, não constou como representante da Câmara; Comendador da Ordem de Christo e Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa Francisco de Paula Lima; Vicente Antônio da Silva Oliveira, lavrador de mantimentos. Entre os suplentes: Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis; doutor Francisco de Assis Mendes Ferreira, médico; Major Antônio de Macedo Moreira; Capitão Domingos Antônio Lage; Francisco de Paula Lima Jr., oficial de justiça, filho do Comendador Francisco de Paula Lima; Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, presente na recepção como representante da Guarda Nacional, engenheiro responsável pelo Caminho Novo, via principal que cortava a cidade, abastado lavrador de mantimentos; Manuel Ferreira da Silva Velloso, negociante; Comendador Major José Caetano Rodrigues Horta, futuro Barão de Itatiaia, fazendeiro de café; doutor Avelino Rodrigues Milagre, advogado. 119

Era, portanto, uma Câmara eleita para a vereança entre os anos de 1861 a 1864, cujo nome mais votado foi o de José Capistrano Barboza, com 652 votos, garantindo a presidência, sendo seguido respectivamente por mais nove vereadores. O mais curioso foi que, entre os suplentes, entre os próximos dez nomes mais votados, constaram os nomes do cônego

119 A listagem dos componentes da Câmara de 1853 a 1915 encontra-se em ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 130, 131. Quanto à titulação e profissão ver ARQUIVO HISTÓRICO..., **Almanak de Profissões de 1870**; LESSA, J. **op. cit.**

Roussin, com 410 votos, o de Antônio José Macedo Moura, com 327 e o do Comendador Mariano, com 201 votos, que não figuraram na listagem oficial como tais.¹²⁰ Contudo, o nome do Dr. Avelino Rodrigues Milagres, com 50 votos a menos que o Comendador Mariano, figurou entre os suplentes. Não constando entre as atas da Câmara qualquer recusa de convocação por parte dos nomes que foram alijados da suplência.¹²¹

Olhando mais de perto os possíveis motivos que levaram a alguns dos mais significativos representantes da cidade do Paraibuna a não estarem presentes na recepção no *castelo* do Comendador Mariano, torna-se inevitável apreciar o que acontecia na então Vila de Santo Antônio do Paraibuna desde a década de 50. Em 1855, o Comendador Mariano Procópio, recém chegado da localidade de Barbacena, cidade na qual sua família exerceu grande poder político, convidou os mais importantes fazendeiros da vila para propor a criação da **Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna e do seu Município**, (...) *expressando seu apoio e o seu amor à causa de Santo Antônio do Paraibuna (...)*.¹²² Apesar da iniciativa ter partido do Comendador Mariano Procópio e de ter sido muito apreciada e, inclusive aceita, seu nome não foi sequer votado para integrar a diretoria da Sociedade, sendo aclamado presidente o Comendador José Antônio da Silva Pinto, Barão de Bertioiga.

Foram escolhidos oito diretores, por eleição secreta, incluindo o supra citado Barão de Bertioiga: o Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, o Comendador Francisco de Paula Lima, Tenente

¹²⁰ ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Atas de Apuração das Eleições do ano de 1861. 112/026.

¹²¹ ARQUIVO HISTÓRICO... Série 164: Atas de 1857-1889. Esta série é formada por notas esparsas sobre as atas, e ainda sob forma de rascunho, é portanto, incompleta, não havendo registro em livros oficiais, cuja datação inicial é do ano de 1866.

¹²² BASTOS, W. *op. cit.* p. 99.

Coronel José Ribeiro de Rezende, Padre João Marciano de Cerqueira Leite, doutor João Nogueira Penido, Comendador Major José Caetano Rodrigues Horta e o professor Josué Antônio de Queiroz, também farmacêutico. Após o discurso proferido pelo presidente e dos agradecimentos dirigidos ao idealizador da Sociedade, o Comendador Mariano foi convidado a ocupar o cargo de vice-diretor, o que foi imediatamente recusado, apesar do compromisso de prestar seu auxílio para a prosperidade da Sociedade.¹²³ Ao que parece o relacionamento do Comendador Mariano Procópio com os antigos moradores não fora estabelecido de forma positiva. O fato ocorrido na Câmara quando da formação da Sociedade Promotora e nas eleições, mostrou que se tratou apenas de boa vizinhança.¹²⁴ Ou seja, o contato pessoal existia e era até desejado pela Câmara de Santo Antônio do Paraibuna uma vez que o Comendador era o responsável pela limpeza e recuperação de alguns caminhos próximos ao centro da cidade. Contudo, o contato não ia além das reclamações, principalmente, no tocante à questão política. A distância que foi colocada também podia significar um entendimento entre os líderes locais no sentido do afastamento do Comendador Mariano das decisões municipais temendo um futuro domínio da família Armond como já ocorria em Barbacena, cidade da qual a vila de Santo Antônio do Paraibuna se desligara poucos anos antes, causando muitos prejuízos a antiga comunidade política barbacenense tendo em vista a vivacidade econômica da região recém emancipada.¹²⁵

Muitas discussões e querelas surgiram entre o Comendador Mariano Procópio e a Câmara Municipal. A principal ocorreu em virtude do desvio da Rodovia, por erro ou por capricho, conforme podemos observar no Mapa do Município de Juiz de Fora. O trajeto foi afastado (...) *do seu*

¹²³ IDEM. p. 98.

¹²⁴ IBIDEM. p. 101 e 103.

¹²⁵ IBIDEM. p. 111.

primitivo traçado dentro da cidade, conforme idealizara e o fizera o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, quando da construção da histórica Estrada do Paraibuna, parte do Caminho Novo. ¹²⁶ Esse desvio significou para a cidade do Paraibuna a perda de qualquer benefício financeiro por parte da Província em virtude do alto valor empregado pelo governo na Rodovia. Além disso, enfureceu os políticos locais o fato de que na cidade não houve sequer uma estação, tendo os moradores de se deslocarem até a estação de Rio Novo, na localidade onde residia o Comendador Mariano. As palavras do Deputado liberal Marcelino de Assis Tostes são emblemáticas

MAPA

(...)Eu declaro que, morando no Paraibuna e desejando a este Município todo o bem, possivelmente preferiria que nunca semelhante estrada existisse; preferiria isto ao "deficit" por que o país é responsável em virtude da negligência e pouco cuidado na aplicação dos dinheiros. Acrescentarei que até houve da parte do Diretor da Estrada um capricho contra a cidade do Paraibuna; se essa estrada passasse pelo centro da cidade, aproveitando os serviços já feitos com a antiga estrada, economizava, não só a distância, como os dinheiros públicos e particulares, sem obstáculo de rio e serra que a isso impedisse, a não ser a vontade caprichosa do diretor que a dirigiu para um ponto muito diverso

¹²⁶ IBIDEM. p. 109. O Mapa do Município, datado do ano de 1938, guarda as referências de grande parte das fazendas existentes na segunda metade do século XIX e, exatamente por isso, nos permite verificar o desvio realizado pelo Comendador Mariano ao traçar a Rodovia União e Indústria.

daquele onde devia passar, que não o centro da rua Direita da cidade. ¹²⁷

Uma decisão que não apenas deixou o centro urbano da cidade sem uma estação, como impediu a valorização dos terrenos dos grandes proprietários que acompanharam o traçado do Caminho Novo, como o Barão de Bertioga, as famílias Tostes, Halfeld e os Paula Lima. Ao escolher um outro traçado para a rodovia o Comendador Mariano valorizou suas próprias terras. Aliás, terras que foi adquirindo fora do perímetro urbano da cidade, sempre às margens da Rodovia. O processo de aquisição das terras vem descrito no registro de terras que o Comendador Mariano fez, mostrando sua disposição em cercar a cidade (ANEXO 02). Pelos limites que constam no documento, o avanço *marianista* só encontrou resistência junto às propriedades dos Halfeld e dos Paula Lima, famílias que já contavam com raízes bem profundas quando a cidade era apenas a vila de Santo Antônio do Paraibuna, em 1850. Adquirindo terras descontínuas o Comendador tornou-se possuidor de uma vasta faixa abrangendo, conforme o mapa anterior, o Morro do Imperador, Mariano Procópio, São Pedro, Borboleta, Cresotagem, Benfica e Grama.

Para melhor avaliarmos o que representou para os proprietários locais o desvio da Rodovia podemos tomar como parâmetro uma discussão, que em proporções bem menores, sacudiu a sociedade juizforana, no ano de 1867, quando a **Sociedade Progresso de Juiz de Fora**, decidiu construir um teatro. A Sociedade era composta pelo advogado Cristóvão Rodrigues de Andrade, pelo negociante Carlos Otto Halfeld e pelo seu primo Antônio Amálio Halfeld, farmacêutico e clínico, decidiu construir um teatro. Contudo, os interesses vinculados a valorização de alguns terrenos ainda baldios na cidade, criou uma série de

¹²⁷ Palavras do Deputado Marcelino de Assis Tostes na Assembléia Provincial na sessão de 17 de junho de 1864, transcrita em BASTOS, W. **op. cit.**, p. 110.

discussões como nos conta um contemporâneo, que também fazia parte da Câmara de Vereadores, o major Ignácio da Gama.

A situação do teatro foi motivo para renhidas discussões. Entendia-se que o novo edifício traria valor às terras vizinhas, e havendo muitos possuidores de terrenos baldios, é fácil de adivinhar quantas razões de conveniência pública se apresentavam, ocultando interesses particulares e prejudicando o andamento da idéia. 128

É o mesmo major Ignácio da Gama que nos dá uma dimensão da divisão que existiu na cidade na época do Comendador Mariano. Uma divisão que pareceu bastante clara aos contemporâneos e que, com toda certeza preocupou-os muito mais que a valorização de terrenos baldios por conta da construção de um teatro. Depois de saírem abatidos com a definição do traçado da Rodovia, no ano de 1855, por fora da área urbana, gerando uma situação tão difícil que sequer a Câmara foi convidada para a inauguração em 1861, a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II configurou-se no novo pesadelo na década de setenta.

Foram vários os documentos enviados para a Presidência da Província e ao Ministério da Agricultura e Obras do Império, informando a distância entre a cidade e a estação, que seguiria o trajeto já adotado pela Rodovia União e Indústria. Todos os apelos foram em vão. A estação da tão esperada ferrovia, que na época parecia apenas um sonho, permaneceu no mesmo lugar onde fora instalada a estação da Rodovia, a três quilômetros de distância da cidade. Para o major Ignácio da Gama, a situação era clara (...) *havia duas forças que lutavam: a União e Indústria, desejosa de povoar, de dar vida à Mariano Procópio (Rio Novo até 1881),*

128 ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 64. O teatro acabou sendo construído em frente à matriz, na casa que pertencia ao major Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho.

e a cidade, que se avolumava na vargem fronteira ao sobrado do juiz-de-fora(...). 129 A construção de uma estação dentro da cidade só aconteceu cinco anos mais tarde, após a morte do Comendador Mariano. Uma conquista, levando-se em conta as forças que estavam em ação no início da construção e o contexto desfavorável conforme pode-se observar.

Dizia-se que Mariano era o ponto terminal de Rio Novo e que só esse município, riquíssimo em café naquela época, se impunha para a preferência da estação no belo subúrbio. O próprio Conselheiro Diogo Velho, proprietário ou co-herdeiro da importante fazenda de Sant'Anna daquele Município vizinho bafejava a idéia de que fosse aproveitada a estação já feita da Companhia União e Indústria, e daí as dificuldades quase insuperáveis para a vitória da cidade. Eis porque foi preciso a Juiz de Fora doar o terreno, fazer subscrições populares para adquiri-lo, "meetings", reuniões presididas pelo Dr. Avelino Milagres, em que andavam seus velhos camaradas, Coronel João Evangelista, Caiafa e outros. 130

A superioridade da facção marianista, conforme designação do major Ignácio da Gama, foi evidente, além do apoio de líderes de conotação nacional como foi o caso do próprio conselheiro Diogo Velho. A Câmara era muito pobre e foi preciso levantar o dinheiro para o terreno do bolso dos próprios vereadores. Os sete contos de réis necessários para a compra foram levantados pelo Barão de São Marcelino. O deputado Dr. Marcelino Tostes, ficou como o responsável pela negociação de um terreno apropriado. Foi com alívio e a dignidade restaurada que o major

129 IDEM. p. 66.

130 IBIDEM. p. 67.

Ignácio relatou, muitos anos mais tarde, (...) e tivemos a estação em vez de estribo, ficha de consolação com que nos acenaram os marianistas.(...).
131

A memória do major Ignácio da Gama sobre os acontecimentos que envolveram a cidade de Juiz de Fora no século passado nos traz, para além da divisão de interesses que cercaram os dois grupos, o fato de que esta divisão acontecia geograficamente em virtude de um brejo e um morro entre as duas partes da cidade. As duas cidades se tornaram cada vez mais separadas com os péssimos resultados obtidos pelo Comendador Mariano nas eleições. Segundo Jair Lessa,

*Tendo-se em vista a área hoje ocupada pela cidade, difícil será aquilatar-se qual seria a melhor: a de propriedade dos Tostes e Halfeld ou a disponível à Companhia União e Indústria. Eram, pelo menos, equivalentes. As duas populações urbanas se equivaliam numericamente. Os construtores de lá [localidade onde morava o Comendador Mariano], mestres escolhidos a dedo, gente branca alfabetizada; os de cá [área urbana onde estava instalava a Câmara Municipal] salvo um ou outro português que jurara não pegar no pesado - caboclada se aglomerando aos poucos sob a batuta de meia dúzia de caudilhos afazendeirados, mais escravos que brancos, pedreiros semi-analfabetos práticos em construções de taipa, construído casas desenhadas por fazendeiros.(...) Só usavam do lado de cá o médico e o padre em horas extremas. Até um nome já tinham: um nostálgico **Rio Novo** que não pegou e foi mudado repentinamente, para **Estação de Juiz de Fora**. Palácio governamental já tinham - e o chamavam mesmo de **O***

131 IBIDEM. *op. cit.*, p. 67.

Castelo. (...) Lá Mariano era rei, cá vereador de décima suplência (humilhante!), de Câmara que só dele se lembra para admoestações, para exigir que ele tapasse os buracos da principal rua da cidade de Halfeld. 132

Porém, esta divisão, do ponto de vista oficial, não existiu, apenas na prática, no cotidiano. Uma diferença em relação às localidades tornou-se perceptível na própria descrição do Imperador quando o mesmo diz chegar ao **Juiz de Fora**, quando da inauguração da Rodovia União e Indústria em 1861. Diferença que se faz presente quando o Monarca fala da visita a **cidade do Paraibuna**, no dia seguinte a sua chegada. Pelas rixas e querelas frequentes não pareceu ser apenas uma divergência com relação a designação toponímica. Para quem viveu a época, como o major Ignácio da Gama eram efetivamente lugares diferentes e não somente nomenclaturas alternativas para designar um mesmo lugar.

Para apreender a extensão da questão foi preciso recorrer aos documentos oficiais referentes às divisas da cidade. Uma questão que não esteve ligada somente a divisão geográfica causada por características do relevo local mas, onde esteve embutida questões eleitorais concernentes à disputa pelo eleitorado, através das listagens de qualificação, feitas de acordo com as divisas eclesiásticas. 133 Se tomarmos por base as

132 LESSA, J. *op. cit.*, p. 73. Grifo nosso.

133 Sobre a questão referente a disputa por divisas e as implicações eleitorais o caso de Piau é bastante revelador uma vez que os eleitores mudam frequentemente o local de votação, ora na Freguesia de Rio Novo, ora na Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna. Uma situação que permanece obscura até o ano de 1870 quando o presidente da Província José Maria Corrêa de Sá Mendes, na carta enviada à Câmara, em 18/03/1870 define que, (...)pertencendo o distrito do Piau, na parte eclesiástica a paróquia dessa cidade em virtude do parágrafo 2º do art. 2 da Lei número 1265, e devendo aí votar os habitantes do mesmo distrito de acordo com a Lei do aviso número 21 de 23 de janeiro de 1849 e art 2º do Decreto número 480 de 24 de outubro de 1846, haja Vmces. de dar execução a ordem que lhe expedi em 21 de fevereiro último. As cartas frequentes para

informações prestadas pelo major Ignácio, de que a área referente a quinta do Comendador Mariano era conhecida na época por Rio Novo, a correspondência enviada pela Presidência da Câmara em 1854 demonstrou uma situação curiosa e conflituosa na época onde,

*(...) uma representação de diversos moradores desta Freguesia na parte em que confronta com a do Rio Novo, [encontra-se] reclamando contra a adoção do projeto número 7, que em sessão de 31 de março próxima foi apresentado na Assembléia Legislativa Provincial, incorporando-os à dita Freguesia do Rio Novo, e ao Município do Mar de Espanha; e conformando-se inteiramente com o que os Suplicantes expedem, tem a declarar a V.Exa. que a divisa eclesiástica e civil, que estabelecida pela Portaria da Exma. Presidência, de 4 de junho de 1852, por virtude do art. 3^o da Lei Provincial número 598, se acha tanto de acordo com a comodidade dos povos, que até hoje ainda nenhuma reclamação apareceu contra ela, e que só esta razão era bastante para que ela fosse conservada. (...)*¹³⁴

Contudo, é importante frisar que esta parte da cidade não pertenceu ao município de Rio Novo mas, a reclamação parece partir dos moradores que ali residiram. A indicação feita pelo Dr. João Nogueira Penido confirmou o fato quando o fiscal da cidade, em 1862, pediu a intimação dos proprietários das margens da Estrada do Rio Novo, para construírem esgotos e limparem as testadas de suas casas. Entre os

esclarecimentos concernentes a questões de divisas e qualificação de votantes encontram-se no ARQUIVO HISTÓRICO... Séries: 15, 23, 24, 25, 47 e 164.

¹³⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ... Série 13.

paroquianos ali residentes, o documento destacou, dentre outros: Comendador Paula Lima, Tenente Domiciano Alves Garcia, Comendador Mariano Procópio e Manoel Dias Tostes. ¹³⁵O que mostra que o nome de Rio Novo se dá em virtude da estrada que ia em direção a esse município mas, também mostra a distância entre os dois pólos populacionais. Uma distância que não se mediu apenas por quilômetros, que eram poucos, somente três, se mediu por ideais e por realizações. A divisa oficial da cidade indicada pelo fiscal José Francisco de Paula Queiroz, sob parecer de uma comissão formada pelos vereadores Cristóvão Rodrigues de Andrade e Joaquim de Almeida Póvoas, ambos advogados, tentou seguir os parâmetros *naturais e de conformidade com a necessidade da população.*

A cidade do Juiz de Fora será limitada ao Norte pela linha divisionária dos terrenos que pertencem ao Comendador Paula Lima com os do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, e as da Cia. União e Indústria, a Sul por uma linha reta que partindo da ponte do Macedo vá passar pelo alto do morro da Chácara que pertenceu a Joaquim Antônio Clemente Pinto até encontrar as terras da Companhia e que por outro lado seguindo da ponte do Macedo vá em seguimento terminar na margem do rio Paraibuna, ficando dentro destes limites as chácaras de Vicente Antônio, Cassiano e outros. A Leste pelo rio Paraibuna compreendido entre as duas linhas indicadas e ao Oeste

¹³⁵ IDEM. Série 160. Pelo relatório percebe-se que Paula Lima, Domiciano Alves Garcia e Dias Tostes, apesar de residirem na Estrada para Rio Novo, não eram vizinhos próximos do Comendador Mariano.

da Serra também compreendidas entre as duas linhas indicadas. 136

Assim em 1869, ano da inauguração da Escola Agrícola da Companhia União e Indústria, segunda viagem de grande porte do Imperador a Juiz de Fora, o limite urbano da cidade deixou de fora do perímetro urbano as propriedades do Comendador Mariano Procópio e da Companhia que, por sua vez cercou a cidade ao Norte e ao Sul. Uma situação que o Comendador fez questão em manter, como ficou explícito num ofício remetido ao Presidente da Província em 1857, demonstrando sua reprovação ao fato da Câmara incluir tais propriedades dentro dos limites da cidade. 137

Provas cabais de tanta distância podem ser observadas através das inúmeras cartas remetidas pela Câmara da cidade do Paraibuna à Presidência da Província e ao próprio diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, o Comendador Mariano Procópio, já na década de setenta. A correspondência frequente demonstrou toda a insatisfação da população da cidade em relação a construção da ferrovia, que seguindo o traçado já existente da Rodovia, ao redor da cidade, exigiu aterros próximos às margens do rio Paraibuna. Inconformados por não terem uma estação dentro da cidade, uma vez que a estação do Rio Novo não era considerada como tal, várias comissões foram formadas para cobrar os reparos necessários aos danos causados, principalmente aqueles referentes à água represada nas valas ao redor da estrada.

A carta enviada pelo engenheiro Fernandes Pinheiro, responsável pelas obras, ao Presidente da Câmara Municipal, Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro, deixou claro a situação conflituosa que se formou ao afirmar que,

¹³⁶ IDEM. Série 92. Relatório da Comissão feito em 25/04/1869.

¹³⁷ IDEM. Série 23. Carta enviada à Câmara em 24/11/1857.

(...) A Estrada de Ferro não criou males antes fez um grande benefício (...), se porém a Câmara entende que deve melhorar as condições higiênicas desta cidade ou que deve recorrer ao Governo Geral é negócio que só a ela diz respeito, por minha parte declaro que nada mais pode fazer esta Estrada além do que está feito e do que ordenei em presença de V. S.(...). 138

Os benefícios para a cidade com a realização da construção da linha de ferro apontados pelo engenheiro responsável foram mencionados praticamente em todas as correspondências. Para a ala marianista a Estrada de Ferro pôs todos os brejos da cidade em comunicação com o rio e construiu bueiros e pontilhões, auxiliando o escoamento do esgoto, considerado precário. Motivo mais do que suficiente para receber agradecimentos e não críticas, conforme afirmou o responsável pela obra. Enquanto isso, na Câmara Municipal, do outro lado da cidade, o ângulo de visão sobre o fato pareceu ser bem diferente. Novas reclamações sobre os frequentes alagamentos causados pelos aterros da ferrovia, pondo em risco a higiene da população criaram situações e encontros que mais pareciam duelos entre o engenheiro e a Câmara quando este escreveu ao Presidente da mesma: *(...) para este fim amanhã, 13 do corrente, estarei ao meio dia no cruzamento das duas estradas próximo ao Hotel Gratidão (...)*. 139 Era uma tentativa de por fim aos problemas apontados pelas comissões formadas e presididas pelo Comendador Halfeld. Do encontro definitivo, acima descrito, a Câmara tirou seu veredito:

¹³⁸ IDEM. Série 04. A circulação de correspondência trocando queixas e benefícios sobre a Estrada de Ferro atravessam os anos de 1872, 1873, 1875, além de haver cartas sem datas precisas. Essas cartas encontram-se nas séries: 04, 06, 09 e 142.

¹³⁹ IDEM. Série 04.

(...) Chamando a atenção de V. S. para este interessante objeto, não faço mais do que cumprir uma resolução unânime da Câmara Municipal, que, responsável pelo bem-estar dos habitantes da localidade, na pasta que a lei incumbiu-lhe, considera justas as reclamações daquele empregado [o fiscal], concordes com as queixas razoáveis do Sr. Gomes Freire de Andrade Tavares e outros moradores do lugar e agora fortalecidas pelos pareceres de uma comissão formada de pessoas profissionais e merecem toda a confiança. Tendo a Câmara Municipal de recorrer ao Governo Provincial, se V. S. entender que são infundadas aqueles pareceres e a reclamação da Câmara, peço a V. S. que, com a conveniente urgência haja de comunicar-me aquilo que V. S. resolver a respeito desta questão. 140

Tal conflito começou a resolver-se em 1873, após a morte do Comendador Mariano Procópio quando, finalmente, pareceu ganhar novo impulso um movimento no sentido de se estabelecer uma estação na cidade. Aliás, um movimento iniciado em 1871 pelo Dr. Cristóvão Rodrigues de Andrade, advogado e vereador nos anos de 1865, 1868 e 1877, que enviou uma representação ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas pedindo uma estação na cidade referindo-se ao inconveniente da distância de seis quilômetros, ida e volta, percorrida pelos estrangeiros e pelo aumento no preço do transporte. A resposta da Assembléia Provincial ao mesmo pedido foi de que a idéia era patriótica mas que os serviços deveriam ser prestados com as (...) *riquezas naturais e reconhecida e inteligente atividade de seus filhos.* (...). 141 Outra carta,

140 IDEM. Série 142.

141 IDEM. Séries: 160.

já em 1874, recorreu ao próprio Imperador, um canal aberto com as viagens anteriores, permitindo uma aproximação com o Estado Imperial, trouxe a reclamação em relação a pretensão de aproveitar a Estação da Rodovia União e Indústria

(...) obrigando uma população inteira a andar para trás mais de dois quilômetros para tomar o trem e de mandar cargas. Isto unia clamorosa injustiça. Longe desta Câmara a idéia de hostilizar por qualquer maneira a Cia União e Indústria que tem prestado serviços reais a este município todavia os interesses dos habitantes desta cidade, dos quais é fiel intérprete, não podem deixá-la emudecer, quando se trata de uma pretensão tão desarrazoada dessa Companhia. Sejam consultados e atendidos nos interesses, mas, não com detrimento tão flagrante dos interesses de uma população inteira. (...) 142

Em 1875, finalmente foram atendidos os apelos. A Câmara enviou cartas de agradecimento aos Deputados Provinciais: ao conservador Dr. Luiz Eugênio Horta Barboza e ao liberal Dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama (ambos natural de Juiz de Fora), e ao Dr. Martinho Álvares da Silva Campos, também liberal, pelo empenho para se estabelecer a estação, cujo terreno, conforme já mencionamos acima, foi adquirido às custas dos vereadores. 143

Com tantas queixas e rixas nos faz refletir sobre a separação e a eterna condição de estrangeiro com a qual o Comendador Mariano

142 IDEM. Série 160.

143 IDEM. Séries 40, 136, 142 e 164. Sobre a procedência dos deputados relacionados ver ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO, livros de Atas de apuração de eleições e de assinatura de eleitores 112/026, 131/036, 133/038.

Procópio conviveu. Sob um outro ponto de vista, aqueles que estiveram à frente das reclamações frequentes, e aí, não estamos entrando no mérito da validade ou não de tais reclamações, foram personagens proeminentes das mais antigas famílias da localidade, requisito que talvez os habilitasse a falar em nome da sociedade juizforana. Ponto em que torna-se necessário um olhar em direção ao círculo familiar que formou-se na cidade de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX. Contudo, é importante colocar e reforçar esta posição de estrangeiro a qual foi relegado o Comendador Mariano. Uma condição que foi originada no fato de ter vindo de uma localidade vizinha mas também por ser o Comendador um homem de visão bastante destoante em relação aos fazendeiros locais. Uma visão que muito provavelmente formou-se durante seus estudos na Europa e Estados Unidos e que garantia o apreço do Monarca Ilustrado. 144

II.2) CÂMARA DOS COMPADRES: Relações familiares na Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna

A perspectiva de apreciar as relações familiares dentro da política se faz a partir da possibilidade de diálogo entre as histórias política e da família. Um diálogo que acreditamos ser bastante frutífero se tomarmos por base que a política tem que ser compreendida como uma atividade de grupo. O que se torna ainda mais evidente quando o olhar histórico se lança sobre a segunda metade do século XIX, sob a perspectiva da política local, praticada pelos senhores de terra e de homens, tão característica no Brasil Imperial.

Os vereadores eram os "notáveis" locais, eram os "homens bons" capazes de representar a sociedade, de legislar e defender os

¹⁴⁴ Ver BASTOS, W. de. **op. cit.**, p. 15. Foi após retornar dos Estados Unidos que o Comendador Mariano Procópio resolveu construir a estrada de rodagem, um projeto alimentado há vários anos por seu pai.

interesses da localidade, o que muitas vezes significou a defesa dos interesses do grupo ao qual estiveram ligados. Foram barões, comendadores, grandes fazendeiros de café, comerciantes, médicos ou advogados em sua maioria. Contudo, não foram todos os barões, fazendeiros, comerciantes, médicos ou advogados da região que chegaram até à Câmara. É neste ponto, que somos obrigados a pensar que para além do círculo político, que trataremos mais adiante, e para além do poder exercido através do Estado observamos a atuação de outros círculos como o familiar, o econômico e o de sociabilidade que permitiram àqueles que não conseguiram um lugar na política, fazer valer seus interesses. Interesses que aliás se confrontaram numa região próspera e enriquecida pelo café, mas que encontraram um ponto agregador quando das viagens de D. Pedro II a Juiz de Fora, como é o caso da viagem de 1861, quando vários *notáveis* se dirigiram ao *castelo* do Comendador Mariano para falarem com o Imperador D. Pedro II ou em momentos como o beija-mão, a missa solene e as visitas à Câmara Municipal e à Cadeia Pública.

O círculo familiar, portanto, é um importante eixo para a compreensão de como se relacionaram os círculos supra citados e, conseqüentemente, ver como se deu a questão do poder neste contexto. Por isso, buscaremos recompor as principais relações familiares existentes entre os vereadores partindo da primeira Câmara, em 1853, até a proclamação da República, no ano de 1889, momento em que o cerimonial real encontra seu fim.

Este esforço encontra respaldo em vários debates historiográficos desenvolvidos nas últimas décadas sobre a história da família, encontrando-se hoje numa posição teórico-metodológica um tanto quanto especial. Do ponto de vista da história social a história da família e o espaço que esta encontra na micro-história não pode ser encarado como um microcosmo exemplar do social. É apenas um ponto de partida para se chegar ao entendimento de uma dimensão mais generalizada, não incorporando (...) *objetos que teoricamente só poderiam ser construídos em*

escalas diminutas do social (como, em tradições diferentes, os micro-poderes ou as relações de parentesco, por exemplo). 145

Contudo, recentemente, a história da família, a partir de uma perspectiva social, tem apresentado novas possibilidades e questões de pesquisas ao reavaliar algumas posições referentes à família escrava. Uma postura revisionista em relação aos trabalhos produzidos na década 60 e 70 que apontavam para uma condição apática e até de inconsciência da própria situação do cativo. 146 Hoje, trabalhos como o de Hebe de Castro, Sheila Faria e de Robert Slenes retratam, em melhor estilo, a condição do cativo e do homem livre pobre no Brasil escravista, conjugando fontes de natureza diversa como inventários, processos-crime, registros de batismos e até relatos de viajantes, que muito podem oferecer para uma melhor compreensão do cotidiano de então. 147 É justamente aproveitando o espaço da história da família que procuraremos pensar as relações de parentesco na Câmara Municipal de Juiz de Fora, pensando a família como mais um círculo de exercício de poder ao nível local. 148

145 CASTRO, H. **op. cit.**, p. 14. A história da família passou a ser encarada como um campo específico na década de 80. Os primeiros trabalhos surgiram com Maria Luiza Marcílio e Eni de Mesquita Samara, além das norte-americanas Muriel Nazzari, Alida Metcalf e Elizabeth Husnesoff.

146 CASTRO, H. **op. cit.**, 18 e 20.

147 IDEM. **op. cit.**, p. 18. Ver também os trabalhos de: Hebe de Castro **A cor inexistente**, Tese de Doutorado, Trabalho, Família e Escravidão em **Estudos da Escravidão, Resgate**; Sheila de Castro Faria **Escravidão e relações familiares no Rio de Janeiro, A colônia em movimento**, Tese de Doutorado, **Casas de morada, Família escrava e legitimidade**; Robert Slenes **Escravidão e família, Lares negros, olhares brancos, Na senzala uma flor**, obra na qual o autor utiliza relatos de viajantes permitindo uma nova perspectiva com relação ao cotidiano do cativo.

148 Um trabalho semelhante foi desenvolvido por MATTOSO, K. **op. cit.** A autora trabalha relações parentais tanto a nível municipal quanto a nível estadual em Salvador. p. 261-192.

II.2.A) ASSUNTO DE FAMÍLIA

Sabemos perfeitamente que os estudos feitos hoje sobre história da família estão mais relacionados às análises de constituição de famílias escravas, da viabilidade da existência dessas famílias dentro das senzalas, da possibilidade de pequena produção agrícola que essas permitiram. Mas, entendemos que a mesma perspectiva, usando a história da família como um componente importante indicando o viver diário, também pode ser revertida para o outro lado da moeda: enxergar também as famílias dominantes e sua atuação junto à Câmara de Vereadores. Aliás, uma visão já bastante trabalhada pela história política. A documentação utilizada para alcançar tal fim foram os testamentos, os inventários de bens e partilhas, além de livros de genealogia e alguns registros de doação de sesmarias.

Inicialmente, faz-se necessárias algumas referências do surgimento da cidade para compreendermos o aparecimento de alguns troncos familiares que despontam entre as demais na disputa pelo poder local, fato que, a nosso ver possuiu uma conotação respeitável tanto para complementar os motivos que deixavam alijado o Comendador Mariano Procópio como para explicar o poder inquestionável da Câmara Municipal.

O pequeno povoado nasceu com o Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes e Domingos Rodrigues, uma picada que ia da Borda do Campo até a Raiz da Serra.¹⁴⁹ A Garcia Paes foram concedidas quatro sesmarias de terra. A patrulha do Caminho era realizada pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) e o responsável pela guarda dos mantimentos era o tenente-coronel Manoel do Valle Amado.

149 A construção do Caminho Novo diminuiu em muito o trânsito de pessoas nos núcleos localizados nos limites paulista que passaram a constituir o Caminho Velho. Ver FÁRIA, Sheila de Castro. “Fortuna e família no Bananal no século XIX”, In: CASTRO, H. **Resgate**. p. 68.

As primeiras concessões de sesmarias na região foram para José Vidal Barbosa Lage, em 1781, possuidor de (...) *avultada fabrica de escravos sem ter terras em que os occupe para o exercício da Agricultura (...)*, e para Domingos Vidal Lage, em 1784.

Um outro grande sesmeiro, talvez um dos primeiros, foi João de Oliveira, um funcionário do governo, residente no Rio de Janeiro. Essa sesmaria de terra ficava logo após a de José de Souza Fragozo, conhecida como Marmelo, de 1708. As terras de João de Oliveira ocupava a área do bairro Bom Pastor ao Mariano Procópio. *A Carta de Sesmaria de 15 de janeiro de 1710 atribuía-lhe a medida de uma légua e meia, medida que foi reduzida a 3 de agosto de 1712, para uma légua em quadra. (...) Em seguida vinha a sesmaria do Alcaide.*¹⁵⁰ Em 1713 João de Oliveira vendeu para Luiz Fortes Bustamante e Sá a sesmaria. Lá Bustamante e Sá fundou, na atual avenida 7 de Setembro, a Fazenda Velha [1713-1728], que foi desmanchada na década de 40, deste século. A terra foi vendida por seu genro o Desembargador e Juiz do Fisco Roberto Carr Ribeiro que, dez anos depois (1737), a vendeu ao espano-lusitano Antônio Vidal.

Entre os anos de 1756 a 1764 Antônio Vidal conseguiu comprar as terras dos herdeiros do Alcaide-mor Tomé. Vinte anos depois, o governador da província assinou três cartas de Sesmarias para os filhos de Antônio Vidal: uma nos fundos da Fazenda do Juiz de Fora para José Vidal; outra nas proximidades para Domingos Vidal, conforme já referimos acima, e a terceira no local onde construiu-se a Fazenda do Ribeirão das Rosas. Em 1798 Antônio Dias Tostes recebe uma sesmaria nesta localidade e em 1808 adquire do cunhado de Antônio Vidal, uma parte da fazenda de Marmelo. Em 1812 o herdeiro universal da família Vidal, vende as Fazendas do Juiz de Fora e de Marmelo a Antônio Dias

¹⁵⁰ LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985. p. 25.

Tostes.¹⁵¹ O filho homônimo casou-se com Rita de Cássia F. de Assis e mais tarde comprou a fazenda da Tapera (1879). Toda a área pertenceu aos seus treze herdeiros.

Ainda no século XVIII, foram concedidas sesmarias para o capitão Manuel do Valle Amado e para Nicolao Antônio Nogueira Valle de Mello e Gama. O grande possuidor de sesmarias foi sem dúvida o inconfidente José Ayres Gomes, alcançando mais de quarenta nas *Minas Geraes*, imensidão de terras que ia da Mantiqueira até o Paraibuna. Todas as sesmarias foram concedidas com o firme propósito de se cultivar mantimentos e servir de paragem para os viajantes.¹⁵² A exemplo do que ocorreu com a primeira fase de ocupação do Vale do Paraíba paulista e fluminense, o povoamento também foi disperso e se baseou em lavoura de subsistência.¹⁵³

A localidade até 1850 pertenceu a cidade de Barbacena e a primeira descrição de um viajante, citado por Albino Esteves, não pareceu nada animadora.

*A uma legua e tres quartos de Marmello, encontra-se a pousada de Juiz de Fora, nome que, sem duvida, provem do cargo que ocupava seu primeiro proprietario. Da venda de Juiz de Fora tem-se deante dos olhos encantadora paisagem. (...) Mais longe vê-se uma capela abandonada e as ruinas de um engenho de assucar.*¹⁵⁴

¹⁵¹ LESSA, J. *op. cit.*, p. 27 a 31. Bustamante e Sá teria deixado a fazenda para seu genro em virtude de alguns atritos com o proprietário da sesmaria vizinha, José de Souza Fragozo (Marmelo). Para resolver os problemas o rei de Portugal, a pedido do governador da província, expulsou Bustamante de Minas.

¹⁵² ESTEVES, A. *op. cit.*, p. 26 a 35.

¹⁵³ FARIA, S. *op. cit.*, p. 68.

¹⁵⁴ ESTEVES, A. *op. cit.*, p. 46.

Antes da emancipação da Vila, em 1836, o Governo da Província contratou o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para abertura de um caminho que fosse de Vila Rica a Paraibuna. Construído numa várzea acabou atraíndo os moradores já instalados nos locais mais afastados. Toda a área pertenceu aos treze herdeiros do proprietário da fazenda do Juiz de Fora, o tenente Antônio Dias Tostes, conforme Foto 04.

¹⁵⁵ Alguns herdeiros doaram terras com o intuito de iniciar um povoamento, tornando-se um benfeitor local, cujo interesse era evidente: (...) *o valor de suas terras aumentavam se nelas prosperava um povoado; os habitantes do povoado dependiam totalmente dele, de seu amparo e engrossavam as fileiras de seus agregados; era ele a única autoridade e o único defensor local.* ¹⁵⁶ Essa função tutelar é vista por Oliveira Vianna como o fator de formação de clãs uma vez que os mais fracos, pobres e desvalidos se colocam a sombra do

FOTO 04 - Fazenda do Juiz de Fora
Acervo: Museu Mariano Procópio
Referência: 1587/2.3
A.A. p.45

¹⁵⁵ Segundo LESSA, J. **op. cit.**, João de Oliveira vendeu, em 1713, uma légua de terras no Caminho Novo ao Dr. Luís Bustamante de Sá, detentor do cargo de juiz-de-fora no Rio de Janeiro. Em 1738, seu genro, o desembargador e juiz do fisco Roberto Carr Ribeiro vendeu a Fazenda do Juiz de Fora, como ficou conhecida, a Antônio Vidal, de origem luso-espanhola. Apenas em 1779 é que Antônio Dias Tostes, enriquecido com a mineração em São João Del Rei, comprou a Fazenda do Juiz de Fora. Na mesma época, seu filho de mesmo nome, comprou a Fazenda do Acaíde.

¹⁵⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** p. 39.

grande senhor patriarcal, que pelo seu prestígio e poder podia defender a todos das arbitrariedades e injustiças. ¹⁵⁷ É a imagem do coronel benfeitor (...) *quem lhe dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades.*¹⁵⁸

Nesse sentido, acreditamos que a noção de clã passa diretamente a relacionar-se à família de formação patriarcal, seguindo os moldes de Gilberto Freyre. ¹⁵⁹ Onde a descendência sempre se faz através do primogênito e onde os agregados e escravos, além dos parentes mais próximos são considerados como parte integrante da família. A noção de clã retirada de Oliveira Vianna a nosso ver tem uma outra leitura uma vez que podemos entendê-la como uma família extensa, cujo tronco principal vai agregando outras e se fortificando com alianças endogâmicas. Para a autora americana Linda Lewin a noção de clã patriarcal não pode ser um sinônimo para a organização familiar da elite no Brasil. A noção mais apropriada seria a da família extensa uma vez que essa inclui uma ascendência e uma descendência bilateral, tanto materna quanto paterna. Os parentes colaterais são incluídos no grupo através de rituais, de casamento ou de compadrio. ¹⁶⁰

Foi adotando tais parâmetros que a povoação foi progredindo. O engenheiro Henrique Halfeld acabou fixando-se na cidade ao casar-se, em segunda núpcias, com uma das filhas de Antônio Dias Tostes, Cândida Maria Carlota, conforme podemos observar no Quadro 01. Ligando-se a família original da localidade a casa de Halfeld tornou-se um ponto de encontro para a comunidade onde (...) *quase todas as noites se dirigiam*

¹⁵⁷ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil.** p. 142.

¹⁵⁸ LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto.** p. 25. Nessa passagem Victor Leal trabalha a função tutelar dos coronéis desenvolvida por Oliveira Vianna.

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.**

¹⁶⁰ Ver LEWIN, Linda. **Politics and parentela in Paraíba.** p.131.

em serenatas os moradores da banda da várzea. A carta escrita por Halfeld ao seu filho e compadre Francisco nos permite ver a agregação que existiu com famílias locais, incluindo futuros nomes que comporiam a Câmara Municipal.

No dia 16 do corrente temos batisado o nosso Luiz, os musicos do arraial estiveram aqui, o Peixoto com sua família, Dona Rita com suas filhas e filhos, Manoel Dias com sua senhora, sogra, filha, e filhos, o Joaquim Pedro, o Queiroz com sua senhora, o padre José Manoel, o Manoel, mestre d'escola, o meu sogro com sua senhora e família; e o Mendes com sua senhora e filhos; o Peixoto sahiu daqui ás 6 horas no dia 17 do corrente e minha senhora e Fina ficaram cansadíssimas... Teu affectionado pae e compadre Fernando Halfeld.¹⁶¹

QUADRO 01

A carta confirma o domínio da família Tostes, da qual Halfeld passou a fazer parte, não apenas sobre grande extensão de terra mas também sobre grande quantidade de gente. Tal fato se torna ainda mais visível se acompanharmos a trajetória política dos Tostes e dos Halfeld na Câmara Municipal que se instalou em 1853.

O casamento nesse caso foi um fator essencial para aceitação do engenheiro Henrique Halfeld não apenas permitindo seu enraizamento na cidade como abriu-lhe as portas da política local. No caso de uma eleição para Câmara Municipal de Vereadores (...) *somente os "homens*

¹⁶¹ ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 53. Percebe-se pela carta que o batisado foi motivo para agregação de várias famílias, que no entanto, moravam aparentemente em casas separadas e em lugares distintos. Portanto, não podemos falar de família patriarcal uma vez que os agregados não são citados entre as pessoas importantes e mais próximas à família Halfeld e Tostes, nem mesmo escravos de um modo geral, há apenas a indicação de "Fina" que poderia ser a cozinheira da casa.

bons" podiam dela participar; um forasteiro, um indivíduo que não se encontrasse integrado como parente ou agregado num sistema familiar (...); vivia à parte, desajustado e sem direito a coisa alguma ¹⁶², condição na qual parece ter sido colocado o Comendador Mariano. O acesso do Comendador Henrique Halfeld, por tabela, permitiu a eleição de vários de seus filhos a Câmara Municipal, não apenas do segundo casamento como do primeiro matrimônio: Pedro Maria Halfeld, Antônio Amálio Halfeld e Bernardo Mariano Halfeld. Além dos filhos, a escolha dos genros e noras vieram complementar o acesso a política local e aumentar as posses da família com casamentos endogâmicos e alianças matrimoniais com sobrenomes de peso na localidade.

Com uma família numerosa, oito filhos no primeiro matrimônio, sete no segundo e um no terceiro, foi possível realizar uniões que colaboraram para manter resguardada uma parte do patrimônio e da herança dentro da própria família e ao mesmo tempo realizar uniões com a política local.

Casar bem a si próprio e as seus filhos constituía-se num dos pontos fundamentais do ciclo de vida familiar. Estabeleciam-se, com tais alianças, reciprocidades que alicerçavam o poder das famílias da região, em particular as mais ricas. ¹⁶³

Sendo assim, seu primeiro filho, Pedro Halfeld, casou-se com a sobrinha da segunda esposa. Bernardo Halfeld, segundo filho do segundo casamento, casou-se com uma sobrinha. Fernando e Dorothea, filhos do primeiro casamento, casaram-se com primos. Quatro casamentos em

¹⁶² QUEIROZ, M. Isaura. **op. cit.**, p. 45. Ver também VIANNA, Oliveira, **op. cit.**, p. 135 e 136.

¹⁶³ FARIA, S. **op. cit.**, p. 85.

família e quatro com famílias que chegaram a ocupar a vereança. ¹⁶⁴ É evidente que os nomes de genros e noras ligados a política vão aparecendo ao longo do período delimitado para o estudo. Mas, a escolha destas famílias ocorreram em virtude da influência que já exerciam. Assim sendo, Francisco Halfeld tornou-se cunhado do vereador Modesto Camillo Campos; Josefina casou-se com Altivo Silvino de Lima Mello, também vereador; Antônio tornou-se genro do coronel José Capistrano Barbosa e Emília nora do coronel José Ribeiro de Rezende, os dois coronéis também foram vereadores.

Além de sogro de Emília Halfeld, o coronel José Ribeiro de Rezende, conforme Quadro 02, foi outro bom exemplo de como as relações familiares abriram as portas para a política e, conseqüentemente, para o poder. ¹⁶⁵ Sogro de uma sobrinha de Cândida e de Antônio Dias Tostes, Maria Carlota Mendes, o coronel se casou com uma Tostes, cujos primos, num total de dez, foram vereadores. Além dos primos da esposa, o coronel Rezende teve mais três primos na Câmara, um deles seu cunhado, um irmão e dois filhos vereadores. Seu segundo casamento abriu ainda mais o leque de ligações familiares e políticas. Camilla Ferreira foi prima-irmã

do Comendador Mariano; outros dois primos de Camilla também foram vereadores. ¹⁶⁶

QUADRO 02

Outra família que podemos destacar foi a de José Ayres Gomes, participante ativo da Conjuração Mineira. Seus netos deram continuidade ao poderio e respeito alcançado pelo avô. E, ao que parece, o fato de José Ayres ter participado de um ato contra a coroa, não implicou que seus descendentes e as famílias com as quais se ligaram por laços matrimoniais tivessem problemas quanto a política local. É bem verdade que os netos não carregaram o estilo do avô e das *Geraes* do século XVIII muito bem caracterizado pelo ditado popular da época: *Quem respira, conspira*, preferiram conquistar certas liberdades políticas e administrativas por outros meios que não os revolucionários. ¹⁶⁷

Dos seus vários netos, quatro nos chamam a atenção, conforme podemos acompanhar no Quadro 03. Uma de suas netas, Maria Carlota se casou com Manoel Vidal, cujos parentes haviam recebido concessões de sesmarias na localidade. A irmã de Maria Carlota, Constança Duarte Lima deu origem aos descendentes das famílias Penido, Miranda Ribeiro, Lima Duarte e Andradas. Novamente podemos verificar a ocorrência de casamentos dentro do próprio círculo familiar. A primeira filha de Constança se casou com o viúvo de sua tia Maria Carlota, Leandro Barboza. Sua segunda filha casou-se com Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro, vereador em Santo Antônio do Paraibuna, filho do

¹⁶⁴ MATTOSO, K.op.cit. p. 261 a 292. A autora definiu um quadro semelhante para a cidade de Salvador na segunda metade do século XIX. Os dados revelados apontam para a relação direta que se estabeleceu entre o casamento e a carreira política de vários políticos renomados de Salvador.

¹⁶⁵ NEEDELL, J. **Belle époque tropical**. p.147. "A família Ribeiro de Resende, com origem na nobreza portuguesa (...), enriqueceu como proprietária de grandes áreas urbanas e rurais nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo grande prestígio na Corte. O patriarca, Marques de Valença, conquistou as graças do imperador(...)."

¹⁶⁶ As referências genealógicas foram obtidas em: Jornal **Folha Mineira** (16/08/1956). BASTOS, Wilson de L. Um cidadão juizforano. Coronel José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora). BASTOS, W. de L. **Engenheiro Henrique Halfeld**.

¹⁶⁷ RIBEIRO, A. V. L. **Família Vidal Leite Ribeiro**.

Visconde de Uberaba. O filho de Romualdo casou-se com a tia materna, Ana Cândida de Lima. 168

QUADRO 03

Romualdo depois de viúvo casou-se com a cunhada, Constança Duarte Miranda Ribeiro, irmã de Carlota. A família dos Monteiro de Miranda Ribeiro são primos dos Barros, dos Monteiro da Silva e dos Monteiro de Barros, cuja característica essencial foram os casamentos, em sua grande maioria fechados, dentro deste círculo. 169 Na Câmara de Vereadores Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro teve sete parentes: Germano Antônio Monteiro da Silva, Matheus Herculano Monteiro da Silva, casado com uma prima da família Barros, José Joaquim Monteiro da Silva, José Bernardino de Barros, Gabriel Horácio de Barros, Feliciano Pinto Monteiro e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros. 170

A terceira irmã de Carlota casou-se com o doutor João Nogueira Penido, com quem teve onze filhos. 171 Nesta família a

168 IDEM.

169 Nesse sentido, podemos comparar com o trabalho da pesquisadora KUSNESOFF, E. **Household Economy and Urban Development**. A autora aponta para a ocorrência dos casamentos endogâmicos e dos relacionamentos de compadrio com os inúmeros pedidos de dispensa em São Paulo nos séculos XVII e XVIII. Os pedidos de licença existiam em função da proibição de casamentos entre parentes até a terceira geração e servem como um indicador que esses casamentos aconteciam apesar das proibições como um recurso para reforçar as relações estabelecidas numa localidade, tanto entre parentes consanguíneo quanto entre compadres, atuando como um amálgama entre o parentesco de sangue e a vizinhança. p. 40.

170 BROTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**.

171 O casamento entre o Doutor Penido e Maria Cândida Duarte foi favorecido pelo seu relacionamento do tempo de escola. Doutor Penido estudou com José Rodrigues de Lima Duarte, Feliciano Duarte Filho e Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro, os dois primeiros

incidência de casamentos endogâmicos foi menor, apenas uma das filhas, a mais nova, casou-se com o sobrinho. Os demais casamentos se deram com famílias influentes da região. Dois filhos do casal, Feliciano Duarte Penido e Antônio Duarte Penido casaram-se com famílias nobres. O primeiro com uma das filhas dos Barões de Vassouras, da família Cerqueira Leite, com dois representantes na Câmara de Vereadores, e o segundo, com uma das filhas dos Barões de Itaipé. 172 Outros dois filhos tiveram como sogros dois vereadores, Francisco Ribeiro de Assis e Domingos Nery Ribeiro. 173

Outro neto de José Ayres Gomes, o Comendador Francisco de Paula Lima, casou-se a primeira vez com a sobrinha Maria Cândida, e a segunda com a irmã de Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro, conforme Quadro 04. O Comendador Paula Lima teve quatorze filhos de onde descendem os Paula Lima, os Miranda Lima e os Vidal Barboza Lage. Foram dois os casamentos dentro da própria família: o de Maria José que se casou com Lucas Antônio Monteiro de Castro, Barão de Congonhas do Campo, filho de sua prima, Maria Carlota; e, Constança que se casou com Manoel Vidal Barbosa Lage, filho de sua prima Maria Perpétua. Um filho e um neto do Comendador casaram-se com famílias com título de nobreza. O filho Romualdo César de Miranda Lima casou-se com uma das filhas dos Barões de Santa Justa, e o neto Miguel de Paula Lima com uma das filhas do Visconde de Ouro Preto. 174

se tornaram mais tarde seus cunhados e o terceiro cunhado de Maria Cândida, irmã de sua esposa. Ver SILVA, José Bonifácio de A. **Os Penidos de Juiz de Fora**. p. 11. Sobre a importância dos laços de sociabilidade, favorecendo casamentos e abrindo portas na política ver MATTOSO, K. **op. cit.**, p. 280.

172 Sobre titulares do Império ver RHEINGANTZ, C. G. **op. cit.**

173 SILVA, B. **op. cit.**

174 ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 35-36. Outra fonte de consulta foi o inventário do Comendador de Paula Lima, sob a forma tutelar, em razão dos filhos menores. ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL, processo de inventário número 315 A 18.

Um terceiro exemplo, quanto a formação de famílias extensas a partir de doação de sesmarias de terra ao longo do Caminho Novo, foi o caso de Manoel do Valle Amado, que já se encontrava na localidade bem antes dos demais proprietários. Encontramos pouca documentação sobre sua genealogia, conforme Anexo 03. Através do inventário do seu genro, Pedro Alcântara de Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno, foi possível perceber apenas um casamento endógeno: o do Barão com a sobrinha, uma das filhas de Valle Amado.¹⁷⁵ Manuel do Valle Amado era português e casou-se, em segunda núpcias, com Maria Córdula de Abreu e Melo, quarta neta de Fernão Dias Paes. Participou da fundação de Barbacena e era coronel do Regimento Auxiliar do Rio das Mortes, tinha sob o seu comando toda a região situada na direção da Estrada da Fazenda de São Mateus, local onde tinha sua fazenda na então Vila de Santo Antônio do Paraibuna, até próximo a São João Del Rei.¹⁷⁶ Um de seus filhos, seu homônimo, tornou-se presidente da Câmara na legislatura de 1857 a 1861.

QUADRO 04

Nessa família percebemos a importância do dote. Após o falecimento de Valle Amado sua filha mais nova, Francisca, casada com Inácio Nogueira da Gama comprou a fazenda São Mateus com o dote ganho no casamento e tornou-se mais tarde Baronesa de São Mateus.¹⁷⁷

¹⁷⁵ ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL, processo de inventário número 60 A 15.

¹⁷⁶ CALMON, Pedro. **História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama.**

¹⁷⁷ IDEM. p. 33. Com relação a dotação de mulheres ver FARIA, S. *Fortuna e Família no Bananal...*, p. 82. *A mulher, desta forma, tinha grande peso estratégico, na medida em que, através dela, alianças importantes poderiam ser realizadas.* O dote pode significar uma tentativa de incorporação de homens adultos na família. O que vem reforçar o papel importante da mulher nessa sociedade, haja visto os exemplos anotados acima com as várias estratégias de casamento entre os grupos Tostes, Vidal e Valle Amado.

Um ramo familiar que reuniu os Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama. Quanto a influência política, além do filho, seu genro o Barão de São Nepomuceno, também fez parte da Câmara Municipal. Seu genro chegou a presidência da província de Minas Gerais. Outros parentes também foram vereadores como José Maria Cerqueira Valle, José Calmon Nogueira da Gama e João Marciano de Cerqueira Leite. Dois de seus sobrinhos foram figuras proeminentes no Império, Nicolau Nogueira da Gama, Barão de Nogueira da Gama, foi mordomo da Casa Imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço e Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama conquistou o título de Conde de Baependi. O Visconde de Nogueira da Gama, quando ainda exercia o cargo de Camarista do Imperador, presidiu também o Cassino Fluminense, cujo acesso era considerado “(...)um título de sociabilidade.(...) Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam políticas, se ensaiavam namoros e se assentavam casamentos.”¹⁷⁸ A filha do Visconde, casou-se com o Conde de Penamacor.¹⁷⁹

Para uma melhor visualização dos dados expostos acima, podemos perceber através do Gráfico 1 as ligações dos membros da Câmara com as famílias mais antigas. Computamos os vários níveis de parentesco: pai-filho, primos, tio-sobrinho, marido-mulher e os parentes que ambos acabavam tendo contato com o casamento.

Podemos acompanhar, conforme Tabela 1, em termos numéricos os dados apontados no Gráfico 1.

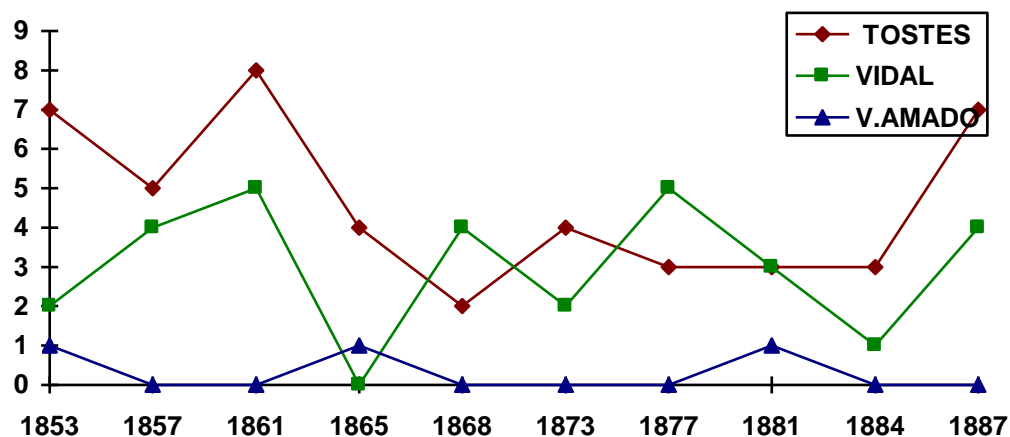
GRÁFICO 01

DEMONSTRATIVO DA PRESENÇA DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS QUE INTEGRARAM A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 1853-1889

¹⁷⁸ LYRA, H. **op. cit.**, p. 31.

¹⁷⁹ IDEM.

GRÁFICO 1



FONTE: ESTEVES, A. **op. cit.**, CALMON, P. **op. cit.**, ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. **op. cit.**

OBS.: Os dados relacionados nas coordenadas X (vertical) e Y (horizontal) correspondem respectivamente ao número de representantes e os anos das legislaturas.

A família que deteve o maior prestígio e poder político local foi a família Tostes, cujos maiores picos de parentes na Câmara Municipal ocorreram nas eleições de 1853, 1861 e 1887. O que nos chama a atenção é a presença em todas as legislaturas. No caso da família Valle Amado os dados realçam uma presença descontínua.

Para obter tais dados foram computados os parentescos com as

três famílias em cada legislatura, não importando se a mesma se repetia ao longo do período estudado e as porcentagens foram calculadas, primeiro, em relação as três famílias, e depois, em relação ao número dos componentes da Câmara em cada período e no total das dez Câmaras eleitas, conforme anexo 05. Não fizemos exclusão dos nomes que se reelegiam. Se fizéssemos uma listagem dos nomes de todos os vereadores, excluindo os nomes dos reeleitos, teríamos um total de 107 vereadores e

59 relações parentais na Câmara, o que iria perfazer um total de 54,62%, ao invés dos 46% se tomássemos em contas os 171 nomes que compõem a política local.

TABELA 01- PRESENÇA DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS LOCAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1853-1889)

	1853	1857	1861	1865	1868	1873	1877	1881	1884	1887	TOT
TOSTES	7	5	8	4	2	4	3	3	3	7	46
%	70	55,5	61,5	80	33,3	66,6	37,5	42,8	75	63,6	58,2
VIDAL	2	4	5	0	4	2	5	3	1	4	30
%	20	44,4	38,4	0	66,6	33,3	62,5	42,8	25	36,3	37,9
V.AMADO	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	33,7
%	10	0	0	20	0	0	0	14,2	0	0	
RA TOTAL CÂMARA %	66,6	50	61,9	26,3	33,3	30	50	50	33,3	61	46

FONTE: ESTEVES, A. **op. cit.**, CALMON, P. **op. cit.**, ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. **op. cit.**

Em contrapartida, temos uma participação dos Vidal superior aos Tostes apenas nos anos de 1868, depois de uma ausência absoluta na eleição anterior (1865), e nas eleições de 1877. Nos demais anos permanece a supremacia dos Tostes. Quanto a participação dos Valle

Amado nos parece bastante tímida em relação às demais apesar de uma participação numerosa nas eleições, conforme veremos adiante na Tabela 02 e mais especificamente no Anexo 03. Aparecendo apenas em três momentos, na primeira Câmara, 1853, depois em 1865 e 1881, se

mantendo ausente na maioria das eleições.

Outras relações parentais aparecem na Câmara, conforme anexo 04, contudo, não nos foi possível verificar sua ligação com doação de sesmarias de terras na localidade como nos três exemplos acima. São irmãos o cônego José de Souza Roussin e o padre João Batista de Souza Roussin e, Belisário Nóbrega Ayrosa e Theóphilo Nóbrega Ayrosa. É possível verificar o parentesco entre Joaquim de Almeida Póvoas e Josué Antônio de Queiroz, primos e cunhados. E até mesmo parentesco mais próximo como José Caetano Rodrigues Horta e Antônio Caetano Oliveira Horta, pai e filho. Pudemos também encontrar duas relações parentais entre membros da Câmara e pessoas influentes a nível político nacional, como é o caso de Luiz Gonçalves Penna neto do Conselheiro Luiz Antônio Barboza, e a nível municipal, o sobrinho do padre Tiago Mendes Ribeiro, João Mendes Ribeiro e seu filho, João Pedro Mendes Ribeiro, ambos advogados com bastante prestígio na localidade. Há outros exemplos de parentesco com nomes influentes na política provincial e nacional relacionadas aos grupos Tostes, Vidal e Valle Amado como é o caso dos deputados provinciais Marcelino de Assis Tostes, José Calmon Nogueira da Gama e, também do presidente provincial Barão de São João Nepomuceno.

Dessa forma os dados confirmam a tendência historiográfica no sentido de mostrar a importância que a parentela assumiu no âmbito do político. A importância dos ancestrais e da tradição que representaram foi um fator apreciado na escolha dos *homens bons* que estariam aptos a entrar nas câmaras municipais, servindo de parâmetro e de referência, apesar das mudanças efetuadas ao longo da primeira metade do século XIX com relação a autonomia do poder local. A família se tornou um requisito importante, embora não fosse o único, para se conseguir um agraciamento. Era uma posição também confirmada através dos cargos ocupados e dos serviços prestados na localidade, além da relevância que se deu aos

parentes que já possuíssem algum título ou patente.¹⁸⁰ Uma herança do Estado português que necessitou em demasia do poder privado permitindo influência das relações familiares para manter uns aos outros sob vigilância.¹⁸¹

Fazer parte da Câmara significou, portanto, o reconhecimento público de fazer parte do grupo dos melhores. A identificação foi facilitada pela prática dos nomes repetidos. A linha feminina geralmente adotava o nome das avós maternas, dando aos filhos os nomes dos ascendentes paternos. Isso demonstra que tanto pela linhagem materna quanto pela paterna foi possível evidenciar o poder político ou econômico.¹⁸²

Mas esses dados são apenas indicativos das famílias que ocuparam efetivamente o poder municipal. Se os compararmos com as listagens de apuração de eleições, conforme Tabela 02, teremos um panorama mais abrangente em relação ao espaço de luta envolvendo todas as famílias que disputaram cargos de vereança, embora muitos de seus membros não tenham chegado nem mesmo à suplência.

Através dos dados da tabela abaixo podemos demonstrar o padrão de luta pela participação na vereança local por parte de várias famílias. Se levarmos em consideração as ligações existentes entre elas, conforme quadros e anexos relacionados, fica bastante evidente a forma como o poder político foi exercido na localidade, passando por inúmeros laços consanguíneos. Um poder que não ficou restrito somente à Câmara Municipal mas que se materializou institucionalmente através do voto. Um espaço fechado à presença de estranhos como o Comendador Mariano

¹⁸⁰ MELLO, E. C. **O nome e o sangue**. Nesse trabalho Evaldo Cabral mostra a importância da genealogia, da descendência, da parentela para a conquista de uma comenda da Ordem do cavaleiro de Nosso Senhor Jesus Cristo. Mostra o quanto a família era importante e a desonra que significava para toda a parentela ter negada a comenda.

¹⁸¹ MATTOSO, K. **op. cit.**, p. 229.

¹⁸² LEWIN, L. **op. cit.**, p. 134 a 137.

Procópio, que embora tivesse parentesco na cidade com os Lage e os Halfeld, não mantinha uma relação devidamente amistosa, tendo em vista os problemas de herança já citados anteriormente. Um estranho nos círculos familiares e nas propostas de desenvolvimento para a localidade.

TABELA 02- FAMÍLIAS QUE CONCORREM À VEREANÇA DE JUIZ DE FORA NO PERÍODO DE 1856-1889

FAMÍLIAS NOMES (NÚMERO DA CLASSIFICAÇÃO NA ELEIÇÃO)	DATA 18..
BARROS	
FRANCISCO BERNARDINO DE BARROS (48)	56
JOAQUIM Q. DOS REIS BARROS (42)	61
CAPITÃO JOSÉ BERNARDINO DE BARROS (08, 55)	68, 73
GABRIEL ANTÔNIO DE BARROS (87)	73
JOAQUIM ILDEFONSO DE BARROS (39, 02)	81, 87
GABRIEL HORÁCIO DE BARROS (11)	87
CASTRO/CORRÊA	
JOSÉ CAETANO DE MORAES E CASTRO (23, 14, 22)	73, 76, 81
Dr. AGOSTINHO CORRÊA (33, 41, 14, 04)	73, 76, 81, 83*
Dr. JOSÉ CORRÊA E CASTRO (36, 22)	73, 76
JOÃO ANTÔNIO CORRÊA (81)	73
VICENTE JOSÉ DE SOUZA CASTRO (83)	73
BENJAMIM ANTÔNIO CORRÊA (40)	73
ALEXANDRINO BENEVENUTO CORRÊA (47)	73
ANTÔNIO FLORÊNCIO CORRÊA (50)	73
FELISMINO CORRÊA DE MENDONÇA (51)	73
JOÃO BATISTA DE CASTRO (03)	83*

DUARTE

LUCAS ANTÔNIO DUARTE (38)	56
COMENDADOR FELICIANO COELHO DUARTE (44)	56

FERNANDES DE MIRANDA/MIRANDA

JOSÉ FERNANDES DE MIRANDA (26, 07, 73)	56, 61, 73
JOAQUIM FERNANDES DE MIRANDA (28, 39, 04, 09)	56, 61, 73, 76
FRANCISCO JOAQUIM DE MIRANDA (34)	56
JOSÉ RIBEIRO DE MIRANDA (40)	56
MARTINIANO PEIXOTO DE MIRANDA (77-103)	56, 61
HENRIQUE GUILHERME FERNANDES (38)	61
JOSÉ JOAQUIM DE MIRANDA (100)	61
JOSÉ AYRES MONTEIRO DE MIRANDA LIMA (46)	64

HALFELD

COMENDADOR HENRIQUE G. F. HALFELD (02, 13, 17)	56, 61, 64
Dr. PEDRO MARIA HALFELD (30, 102, 42)	56, 61, 64
ALTIVO SILVINO DE LIMA MELLO (85, 92, 06, 41 - Genro do Comendador)	56, 61, 64, 68
MAJOR FRANCISCO MARIANO HALFELD (88, 30, 17)	56
FERNANDO FELICIANO HALFELD (89)	61
HENRIQUE HALFELD (31)	73, 76, 81
ANTÔNIO AMÁLIO HALFELD (56, 04, 28)	73
JÚLIO HALFELD (66)	73, 81
GUILHERME JUSTINO HALFELD (68, 48)	81, 87
TEN. CEL. BERNARDO HALFELD (07, 05)	81
FRANCISCO MARIANO HALFELD (35)	

HORTA

ANTÔNIO CAETANO OLIVEIRA HORTA (07, 83, 38)	56, 61, 81
CEL. JOSÉ CAETANO RODRIGUES HORTA (64, 18, 54, 18, 29)	56, 61, 64, 68, 73
JOSÉ CAETANO DE OLIVEIRA HORTA (51)	61
Dr. CAETANO ANTÔNIO RODRIGUES HORTA (59)	61
Dr. FELISBERTO SOARES DE G. HORTA (51, 60, 25)	64, 73, 76
ANTÔNIO CAETANO RODRIGUES HORTA (32)	73
LUÍS EUGÊNIO HORTA BARBOZA (64, 32)	73, 81
EMÍLIO LUÍS RODRIGUES HORTA (26)	81

LAGE

DOMINGOS ANTÔNIO LAGE (19, 16, 22)	56, 61, 64
COMENDADOR MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE (69, 19)	56, 61
ILDEFONSO JUSTINIANO GONÇALVES LAGE (45, 15, 07)	61, 64, 73
Dr. ANTERO JOSÉ LAGE BARBOZA (01, 21, 51, 31, 01)	64, 68, 73, 76, 83*
CÂNDIDO PEDRO DA COSTA LAGE (38)	64
CAPITÃO MANUEL VIDAL BARBOZA LAGE (06, 18, 02)	68, 76, 81
Dr. LEANDRO DE BARBOZA DE CASTILHO (16, 13, 09)	68, 73, 76
JOSÉ GUILHERME MARIANO LAGE (52, 44)	76, 81
FRANCISCO ISIDORO BARBOZA LAGE (15)	87

MENDES RIBEIRO

VIGÁRIO TIAGO MENDES RIBEIRO (50, 43, 77)	56, 61, 64
JOÃO PEDRO RIBEIRO MENDES (52, 69, 60, 17, 07)	64, 73, 76, 81, 83*
JOÃO RIBEIRO MENDES (11, 26, 24)	73, 76, 81
FRANCISCO DE ASSIS MENDES RIBEIRO (27)	81

MONTEIRO DA SILVA/MONTEIRO	
FELICÍSSIMO GOMES PINTO MONTEIRO (11)	56
ELIAS ANTÔNIO MONTEIRO (68)	56
MAJOR JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (91, 09, 25, 55, 57)	56, 61, 64, 68, 73
JOÃO JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (48)	61
FELICIANO GOMES PINTO MONTEIRO (94)	61
DOMICIANO F. MONTEIRO DA SILVA (29)	64
GERVÁZIO ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA (05)	76
JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (43)	76
MATEUS HERCULANO MONTEIRO DA SILVA (36, 03)	81, 87
NOGUEIRA PENIDO/NOGUEIRA	
Dr. JOÃO NOGUEIRA PENIDO (18, 02, 10, 26, 07, 03)	56, 61, 68, 73, 76, 81
JOÃO BENTO NOGUEIRA (62, 35, 19, 36)	56, 61, 64, 68
PACHECO	
ANTÔNIO MANUEL PACHECO (70, 93, 58)	56, 61, 64
JOSÉ MANOEL PACHECO (53, 03)	68, 73
SILVESTRE DINIZ PACHECO (85)	73
PAULA LIMA	
COMENDADOR FRANCISCO DE PAULA LIMA (10, 05)	56, 61
FRANCISCO DE PAULA LIMA Jr. (18, 03)	64, 76
JOSÉ CEZÁRIO DE MIRANDA LIMA (37)	76

RIBEIRO DE REZENDE/RIBEIRO

TEN. CEL. JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (13, 24, 34)	56, 61, 64
VIRGILINO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (76)	56
FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (84, 12)	56, 61
ROMUALDO CÉSAR MONTEIRO DE MIRANDA RIBEIRO (49, 48, 03, 61, 02, 29)	61, 64, 68, 73, 76 64, 68
FRANCISCO RIBEIRO DE ASSIS (31, 14)	64, 68
JOAQUIM VIDAL LEITE RIBEIRO (45, 42)	68, 87
GERALDO AUGUSTO DE RESENDE (07, 04)	68, 73
ANTÔNIO LUÍS DE MIRANDA RIBEIRO (35, 59)	68, 73, 76
DOMINGOS NERY RIBEIRO (60, 01, 34)	73
MANOEL DE ASSIS RIBEIRO (20)	73
JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE (65)	81
FRANCISCO EUGÊNIO DE REZENDE (04)	

ROUSSIN

CÔNEGO JOSÉ DE SOUZA SILVA ROUSSIN (11, 05, 11, 15)	61, 64, 68, 73
PADRE JOÃO BATISTA DE SOUZA ROUSSIN (30, 42, 05)	76, 81, 83*

TEIXEIRA DE CARVALHO/CARVALHO

JOAQUIM PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (11, 14, 19, 02)	61, 64, 68, 73
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO (22)	61
CARLOS TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (29)	61
FORTUNATO ANTÔNIO DE CARVALHO (36)	61
EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (110, 09)	61, 73
FRANCISCO PEDRO DE CARVALHO (70)	64
DAMASO JOSÉ BARROSO DE CARVALHO (71)	64
ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO (16, 09)	81, 87

TOSTES

CAPITÃO ANTÔNIO DIAS TOSTES (21, 47, 39)	56, 61, 64
MANOEL DIAS TOSTES (38, 28)	56, 64
JOÃO RIBEIRO DE ASSIS TOSTES (99)	61
Dr. MARCELINO DE ASSIS TOSTES (04, 60, 21, 19, 14)	64, 68, 73, 81, 87

VALLE AMADO/CERQUEIRA LEITE/NOGUEIRA DA GAMA

COMENDADOR MANUEL DO VALLE AMADO (01, 72)	56, 61
PADRE JOÃO MARCIANO CERQUEIRA LEITE (36, 57, 33)	56, 61, 64
FRANCISCO DO VALLE AMADO (54)	56
ERNESTO NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (61, 50)	61, 81
ILDEFONSO DE CERQUEIRA LEITE (85)	61
MAXIMINIANO DE OLIVEIRA LEITE (87)	61
Dr. JOSÉ CALMON NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (11, 62)	64, 68
Dr. ANTÔNIO JOAQUIM DE MIRANDA NOGUEIRA DA GAMA (23, 47, 39)	64, 73, 76 64
ALBINO DE CERQUEIRA LEITE (37)	64, 68, 73
JOSÉ MARIA DE CERQUEIRA VALLE (43, 58, 12)	64
BRUNO NOGUEIRA DA GAMA (67)	73, 76, 81
INÁCIO ERNESTO NOGUEIRA DA GAMA (34, 13, 52)	68, 81
INÁCIO ERNESTO VELASCO DA GAMA (39, 53)	73
ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA LEITE (38)	73
JOSÉ DE CERQUEIRA DE CARNEIRO (82)	81
PEDRO ALCÂNTARA DE CERQUEIRA LEITE (06)	

VELLOSO

TEN. MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO (45, 17, 20, 19, 08, 51)	56, 61, 68, 73, 76, 81 56
MAURO FRANCISCO VELLOSO (95)	68
MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO Jr. (54)	64
MÁRIO FERREIRA DA SILVA VELLOSO (21)	

* As eleições de 1883 e 1887 sofreram alterações em virtude da Reforma Eleitoral

FONTE: ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

Livro de apuração das Atas de Eleições 112/026

O que nos chama a atenção é que, a possibilidade de relacionar a história da família com a história política nos permitindo perceber que a Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Paraibuna foi na verdade uma **Câmara de Compadres** que formou grupos tradicionais atraindo para dentro de suas órbitas famílias influentes da localidade. Foi assim que aconteceu entre os Tostes, compadres dos Halfeld, compadres do Coronel Rezende, compadre dos Teixeira de Carvalho. Ou, como ocorreu com o Comendador Paula Lima, compadre de Romualdo Miranda Ribeiro, do Doutor Penido que foi compadre do coronel Francisco Ribeiro de Assis, que foi compadre... e por aí vai.

II. 3) “FESTA NA CIDADE DE PARAHYBUNA” 183

Estava este dia destinado às festas da cidade. As dez horas da manhã para ali partiram Suas Majestade e Altezas, em caleça, levando por batedores os mesmos oficiais que na véspera haviam desempenhado esse serviço (...). O séquito constava de cinco caleças e outras tantas diligências, conduzindo os semanários, os srs. ministro da Justiça, presidente da província, senadores, deputados e outros cidadãos. Poucos minutos depois entravam Suas Majestades e Altezas na cidade, apeando-se à porta da casa da Câmara Municipal, onde estava postada uma guarda de honra. Ao som do hino

183 Este título corresponde ao do livro publicado pela Casa Surerus em 1915, na parte que trata da chegada do Imperador para visitas diversas na cidade do Paraibuna, no dia 24 de junho, uma segunda-feira, quando da inauguração da Rodovia União e Indústria, no ano de 1861. Ver **VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA...**, p. 33.

nacional foram os augustos visitantes recebidos pela Câmara Municipal de Paraibuna e clero da paróquia, de cruz alçada, rompendo o povo em aclamações. 184

II.3.A) VISITAS E O BEIJA-MÃO

Para a espera do Monarca a Câmara, incluiu nos festejos da recepção, a solenidade do *Te Deum*. Uma comissão foi convocada por Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, futuro Barão de São João Nepomuceno, que mais tarde tornou-se presidente da Província. O futuro Barão requereu a participação de membros dos altos postos da Guarda Nacional e do clero local, além da Câmara e de fazendeiros da região, para formulação de um discurso e a organização da recepção ao Imperador. Contudo, a Câmara respondeu ao Barão de São João Nepomuceno que encontrava-se impossibilitada de tomar qualquer resolução definitiva sobre a responsabilidade pela organização da recepção, em virtude da recusa de alguns membros nomeados para tal. 185 Assim, a comissão organizadora contou apenas com as presenças do Juiz de Direito João de Souza Nunes Lima, do Juiz Municipal Dr. Antero José Lage Barbosa, do Comandante Superior da Guarda Nacional da localidade, Comendador Paula Lima, do tenente-coronel do Batalhão, Comendador Halfeld, do cônego Roussin e do vigário Tiago Mendes Ribeiro. Todos os nomes citados personagens que, como foi colocado acima, figuraram com destaque na presença do Imperador, por seus préstimos ao Império brasileiro e à cidade do Paraibuna. A recusa na formação de uma comissão para organização dos festejos de recepção do Imperador, por parte de alguns notáveis convocados pelo Barão de São João Nepomuceno, não interferiu ou impossibilitou que os mesmos estivessem presentes no cerimonial do beija-mão.

184 IDEM.

185 ARQUIVO HISTÓRICO ... Série: 140.

No momento da chegada, segundo constou no diário do Imperador, a caleça imperial foi parada pelo presidente da Câmara José Capistrano Barboza. A visita foi apenas transitória, durando alguns minutos. Mais tarde, sobre um pátio, o Imperador seguiu para a igreja Matriz onde se realizou a solenidade do *Te Deum*.¹⁸⁶ Somente depois do almoço D. Pedro II voltou para uma visita mais demorada às instalações da Câmara Municipal acompanhado de todo o seu séquito. Examinou arquivos e as plantas de arruamento da cidade, questionando a escolha dos lugares onde seriam construídos o cemitério e o matadouro. Verificou ainda a escrituração das despesas e questionou sobre os meios disponíveis para o desenvolvimento da municipalidade.¹⁸⁷ Os membros da Câmara foram recebidos horas antes desta visita ao edifício municipal, durante a cerimônia do beija-mão.

Contudo, como entender a presença desses membros nos festejos e a sua recusa em assumir a responsabilidade em relação a organização dos mesmos? Oficialmente, através das Atas das Sessões da Câmara ou jornais do período, é quase impossível entender ou rastrear os motivos que levaram os vereadores e alguns fazendeiros influentes na região a se recusarem a participar da organização dos festejos de recepção do Imperador. Documentos desse período acham-se dispersos: as poucas Atas das Sessões da Câmara existentes do ano de 1861 são extremamente raras e não dizem respeito à presença imperial e nem a uma rápida visita; os jornais não foram além da descrição da viagem, e, na cidade ainda não havia uma imprensa local, o que aconteceu apenas a partir de 1872. A dificuldade em responder a questão da recusa talvez esteja relacionada às questões postas pela necessidade de se mergulhar no imaginário da época, que, com toda a certeza, forneceu a lógica necessária para tal atitude. Afinal de contas como uma Câmara pobre, sem recursos financeiros

disponíveis, podia se colocar em pé de igualdade com a magnífica e luxuosa recepção oferecida pelo Comendador Mariano Procópio?¹⁸⁸ A pretensão de uma recepção à altura significaria um gasto particular dos envolvidos. Muitos dos quais recusaram a convocação do Barão de São João Nepomuceno na organização de tal recepção. Talvez entendendo ser uma ousadia que custaria muito caro e que ainda corria o risco de não impressionar como o esperado, uma vez que o Passo Imperial construído pelo Comendador Mariano foi decorado e preparado especialmente para a recepção a D. Pedro. Luxo e ostentação foram os elementos que marcaram a imagem que a elite juizforana pretendia passar para o Imperador e a corte que o acompanhava. Ainda mais se imaginarmos o local preparado pelo Comendador Valle Amado para o beija-mão: (...) *de 9 janelas de frente e verdadeiro palacete, pela grandeza e luxo interno(...)*.¹⁸⁹ Palacete aliás, que foi oferecido ao Imperador que, declinou da honra de um presente *tão luxuoso*, pedindo que o mesmo prédio fosse utilizado para uma escola. Fato que causou profunda decepção ao Comendador Valle Amado que preferiu trancar o palacete, sendo este reaberto bem mais tarde quando seu filho, o Barão de Santa Mafalda, doou o edifício para a municipalidade.¹⁹⁰

¹⁸⁸ Basta esclarecer que a presidência da Província enviou apenas 500\$000 para cobrir os gastos com os festejos de recepção do Imperador. Ver ARQUIVO HISTÓRICO... Série: 11.

¹⁸⁹ MUSEU IMPERIAL. **op. cit.** (1861), p. 5.

¹⁹⁰ Ver LESSA, J. **op. cit.**, p. 88. GENOVEZ, Patrícia Falco, GOODWIN Jr., James W., RODRIGUES, Luiz Antônio, SOUZA, Sonia M. “O plantel escravista no inventário do Barão de São João Nepomuceno.” In: BESSA, P. (org). **Integração Latino-Americana**. Este palacete foi decorado com pinturas do artista José Maria Villaronga, sob encomenda do coronel Manuel do Valle Amado. Este tipo de ornamentação presente nos salões dos palacetes mostra o esforço da elite local em tentar se aproximar das características burguesas, fato proporcionado pela concentração de renda cafeeira da região. Ver CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Algumas observações sobre a pintura em áreas

¹⁸⁶ MUSEU IMPERIAL. **op. cit.** (1861), p. 5.

¹⁸⁷ VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA..., p. 35.

Raciocinando dentro da lógica do cerimonial, fazer parte de uma comissão organizadora dos festejos talvez não fosse nem necessário. Estar presente no beija-mão seria bem mais emblemático. O beija-mão tinha uma natureza diferente da visita que o Imperador faria à Câmara. Uma visita, que pela descrição, fora apenas de cunho administrativo: uma fiscalização atenta do Império sobre a região, o interior. Diferentemente, no beija-mão houve espaço para destaque individual, para comprovação de prestígio, enquanto na visita à Câmara, de instalações ainda bem humildes, o jogo de poder fora travado numa outra instância: o poder local exercido através da Câmara tivera que reconhecer o poder do Império, ali personificado na figura do próprio D. Pedro II. Um momento onde se chocavam interesses locais, visando mais autonomia, e nacionais que tinham como objetivo a construção e a vivência de uma identidade, a construção e a confirmação da *união*, cujo passo inicial já havia sido dado com a Rodovia União e Indústria, executada pelo Comendador Mariano, que não por acaso trouxe no nome essa idéia.

Neste aspecto, o beija-mão funcionou como um dissimulador de diferenças uma vez que todo o corpo legislativo esteve presente no cerimonial. Este cerimonial foi, por assim dizer, um ponto agregador da viagem de D. Pedro II à cidade do Paraibuna, unindo o Império à região, pontos conflitantes se pensarmos em termos legislativos e de exercício de poder. Por natureza, o cerimonial real do beija-mão conseguiu, através da pompa e dos momentos de extrema formalidade como, por exemplo, a concessão de títulos, a corte ao Imperador e as audiências concedidas aos governos provincial e municipal -, neutralizar e minimizar a diferença e a submissão que o poder imperial impunha aos poderes locais. Assim, não podemos falar do fracasso deste cerimonial em termos de seu valor emblemático em relação ao processo de construção do Estado Imperial, face a recusa de muitos *notáveis* em participar da organização dos festejos

cafeiras: Juiz de Fora (MG), 1850-1930.” In: **Locus**. p. 63 e 64. Além disso, reforça a luxuosidade da recepção destinada ao Imperador D. Pedro II.

de recepção ao Imperador. A recusa não pode ser vista como uma rachadura na construção da união ou na vivência necessária desta, mesmo num Estado Imperial já consolidado. A dimensão real da recusa fica apenas restrita ao âmbito econômico, tendo em vista os gastos a cargo daqueles que se dispusessem a participar da organização dos festejos. O beija-mão suavizou a presença incômoda e frequente do poder imperial sobre o poder local, outro mecanismo de unificação e manutenção do Império.

Assim, podemos observar que os vários tentáculos do Império estavam sempre presentes nos assuntos municipais mas, especificamente no momento da visita, eram os olhos do Imperador que leram livros de despesas e questionaram as decisões tomadas em benefício da municipalidade. Uma situação que se repetia cotidianamente com a crescente pressão por parte da província sobre o município. É nesse sentido que deve ser encarado o crescente fluxo das correspondências, enviado pelos presidentes de província pedindo informações sobre a cidade, sobre atividades desenvolvidas, cultivos, deslocamento de população, demonstrando uma tendência progressiva da centralização administrativa e econômica por parte da Província e do Império em relação ao Município.¹⁹¹ Ainda na década de 50, quando a vila tinha acabado de emancipar-se de Barbacena, foram sete cartas enviadas pelo Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais. As informações solicitadas eram relacionadas a: indústria de mineração, agrícola e fabril em 1852. Em 1853 a Província indagou sobre criação de carneiros e produção de lã, cuja resposta por parte da Câmara retratou a existência de um único produtor de lã em meio aos de café: o Comendador Mariano Procópio; sobre procura de minas de carvão e colônias particulares e outros vários pedidos questionando o número de população livre e escrava, naturalidades,

¹⁹¹ ARQUIVO HISTÓRICO... Todas as correspondências relacionadas ao controle exercido pela Província sobre a cidade de Juiz de Fora encontram-se nas séries: 3, 4, 7, 9, 11, 18, 23, 36, 47 e 136.

empregos, nascimentos, casamentos e óbitos; sobre boticas, armazéns, tabernas e engenhos, inscrições públicas em monumentos, possibilidade de cultivo de mantimentos, o valor de tais gêneros, da terra, dos salários e do aluguel de casas na povoação. A resposta da Câmara refletiu a resistência e o incômodo causado pela ação do poder central, além da disposição em garantir o mínimo de liberdade local: (...) *Que se responda declarando-se que se pediram as informações aos juizes de paz, que responderam que não dirão.* ¹⁹²

Na década de 60 a preocupação começou a variar. As cartas enviadas referiram-se a possibilidade de diversificação de cultivo no município, tendo em vista as pragas nos cafezais da região. As tentativas foram com sementes de algodão e de trigo, além da cultura do chá e do fumo. Tal preocupação surgiu justamente um ano após a presença imperial na cidade, ocasião em que o Imperador fez questão de tentar solucionar o problema da praga que assolou os cafezais da região. ¹⁹³ A situação que pareceu ter-se agravado ao longo da década de 60, fez com que na década de 70 surgissem condições facilitadas por parte do governo para que os fazendeiros locais adquirissem máquinas e arados mais aperfeiçoados, além de animais domésticos de raça, que pudessem estimular a qualidade dos animais da região. Na década seguinte, pediu-se o envio de todos os

¹⁹² IDEM. Séries: 9, 7 e 23. No caso dos últimos pedidos de informação sobre a cidade é evidente o interesse por parte da Província em saber das condições para uma futura abertura para mão-de-obra livre, em particular a dos imigrantes. Esta carta, especificamente, foi enviada em 06 de fevereiro de 1856, e logo em seguida, iniciou-se os trabalhos de construção da Rodovia União e Indústria com o uso de mão-de-obra livre, com imigrantes alemães, além de escravos alugados. Havia, inclusive, um nítido interesse em conhecer a possibilidade de abastecimento para uma população com exigências diferentes da população escrava. Uma carta de 28 de janeiro de 1858 questionava a Câmara sobre criação de cavalos, fábrica de tecidos tingidos e criação de bichos da seda, cuja resposta foi negativa.

¹⁹³ MUSEU IMPERIAL. **op. cit.** (1861), p. 4. Ver também ARQUIVO HISTÓRICO... Séries 3, 7 e 23.

tipos de vegetais utilizáveis no curtume do couro, e também, informações minuciosas sobre a agricultura e a indústria pastoril, sérica e apícola. Houve envios frequentes de sementes para culturas alternativas e mudas de árvores para proteger os cafezais. ¹⁹⁴ Medidas que representaram, por parte da presidência da Província, um cuidado e uma preocupação especial com a questão do abastecimento interno ligado à economia de subsistência. Uma economia, aliás, bastante desenvolvida na região exigindo, por parte da municipalidade, uma legislação específica que complementasse as preocupações da Província de Minas Gerais em manter o abastecimento de subsistência. Dessa forma, foram colocadas leis no Código de Posturas no sentido de impedir o açambarcamento dos gêneros de primeira necessidade. ¹⁹⁵

Outro fato que nos chama atenção é a posição a que foram relegadas as câmaras, gerando desconforto aos poderes locais que se viram ameaçados ao ficarem proibidos de nomear ou demitir seus funcionários. O choque entre o Governo Imperial, através da Província, e o poder local pode ser dimensionado na carta que a Câmara Municipal enviou protestando contra o aviso da circular do Ministério dos Negócios do Império, em 1872. Os vereadores da Câmara Municipal colocaram

(...) dúvida sobre a inteligência do art. 73 da lei de 1º de outubro de 1828 contra usurpação e correlação dos direitos municipais pelo poder central que pretende nada menos do que reduzir as Câmaras Municipais a

¹⁹⁴ ARQUIVO HISTÓRICO... Série 7, 47 e 136.

¹⁹⁵ Ver SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais...** p. 28 a 47. Nesta monografia de bacharelado fica evidente a existência de uma economia de subsistência, considerada não apenas como necessária a manutenção da unidade produtiva mas também como uma fonte lucrativa, coexistindo com a produção cafeeira. Sobre economia de subsistência ver também CASTRO, Hebe M. **Ao Sul da História.**

meras chancelarias passivas, tirando-lhes as atribuições de nomear e demitir livremente os seus empregados. 196

Feriu-se o mando local ao submetê-lo de forma irremediável ao poder imperial. E, o fizeram no que havia de mais sagrado: no exercício cotidiano de demonstração de poder sobre os demais cidadãos. Tirou-se dos *notáveis* que compunham a Câmara, o direito e até o dever, conforme entendiam, de decidir sobre o destino da sociedade. Mas a determinação imperial, além da resistência retórica, encontrou também o obstáculo nas malhas dos poderes locais. Poderes que se baseavam nas indicações e nas inúmeras comissões da Câmara Municipal para averiguar o cumprimento da lei no município, aparecendo sob novo formato, com uma nova trama. Indicações que partiram daqueles que foram considerados como os *notáveis*, de personagens conceituados e distintos socialmente. Uma distinção que foi oficializada através dos títulos de nobreza, através da presença em cerimoniais como, por exemplo, o beija-mão, através da eleição como vereadores ou através das patentes da Guarda Nacional, conquistadas a partir do poder econômico exercido, na região.

As comissões, designadas pelos vereadores, eram encarregadas de emitirem parecer sobre os assuntos discutidos nas sessões da Câmara. De um modo geral, elas fiscalizavam e verificavam os apontamentos e reclamações, apresentados pelo fiscal da Câmara. Decidiam também sobre a necessidade ou não de realização de obras na cidade ou nos distritos e freguesias vizinhos. O mecanismo de funcionamento pareceu não se alterar ao longo do Segundo Império. O fiscal fazia a leitura do relatório trimestral e eram eleitas comissões que avaliavam as necessidades e reclamações da população. Além disso, as comissões julgavam os pedidos de auxílio para consertos de caminhos e pontes das

196 ARQUIVO HISTÓRICO... Série 9. Carta enviada pela Câmara Municipal em protesto ao aviso circular do Ministério dos Negócios do Império, sob o número 759 de 22 de fevereiro de 1872.

localidades próximas à cidade; resolviam sobre a devida aplicação da lei e encaminhavam os frequentes pedidos de verbas para a Presidência da Província com o intuito de melhorar a infra-estrutura da cidade: verbas para calçamentos, saneamento, cemitério público, água potável, drenagem de pântanos, epidemias e construções de pontes. Respondiam pela fiscalização de todos os estabelecimentos públicos da cidade: emitiam parecer sobre as condições de tabernas, hotéis, *boticas, secos e molhados*, escolas, pesos e medidas. 197 Enfim, efetivamente, regulavam e mantinham a boa ordem, o bem viver da cidade.

Através da ação de seus componentes, podemos observar mais de perto, como se fez e se executou o poder local cotidianamente. Nas pequenas coisas do dia-a-dia e nas discussões travadas com o fiscal ou com os próprios companheiros de vereança, podemos entender o que significou, afinal de contas, exercer e, em alguns casos, ser o próprio poder.

Contraditoriamente, os vereadores, responsáveis pela legislação da ordem pública local, procuravam por meio de diversos artifícios manterem-se fora do alcance das multas que eles mesmos institucionalizaram através do Código de Posturas. Acreditando incorporar o próprio poder parece ser notória a luta constante dos vereadores em posicionarem-se longe do alcance de qualquer punição. Em 1861, o relatório trimestral do fiscal José Cândido Americano mostrou precisamente o quanto significava o cargo de vereador em termos de distinção social. Ao multar alguns vereadores que abertamente responderam contra o pagamento das mesmas, o fiscal acabou sofrendo pressões e não conseguiu ver suas determinações executadas, como deveriam ser, pelo delegado. Ao incluir pessoas de posses e posição social em seu relatório acrescentou ao mesmo texto, as manobras utilizadas para o exercício do poder local.

197 ARQUIVO HISTÓRICO... Série 140.

(...) O fato de estender-se a infração a alguns indivíduos excitou injustas recriminações contra o fiscal, o qual no seu procedimento pautou-se pelo pensamento constitucional. A Lei é igual para todos, quer proteja, quer castigue, pensamento este que está traduzido no Art. 35 das Posturas quando diz que as Posturas obrigam a todas as pessoas, quaisquer que sejam os seus privilégios, corporação, ou associação. Em uma terra pois em que a posição, e as riquezas aspiram a absorver todos os demais atributos, as Leis Municipais não poderão ser fielmente executadas, e nem prestar a utilidade que teve em vista, sem a intervenção enérgica, e eficaz das Autoridades Policiais (...). Poderia o fiscal abundar em reclamar diversas necessidades públicas, porém vós sabeis que a maior parte das medidas reclamadas tem ficado em ouvido, e outras tem provocado censuras de alguns ilustres Ministros da Câmara. (...). 198

Ainda na década de 60, o fiscal José Francisco de Paula Queiroz argumentou sobre a necessidade de um novo Código de Posturas para a cidade, uma vez que as atribuições do cargo encontravam-se

¹⁹⁸ IDEM. Série 92. Os multados referidos no relatório foram, entre outros, Antônio Dias Tostes, Josué Antônio de Queiroz, José Ribeiro de Resende, Joaquim da Silva Magalhães. No relatório subsequente o fiscal retoma o assunto e novamente mostra-se indignado com a omissão do subdelegado de polícia Carlos Teixeira de Carvalho Hungria, cujo irmão torna-se vereador mais tarde. O fiscal que o substitui em 1864, João Pedro Ribeiro Mendes, continua essa tarefa implacável de multar os infratores considerados *notáveis*: Tenente coronel Francisco Ribeiro de Assis, Comendador Francisco de Paula Lima, Comendador Feliciano Duarte, Antônio Manoel Pacheco, Manoel Vidal Barboza Lage, vigário Tiago Mendes Ribeiro (da própria família), Antônio Dias Tostes, Carlos Teixeira de Carvalho Hungria. O fiscal João Pedro, talvez pela ousadia ou até por cooptação, acabou por tornar-se vereador diversas vezes.

desprestigiadas. O fiscal, que deveria executar as leis municipais, não passava de um denunciante público

(...) porque não pode dar um passo, sem que venha a autoridade policial intervir; ora, quando estas autoridades moram dentro da cidade, e são exatas em suas atribuições, bem; porém quase sempre estas autoridades são exercidas por fazendeiros; no entanto aparecem as infrações, e o Fiscal não pode fazer nada sem despacho, ou ordem do juiz, para intimar infratores; além disso depende da vontade do oficial, que diz: estou ocupado (...). 199

A ousadia do fiscal Paula Queiroz ao multar o vereador Ildefonso Justiniano Gonçalves Lage, em virtude da água que descia de sua casa estar prejudicando o Largo Municipal, foi considerada constrangedora. O vereador pediu que seus companheiros votassem contra o requerimento e fossem pessoalmente no local informar-se com o dono do terreno, Bernardo Mariano Halfeld. O dono do terreno que, um dia antes desta sessão da Câmara requereu uma licença de farmacêutico, disse que não se opunha ao fato da água atravessar sua propriedade. Na sessão seguinte Bernardo Mariano Halfeld ganhou a habilitação para exercer a atividade de farmacêutico na cidade. ²⁰⁰

¹⁹⁹ IDEM. Série 92.

²⁰⁰ IDEM. Livros de Atas das Sessões da Câmara Municipal. Sessões dos dias: 08/08/1866, 09/08/1866 e 10/08/1866. No ano seguinte novas reclamações contra o fiscal, desta vez pelo vereador Moreira da Rocha. Sua restrição era em relação às expressões ambíguas do fiscal que implicavam em censuras à Câmara. O Fiscal foi obrigado a se retratar dizendo que não tinha esta intenção, procurava apenas transmitir a opinião popular a respeito do Matadouro.

Entre os anos de 1853 e 1889, conforme a listagem de Comissões Especiais, foram 176 Comissões eleitas e determinadas pela Câmara Municipal. Essas Comissões não foram compostas exclusivamente de vereadores. De acordo com o problema a ser investigado, incluía-se também um especialista ou alguém diretamente relacionado ao local de origem da reclamação, no caso dos distritos ou freguesias vizinhos. Em alguns casos, é importante salientar, os vereadores ficavam encarregados dos custos relacionados aos problemas que avaliavam.²⁰¹ Um levantamento de todas as comissões nos mostra o domínio das mesmas famílias, dos mesmos nomes. A Tabela 03 traz os nomes que estiveram mais envolvidos em comissões. Assim, podemos ver mais claramente a coincidência de nomes entre aqueles que comandavam a política e a vida cotidiana local. São os mesmos que se repetem ao longo da história de Juiz de Fora: os Corrêa, os Tostes, os Fortes, os Halfeld, os Lage, os Nogueira Penido, os Moraes e Castro, os Miranda Lima, os Teixeira de Carvalho e muitos outros.

Tomando por base os dados colocado acima, as várias comissões foram formadas, em sua maioria, por vereadores eleitos. Portanto, vejamos quem foram eles, sua posição social, sua hierarquia na sociedade. Posição e hierarquia determinadas pelos próprios vereadores,

²⁰¹ No que se refere aos custos assumidos pelos vereadores ou especialistas que compunham as Comissões Especiais é importante realçar que muitas vezes, na falta de verbas enviadas pela Província, e diante da necessidade eminente de solucionar o problema apresentado, os próprios membros integrados na comissão eleita encarregavam-se de angariar os fundos necessários. Casos deste tipo aconteceram com os terrenos destinados para o Matadouro Municipal, para o Cemitério Municipal, para a Estação Ferroviária, para a construção ou reformas de igrejas. Fato que nos remete à Comissão eleita para recepção do Imperador D. Pedro II. Tendo em vista que a Província dispôs a mandar apenas 500\$000 para os festejos, seria apenas lógico pensarmos que os gastos excedentes ficariam a cargo dos integrantes da Comissão. Fato que poderia ter desencorajado os nomes indicados pelo Barão de São João Nepomuceno. Sobre a verba enviada pela Província ver ARQUIVO HISTÓRICO... Série 11.

responsáveis pela confecção dos almanaques de profissões, frequentemente requeridos pela Província e até mesmo anunciados pelos jornais da época. Os notáveis possuíam o poder de estabelecer o lugar de cada cidadão na sociedade através desses manuais. Determinaram o que era considerado como profissão e quem era habilitado para exercê-la. Formaram, por assim dizer, o *capital simbólico institucionalizado*, porque garantiram aos incluídos uma projeção no âmbito social, o que evidentemente, pressupunha inúmeras lutas pela classificação de cada um dos indivíduos.²⁰² Através do *Almanak de Profissões* requerido pela Presidência da Província em 1870, foi possível termos uma idéia da maneira como foi organizada a sociedade de então.²⁰³ Assim,

*(...) o nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (...) enquanto marca distintiva (...) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos. (...)*²⁰⁴

A Câmara foi formada em sua grande maioria de fazendeiros, lavradores de mantimentos e profissionais liberais. De acordo com as referências do *Almanak de Profissões* do ano de 1870 foi possível, juntamente com dados coletados em jornais da época, biografias e processos, posicionar os vereadores em termos sociais, conforme Anexo 05. Assim, encontramos na Câmara Municipal de Juiz de Fora, no período de 1853 a 1889, as seguintes profissões: fazendeiro, advogado, Guarda Nacional, lavrador de mantimentos, capitalista, médico, negociante,

²⁰² BOURDIEU, P. *op. cit.*, p. 148 e 149.

²⁰³ ARQUIVO HISTÓRICO... Série 163. *Almanak de Profissões de 1870*, p. 440-453.

²⁰⁴ BOURDIEU, P. *op. cit.*, p. 148.

empregado público, padre, farmacêutico, escritor, criador, magistrado e engenheiro. ²⁰⁵ Dentre estas profissões nos chama a atenção o grande número de guardas nacionais, fazendeiros, lavradores de alimentos, capitalistas, negociantes e profissionais liberais. Para confecção da Tabela 04 achamos conveniente separar os guardas nacionais dos demais setores sociais. Por outro lado, computamos os fazendeiros e os lavradores de mantimentos conjuntamente, uma vez que tanto o café quanto a cultura de subsistência apresentavam possibilidades de acumulação de riqueza e, fundamentalmente, ambos estavam relacionados a grandes e médios proprietários de terras e escravos. ²⁰⁶ Em relação aos profissionais liberais, foram considerados como tais os advogados, magistrados, desembargadores, médicos, farmacêuticos e engenheiros.

TABELA 03 - MEMBROS INTEGRANTES DAS
COMISSÕES ESPECIAIS (1855-1889)

²⁰⁵ O levantamento das profissões do total dos vereadores pesquisados foi alcançado em 90%. As fontes utilizáveis foram variadas. Ver ARQUIVO HISTÓRICO..., *Almanak de Profissões de 1870*, Série 163. ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO, Listagens de censo eleitoral (1867-1870). LESSA, J. **op. cit.** Ver GENOVEZ, Patrícia Falco. "Mandonismo Político e Poderio Econômico..." In: **Anais do IX Encontro da ANPUH-MG**. p. 309-313.

²⁰⁶ SOUZA, Sonia M. de. **op. cit.**, 23 a 26.

NOME	DATA 18..
AGOSTINHO CORRÊA	73, 81, 85
ANTÔNIO DIAS TOSTES	55, 61, 65
AVELINO RODRIGUES MILAGRES	65, 66, 68
CRISTÓVÃO RODRIGUES DE ANDRADE	61, 65, 66,67, 68
FRANCISCO DIONIZIO FORTES BUSTAMANTE	57, 58, 61
FRANCISCO MARIANO HALFELD	57, 67
FRANCISCO RIBEIRO DE ASSIS	54, 55, 61
HENRIQUE GUILHERME FERNANDO HALFELD	57, 58, 61, 70, 73
ILDEFONSO JUSTINIANO LAGE	66, 67
JOÃO BATISTA DOS SANTOS	64, 65, 66
JOÃO NOGUEIRA PENIDO	65, 70, 89
JOÃO RIBEIRO MENDES	67, 77
JOAQUIM CALIXTO RODRIGUES	81, 84
JOAQUIM DE ALMEIDA PÓVOAS	66, 67, 68, 70, 75, 77
JOAQUIM DE PAULA SOUZA	54, 55, 57
JOAQUIM FURTADO DE MENDONÇA	54, 55
JOAQUIM PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO	54, 55, 56, 58, 60, 61
JOSÉ CAETANO DE MORAES E CASTRO	57, 58, 65, 66
JOSÉ PEDRO DIAS DE CARVALHO	64, 65, 66
JÚLIO HORTA BARBOZA	65
MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO	57, 61, 64
MARCELINO DE ASSIS TOSTES	62, 65, 66
MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE	65, 70

ROMUALDO CÉSAR MONTEIRO DE MIRANDA LIMA	58, 66, 67, 79, 81, 89
VICENTE ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA	61, 64, 65, 66

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO... Séries: 29, 136, 139, 140, 146, 160, 162,

3,163/1

OBS.: Foram escolhidos os nomes que apareceram em mais de uma comissão. Não feito uma seleção abarcando as várias famílias influentes da região, o que mentaria mais ainda a listagem.

TABELA 04 - PRINCIPAIS PROFISSÕES DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1853-1889)
PROFADMINISTRAÇÕES (18..)

	53-56	57-61	61-64	65-68	68-72	73-76	77-80	81-84	84-86	87-89
GUARDA NACIONAL	11	11	16	06	06	06	04	06	04	02
FAZENDEIRO LAVRADOR	11	11	16	07	08	07	04	08	03	05
CAPITALISTA	02	02	--	01	04	--	01	01	01	--
NEGOCIANTE	01	--	01	01	01	02	01	01	01	01
PROFISSIONA L LIBERAL	02	04	04	07	07	08	09	04	06	07

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO... Série 53: Almanak de Profissões de 1870.

... também LESSA, J. **op. cit.** e MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Listagens de qualificação de ... Os suplentes acompanhavam o número de vereadores, exceto nas legislatu... antes (1867-1870) ... de 1881 e 1884, quando o número de suplentes foi, respectivamente, 4 e 3.

OBS.: A média de vereadores por legislatura variava de 7 a 9, acrescentando-se

Os dados nos mostram que há um equilíbrio ao longo das Câmaras em relação ao padrão de presença dos guardas nacionais e fazendeiros/lavradores por motivos evidentes: todos os guardas nacionais conquistaram patentes tendo em vista a possibilidade de comandar e manter os custos de uma guarda ou cavalaria. Os nomes que apareceram na Câmara, como já colocamos acima, estavam sempre relacionados a grandes e médios proprietários de terras e escravos. Estudos recentes mostram que no município houve uma nítida concentração de terras e que parte do excedente produzido ficou retido nos limites da própria produção favorecendo, mais tarde, a organização de um sistema bancário local, com a fundação de dois bancos na cidade, propiciando uma maior diversificação dos serviços urbanos na década de oitenta.²⁰⁷ Um pequeno desequilíbrio entre a Guarda Nacional e os proprietários de terras só aconteceu na última vereança, mostrando o poder exercido pelos coronéis locais que, mantendo suas bases econômicas, continuaram influenciando na política mesmo depois do Império ter acabado com a Guarda Nacional, ainda na década de 70.

As categorias *capitalistas* e *negociantes* apareceram na Câmara, na maioria dos casos, ligadas a proprietários de terras, que acumularam as duas atividades. Contudo, não apresentaram uma

²⁰⁷ Ver ANDRADE, Rômulo. “Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata.” In: **Revista Brasileira de História**. Para o autor 75% das propriedades possuem em média 200 alqueires o que equivale a 93% da terra dividida entre 53 proprietários. Além disso, os inventários analisados demonstraram que as grandes propriedades possuíam 100 escravos em média, 236 alqueires e 237.714 pés de café. Através destes dados o autor chama atenção para a importância da Rodovia União e Indústria e, posteriormente, da Ferrovia D. Pedro II para escoamento da produção cafeeira da região. p.97. PIRES, Anderson J. **op. cit.** OLIVEIRA, Mônica R. de. “Mercado interno e agroexportação...” In: **Locus**, ambos pesquisadores do Núcleo de História Regional na área de história econômica apontam para a dinâmica da economia da região onde o capital agrário, numa segunda fase, com sistema bancário autônomo, atingiria outros setores econômicos propiciando uma diversificação dos serviços urbanos. p.12.

participação expressiva ficando ausentes em algumas eleições. Mas, mesmo inexpressivos em termos numéricos a presença de *capitalistas* e *negociantes* na política local nos mostra que houve espaço para alternativas de investimentos. Ou seja, houve outros setores sociais e econômicos coexistindo com a cultura do café e, no caso do município de Juiz de Fora, coexistindo também com a cultura de subsistência. Fato que permite compreender a diminuição da produção cafeeira na região sem que isso acarretasse uma crise econômica, antes possibilitando o avanço gradual da industrialização. ²⁰⁸

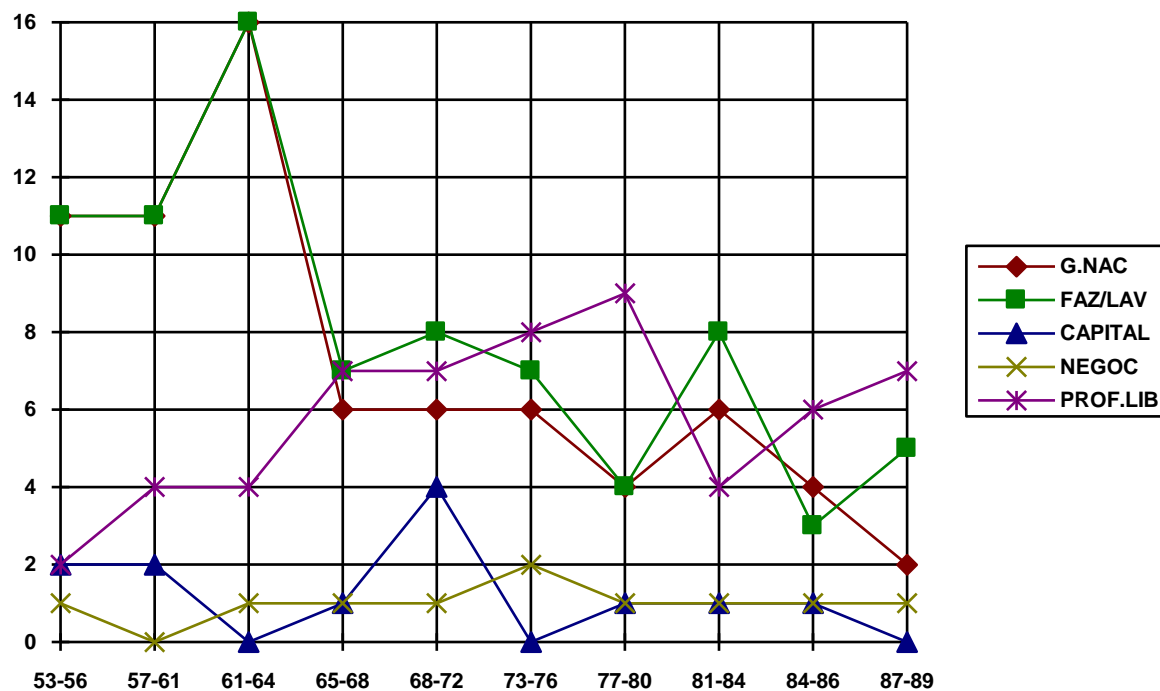
O Gráfico 02 ilustra a trajetória dos profissionais liberais na Câmara Municipal de Juiz de Fora no período de 1853 a 1889. ²⁰⁹ Embora aparecessem nos Almanques, biografias e jornais da época como advogados, médicos, farmacêuticos e engenheiros, a relação com famílias produtoras de café ou de mantimentos foi identificada. Uma relação que ocorreu por laços familiares mais estreitos: muitos deles eram filhos de

GRÁFICO 02 DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS PROFISSÕES DOS VEREADORES QUE INTEGRARAM A CÂMARA MUNICIPAL, EM CADA LEGISLATURA, NO PERÍODO DE 1853-1889.

²⁰⁸ PIRES, A. **op.cit.**

²⁰⁹ Para uma melhor observação a respeito da composição social dos vereadores ao longo de todas as legislaturas ver ANEXO 05.

Gráfico 2



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO... Série 53: Almanak de Profissões de 1870. Ver também LESSA, J. op. cit e MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Listagens de qualificação de votantes (1867-1870)

OBS.: os dados organizados no gráfico nas coordenadas X (vertical) e Y (horizontal) correspondem respectivamente ao número de profissionais e os anos de ocupação na Câmara Municipal.

Grandes fazendeiros ou, em alguns casos, o casamento garantiu a estabilidade e o *status* necessários numa sociedade escravista. ²¹⁰

²¹⁰Podemos citar os filhos do Comendador Henrique Halfeld, grande lavrador de mantimentos da região, casado com uma Tostes, família também ligada à produção de

O Gráfico 03 nos dá um panorama das profissões acima relacionadas ao longo do mesmo período. A grande maioria pertence aos fazendeiros de café e lavradores de mantimento, perfazendo um total de 47,9% do total de profissões que apareceram nas vereanças. A seguir vieram a Guarda Nacional com 43,1% e os profissionais liberais com 34,7%, uma defasagem considerável em relação aos proprietários escravistas. Com 7,1% e 5,9% apareceram, respectivamente, os capitalistas e negociantes, lembrando que ambos acumularam as profissões de fazendeiros de café ou lavradores de mantimentos.²¹¹

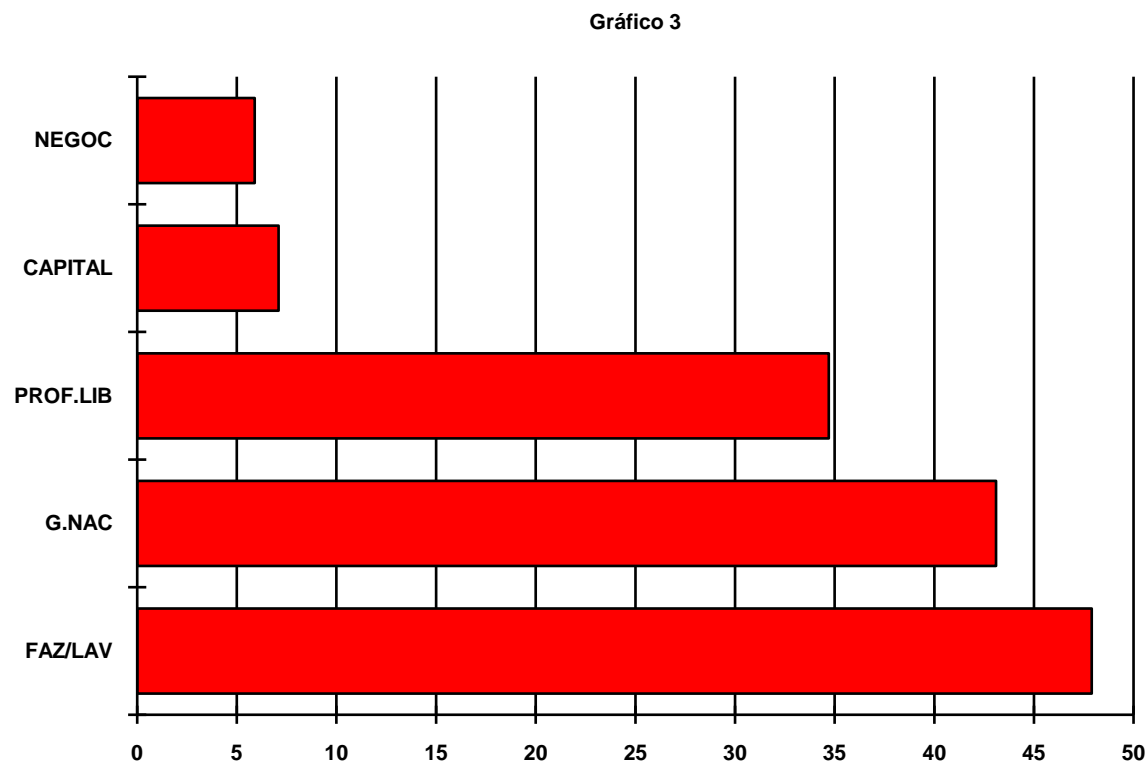
Os dados revelados pelos gráficos acima, principalmente aqueles referidos à Guarda Nacional nos levam a pensar num outro espaço de poder para além da Câmara Municipal. Estes espaços poderiam, inclusive, encontrar-se fora das malhas do poder institucionalizado, como foi o caso das várias associações beneficentes e promotoras que apareceram como espaços imprescindíveis, fornecendo assim diferentes tonalidades a uma mesma malha do tecido social. Ou seja, permitiu a convivência e o respeito mútuo entre conservadores e liberais ou entre rurais e progressista através de canais outros que aquele da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

mantimentos. Seus filhos Pedro Maria e Antônio Amálio Halfeld aparecem nas classificações como médico e farmacêutico respectivamente. Um outro exemplo é Quintiliano Nery Ribeiro, engenheiro formado nos Estados Unidos, filho de Domingos Nery Ribeiro, fazendeiro de café. Um outro exemplo de ligações através do casamento é o caso do conceituado dr. João Nogueira Penido, médico que lutou com inúmeras dificuldades no início da carreira e que se estabilizou com o casamento com uma Lima Duarte. Ver SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **op. cit.**, p. 24.

²¹¹ Em comparação com os resultados alcançados por Ricardo Maia sobre a distribuição da elite política segundo a sua ocupação na Zona da Mata encontramos uma diferença em relação ao caso da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Para o autor o setor destinado a economia como um todo teria apenas um percentual de 21,4%. Resultado bem inferior ao setor profissões, com 32,1%. Contudo, Juiz de Fora parece acatar a tendência da Zona da Mata quanto a parentesco na política. Ver MAIA, Ricardo A. **Jogo de compadres**. p. 78 e 84.

Por tudo isso, é importante, dada a identificação de uma relação quase direta entre a propriedade de terras e escravos e as patentes da Guarda Nacional, visualizarmos mais de perto o significado simbólico de pertencer a esse grupo social. Porém, consideramos essencial retomarmos primeiramente o histórico da Guarda Nacional para melhor compreendermos a sua importância para os homens poderosos de qualquer localidade do Império.

GRÁFICO 03
DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS PROFISSÕES PRESENTES NAS LEGISLATURAS MUNICIPAIS AO LONGO DO PERÍODO (1853-1889)



FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO... Série 53: Almanak de Profissões de 1870. Ver também LESSA, J. **op. cit.** e MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Listagens de qualificação de votantes (1867-1870) Obs.: os dados relacionados nas coordenadas X (vertical) e Y (horizontais) correspondem respectivamente ao número de vereadores e as profissões que os mesmos exercem.

II.3.B) UM TECIDO SOCIAL DE TRAMAS COLORIDAS

Presença marcante quando da chegada do Imperador a Juiz de Fora, em 1861, a Guarda Nacional poderia ser compreendida como mais um espaço de poder institucionalizado, tendo em vista sua função exercida junto a sociedade, mantendo a ordem e tornando-se atuante nas questões administrativas. Representava uma posição social que, nas primeiras décadas de criação da Guarda Nacional, era sinônimo de confiança, poder econômico e político. Contudo, tal imagem, encontrou-se esgotada nos idos da década de 70, momento de sua desarticulação por parte do Estado Imperial. Ficou bastante visível num artigo publicado em 1878 o desgaste da Guarda Nacional como um todo perante a sociedade. O folhetim, escrito sob o título *Tipos de Juiz de Fora: o Alferes*, foi bastante emblemático para entendermos o desprestígio sofrido por esse grupo social e compreendermos o espaço que conquistaram na sociedade, deixando evidente a luta cotidiana pelo *status*.

(...) Na sociedade por entre a qual atravessamos este vale de lágrimas, indivíduos há que nele surgem tais quais cogumelos; brotam por aí sem que ninguém saiba de onde lhes veio a semente. Estes indivíduos que nada têm de notável a primeira vista, com mais vagar, porém, tornam-se dignos de diletantíssima apreciação. Por um acaso qualquer depara-se com um desses indivíduos em uma esquina num bom dia (...). Pois bem, passa-se pelo ilustre, (...) sem que atenção alguma nos excite o dito. Em outro dia (...) esbarra-se com o sujeito em uma sala de bilhar, em uma igreja ou mesmo num teatro e então pela aproximação começa-se a reparar no bicho. A gente o encara com a atenção: analisa-o com

escrupulosa minuciosidade, bate na testa: Eureka!... Nota-se que o todo desse indivíduo carece de alguma coisa para ser semelhante ao nosso. (...). A gente aproxima-se. -Quer V. S. dar-me o prazer de tomar um copo de qualquer coisa?. Ele (com ar de proteção) -Pois não, com prazer. Dois minutos de palestra e surge o tipo. Mas que dificuldade para os apanhar! O tipo não se compra, não se aluga, não se vende; conquista-se. O possuidor de um tipo, mesmo sendo tipinho ordinário deve considerar-se: um homem ilustre, pelo menos. (...). 212

A imagem composta no *Jornal Pharol* nos mostra o quanto foram importantes as qualificações sociais, os títulos nobiliárquicos e até mesmo os locais frequentados, como modos de diferenciação social. A título de ilustração basta recordarmos do papel desempenhado pela Guarda Nacional no momento da primeira viagem oficial de D. Pedro II à cidade, agindo como guardiães do Estado Monárquico.

Os guardas nacionais foram integrantes constantes da Câmara Municipal, não apenas decidiam sobre a conduta da população a nível institucional, através do Código de Posturas que, enquanto vereadores, ajudaram a formular. Exerceram também uma espécie de violência cotidiana bastante característica de *senhores de homens*. Fato que ficou evidente através das reclamações do fiscal municipal, que conforme já mostramos, percebeu nitidamente o mando desses coronéis, atuando com muita eficácia e sobrepujando o poder administrativo e institucionalizado, exercido pela Câmara. Um poder visível cotidianamente

(...) na "comensalidade" disciplinada com seus dependentes, no julgamento discricionário da justiça e

212 *Jornal Pharol*. Folhetim - Tipos do Juiz de Fora: O Alferes! em 03/02/1878.

*na monopolização "absoluta" da violência; no "régime d'exception" da educação de seus filhos e no autoritarismo e paternalismo que marcavam sua vida cotidiana.*²¹³

Os relatos que possuímos da época comprovam a tendência nacional. Foram esses coronéis os chefes políticos locais e o poder que detinham poderia ser decisivo nos momentos eleitorais. No caso específico de Juiz de Fora percebemos o domínio de algumas famílias e de certas manobras eleitorais envolvendo guardas nacionais.²¹⁴ Alguns resultados numéricos das eleições mostram incoerências que podem ser entendidos tomando por base o poderio local dos coronéis: como explicar, por exemplo, que o Comendador Manoel do Valle Amado, capitão da Guarda Nacional, tenha sido o vereador mais votado nas eleições de 1856, com 1055 votos, e nas eleições de 1861 tenha recebido apenas 2 votos? ou que o capitão Altivo Silvino de Lima e Melo, genro do Comendador Henrique Halfeld, tenha recebido apenas um voto nas eleições de 1856 e 1861 e, posteriormente, nas eleições de 1864 tenha recebido 768 votos?²¹⁵ Além desses nomes citados muitos outros demonstraram oscilações com relação ao número de votos configurando resultados surpreendentes.

As evidências sobre esse mandonismo ficaram patentes nas correspondências entre a política local e a provincial. Várias foram as cartas entre os deputados e *suas bases* agradecendo o eleitorado, conforme já foi demonstrado, quando falamos da relação existente entre a Câmara e o Governo Provincial. Alguns, como do deputado Teófilo Otoni,

²¹³ LIMA JR. op. cit., p. 65. Ver sobre violência disciplina sobre os indivíduos, FOUCAULT, M. op. cit.

²¹⁴ Ver Tabela de dados número 02.

²¹⁵ ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Ata de Apuração de Vereadores. Livro 112/026.

chegaram a publicar seus agradecimentos ao eleitorado liberal nos jornais da época.²¹⁶ Bases que, em 1878, ano da inauguração do Palácio Municipal e Fórum com a presença do Imperador D. Pedro II, foram criticadas por uma série de artigos no Jornal *Pharol*.

Esta série de artigos deixou evidente a insatisfação dos proprietários locais em relação aos seus representantes na Assembléia Legislativa da Província que, após as eleições, esqueciam por completo suas bases. Para resolver o esquecimento dos correligionários para com os problemas mais urgentes do município, como: a substituição do braço escravo para o servil, a criação de um estabelecimento de crédito rural; além de outras medidas consideradas primordiais para melhorar a condição da lavoura. Na ocasião foi proposta a união dos lavradores e a representação pessoal na Assembléia, sem a intermediação de mandatários²¹⁷, mostrando a preocupação com a questão escravocrata. Com isso, amedrontou-se grande parte dos fazendeiros de café como ficou patente nas cartas enviadas por alguns vereadores ao presidente da Província, reclamando, já na década de 80, sobre os desajustes causados pelo movimento abolicionista ocorridos na região.²¹⁸

²¹⁶ Jornal *Pharol*. 12/09/1878. O deputado Teófilo Otoni agradecendo ao eleitorado liberal de Minas Gerais após o resultado dos colégios eleitorais da Capital, Mariana, Queluz, Barbacena, Juiz de Fora, Ubá, Rio Novo, Mar de Espanha, Pomba, Leopoldina, Rio Preto, Turvo, Pouso Alto, Santa Rita e Ipiranga. Fato que vem confirmar as palavras de LIMA JR. op. cit., p. 80. "Com eles se correspondiam os governadores, deles que recebiam sugestões sobre os respectivos distritos; manobravam as câmaras municipais ao sabor de seus interesses, influíam nas irmandades, faziam o que bem entendiam (...). Dispondo da força que lhes andava à mão, eram os arrogantes senhores das regiões onde assistiam. Como os Terços de pardos e de pretos, somente tinham postos subalternos, tudo lhes caía na subordinação."

²¹⁷ Jornal *Pharol*, 23/04/1878. Artigo: Aos Fazendeiros. A série de artigos publicados neste jornal tem início no mes de abril e apresenta uma publicação regular por todo o ano de 1878.

²¹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO... Série 1.

Divergências como estas, entre a imprensa que, conforme Albino Esteves, teve uma orientação democrática e liberal, e de alguns integrantes da Câmara Municipal, cuja postura pareceu nitidamente conservadora no sentido de defender seus interesses privados ligados à cafeicultura e à escravidão, é apenas um exemplo das diferenças nas propostas que circularam na região.²¹⁹ Extremamente difíceis de mapear, essas diferenças não apareceram em documentos oficiais como atas de apuração em eleições para vereadores ou até mesmo nas Atas da Câmara. Fontes, aliás, mudas quanto a questão partidária. Através delas, no caso específico de Juiz de Fora, não se sabe nada sobre tendências conservadoras ou liberais dos vereadores. Essas informações aparecem por vias informais. Pelo Jornal *Pharol* sabe-se que o deputado Dr. João Nogueira Penido, cujo irmão, Feliciano Penido, um dos diretores desse jornal, manteve uma postura liberal. No caso do Dr. João Nogueira Penido, contudo, a opção partidária pelo partido liberal não inviabilizou seu apreço pela figura do Imperador. Em sua passagem pela cidade, em 1882, D. Pedro II chegou de trem com destino a Barbacena, ocasião em que aproveitou para fazer uma rápida visita à Matriz e ao Fórum. A visita terminou com um jantar oferecido pelo Dr. João Nogueira Penido.²²⁰

Assim como os Penidos, toda a família Tostes aparece como liberal.²²¹ Apesar das referências serem bem escassas foi possível reconhecer alguns *cascudos* (conservadores) e *ximangos* (liberais) que, invariavelmente esqueceram das desavenças partidárias e estabeleceram amizades profundas como foi o caso de Ildefonso Justiniano Gonçalves Lage (*cascudo*) e o Major Inácio da Gama (*ximango*). O primeiro, exaltado

conservador, vereador pelo partido da *ordem* e, o segundo, liberal exagerado.²²² Também conservador, e chefe local do partido, foi o farmacêutico Josué Antônio de Queiroz. Outro personagem de grande importância para a cidade, o Comendador Mariano Procópio, fora eleito pelo partido conservador para deputado provincial, apesar de suas tendências e idéias nitidamente liberais.²²³ Outro liberal atuante era o Cônego Roussin.²²⁴

Uma definição das tendências políticas dos vereadores da Câmara Municipal, um dos nossos recortes de pesquisa, só nos foi possível no ano de 1876 com a publicação dos resultados de eleições na região e, em 1878, quando o Dr. João Nogueira Penido publicou no Jornal *Pharol* uma listagem dos liberais locais e de suas posições sociais.²²⁵ Como as listagens foram do ano de 1876 e 1878 não seria correto afirmar a postura liberal ou conservadora em todas as Câmaras eleitas mas, nos permite fazer tal projeção uma vez que a maioria liberal na parte Sul da Zona da Mata já podia ser reconhecida desde a revolução de 1842.²²⁶ Através das listagens de 1876 e 1878 e de outras referências esparsas em jornais e biografias conseguimos identificar a posição partidária de 54,7% dos políticos que comporam a Câmara Municipal no período de 1853 a 1889. De acordo com o Gráfico 04 podemos observar que 54,7% das posições políticas identificadas, 55,8% foram liberais e 44,2% foram conservadoras.

Através da Tabela 05 podemos acompanhar a ocorrência de liberais e conservadores ao longo das Câmaras. A ausência de

²¹⁹ Sobre o Jornal *Pharol* ver: ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 323.

²²⁰ LESSA, J. **op. cit.**, p. 153-154.

²²¹ Jornal *Pharol*, 19/05/1878 e 14/07/1878. Ver também SILVA, José Bonifácio de A. e. **op. cit.** O Dr. João Nogueira Penido também era republicano e foi favorável à Abolição da Escravidão. Casou-se com a família Duarte, também de ascendência liberal.

²²² ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 63.

²²³ BASTOS, W. de. **op. cit.**, p. 164.

²²⁴ Sobre as referências do Cônego Roussin e Josué Antônio de Queiroz ver LESSA, J. **op. cit.**, p. 78 e 117.

²²⁵ Conforme Jornal *Pharol* - 12/10/1876 e 31/10/1878.

²²⁶ Ver CARRARA, Ângelo A. **A Zona da Mata Mineira.**

conservadores na legislação de 1884 provavelmente deveu-se à falta de informações, uma vez que, foi sempre possível notar uma presença conservadora nas demais Câmaras. Contudo, conservadores ou liberais não se diferenciavam diante da necessidade da defesa de interesses ligados a propriedade privada da terra e a escravidão. Essa dificuldade em mapear as diferenças entre liberais e conservadores ocorre não apenas em Juiz de Fora mas em todo o país, conforme podemos perceber no trabalho de José Murilo.²²⁷ Diferenças que se tornavam ainda mais tênues numa região com tendência marcadamente liberal, sem contudo perder de vista a questão da propriedade privada. Inclusive, forçando deputados, como é o caso do Dr. João Nogueira Penido, a se definir como um liberal dissidente em virtude das pressões exercidas pelos grandes proprietários escravocratas da cidade e distritos circunvizinhos que, em momentos decisivos, sendo liberais ou conservadores, procuraram de todas as formas defender a propriedade privada.²²⁸ Nesse sentido, os dados encontrados, no caso específico da Câmara Municipal de Juiz de Fora, destoam dos resultados obtidos por Ricardo Maia em relação a elite política de Minas Gerais, uma vez que o autor aponta para uma maioria conservadora.²²⁹

²²⁷ CARVALHO, José M. **op.cit.** (1981). Nesse trabalho José Murilo nos fala da grande dificuldade de mapear as diferenças entre os dois partidos políticos do Brasil imperial. p. 107, 165 a 173.

²²⁸ Ver Jornal **Pharol**, 13/01/1881. Este artigo tornou público a decisão do Clube dos Lavradores, reunindo liberais e conservadores na casa do Barão de Cataguases de eleger uma comissão encarregada de defender uma abolição gradual, mediante restituição financeira por parte do Estado, e a fundação de núcleos de colonização nacional.

²²⁹ Conforme Ricardo Maia a composição partidária da elite política de Minas Gerais no período de 1839 a 1889 teria uma maioria conservadora em relação aos liberais, 43,3% contra 34,5% respectivamente. MAIA, Ricardo A. **op. cit.**, p. 70. Praticamente a mesma diferença que encontramos para Juiz de Fora, porém, com uma maioria de liberais.

O fato é que, se as convicções partidárias os poderiam colocar em partidos rivais logo uma série de outros ambientes fora da Câmara Municipal, fora do âmbito político institucional, refaziam esses laços e juntavam todos os diferentes matizes do tecido social juizforano. Um indício de que, como vimos anteriormente, as diferenças não teriam sido tão grandes assim.²³⁰ É bem verdade que se possuíram interesses diferentes contudo, mantiveram a defesa da escravidão. Uma característica específica dessa região se comparada com as áreas norte e central da Zona da Mata.²³¹ Juiz de Fora também teve posição diferente de Leopoldina, município bem próximo, cuja predominância foi conservadora mas no tocante aos ideais, estes foram sempre os mesmos: a defesa do escravismo.²³²

Comportando-se também como um espaço de sociabilidade a Guarda Nacional significou, para um viajante da época, um ponto de organização social e coesão da população local.

*(...) constituindo um sistema de hierarquia e segurança, neutralizando, por uma natural ação aglutinante, o espírito individualista de isolamento, natural numa população escassa, disseminada em vastas extensões de terra. Com as festas religiosas, as paradas e revistas militares dessas Tropas, que a muitos podem parecer meros temas para humorismo, se desenvolveram nas populações o hábito de se reunirem e a idéia de solidariedade.*²³³

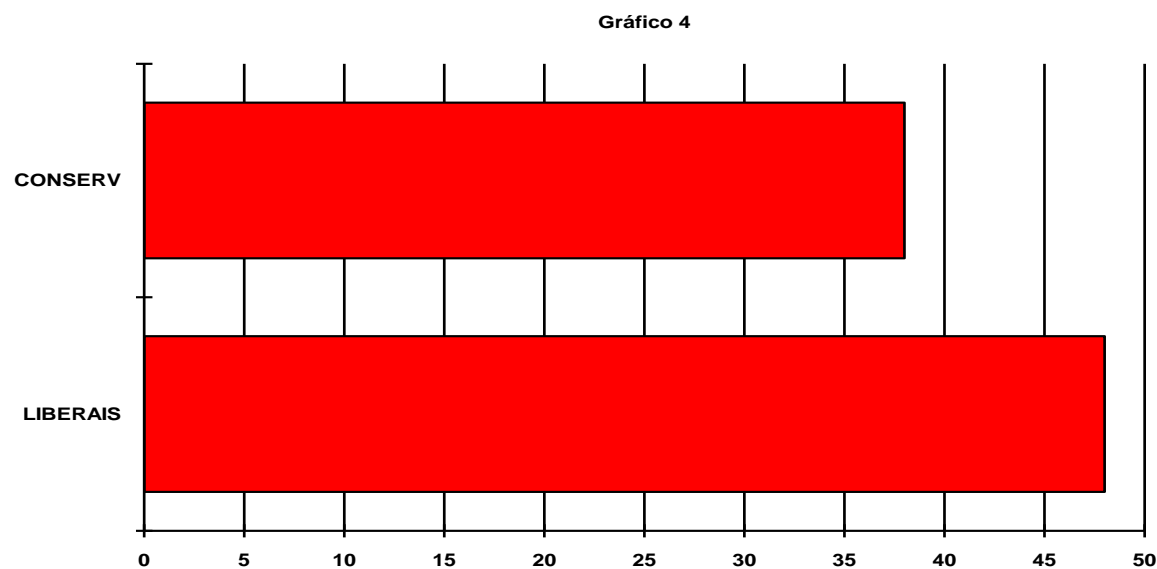
²³⁰ CARVALHO, José M. **op. cit.**, (1981). p. 165-173.

²³¹ IDEM. Capítulo II. p. 43 a 84.

²³² IBIDEM. p. 104.

²³³ LIMA Jr. **op. cit.**, p. 105.

GRÁFICO 4
DEMONSTRATIVO DA PRESENÇA DE CONSERVADORES E LIBERAIS NA CÂMARA MUNICIPAL NO
PERÍODO DE 1853-1889



FONTE: ESTEVES, A. **op. cit.** e Jornal **Pharol** (12/10/1876 e 31/10/1878)

OBS.: Os dados referentes a incidência de liberais e conservadores na Câmara Municipal em todas as legislações a partir do ano de 1853 a 1889 foram obtidos a partir da listagem dos vereadores e dos resultados das eleições publicados no jornal, e aqui contabilizados em números absolutos.

TABELA 05 - CONSERVADORES E LIBERAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1853-1889)

PARTIDO ADMINISTRAÇÕES (18..)

	53-56	57-61	61-64	65-68	68-72	73-76	77-80	81-84	84-86	87-89
CONSERVADOR	03	01	05	02	06	05	07	03	--	06
LIBERAL	02	06	02	04	04	08	08	05	05	04

FONTE: ESTEVES, A. **op. cit.** e Jornal **Pharol** (12/10/1876 e 31/10/1878)

OBS.: Os dados referentes a incidência de liberais e conservadores na Câmara Municipal em todas as legislações a partir do ano de 1853 a 1889 foram obtidos a partir da listagem dos vereadores e dos resultados das eleições publicados no jornal, e aqui contabilizados em números absolutos..

A Guarda Nacional também ofereceu a possibilidade do exercício do mando local, do poder efetivo sobre a sociedade. A garantia sedutora da patente levou vários ricos fazendeiros a custearem Guardas e Cavalarias. Mas também representou um espaço onde seria possível um trânsito harmonioso apesar das diferenças partidárias. A patente que lhes custou bem caro também lhes garantiu a escolta do Imperador, o que por si só já foi recompensador. Tendo em vista que a farda exerceu uma

(...)eterna sedução e a parcela de autoridade que ela parece atribuir a quem a usa, o que no interior se manifesta nos elementos mais rústicos, por uma irritante arrogância no falar e nas maneiras. Havia vistosos uniformes que terão sido um grande atrativo às vaidades e que constituem uma velha e incurável fraqueza

*nacional.*²³⁴

Sob este ponto de vista, estabeleceu-se um estilo de vida próprio, se identificado através do posicionamento e do comportamento desses homens em relação à estética pessoal e à ordem pública. Buscando sempre mostrar uma aparência civilizada e imponente regularam, através do Código de Posturas da cidade, a implantação de todas as medidas necessárias: casas, ruas, calçadas, muros e rebocos, sempre demonstrando uma preocupação com um padrão de progresso ou civilização.²³⁵ Da

²³⁴ IDEM. p. 104.

²³⁵ CHRISTO, Maraliz de C. V. **op. cit.**, p. 63, 64 e 65. Para autora com o “(...)desenvolvimento urbano proporcionado pela concentração de renda cafeeira e da industrialização, a cidade aproxima-se do cosmopolitismo do Rio de Janeiro.” Com poucos anos de existência “(...) seus cidadãos-prestantes buscam não só beneficiá-la com

mesma forma os coronéis agiram em relação à sua auto-imagem. No dia-a-dia comportavam-se de forma despojada, mas ao se encaminharem para a cidade sentiam necessidade de tornar visível sua notoriedade, fato que os levavam a construir uma imagem similar a de um fidalgo. Ao descrever um senhor de engenho do Rio de Janeiro Saint-Hilaire nos forneceu uma idéia da importância da postura e da imagem de poder que tinham que transmitir.

*(...) Em casa, usa roupa de brim, tamancos, calça mal amarrada e não põe gravata; enfim indica-lhe a toilette que é amigo do comodismo. Mas, se monta a cavalo e sai, é preciso que o vestuário lhe corresponda à importância e então enverga o jaleco, as calças, as botas luzidias, usa esporas de prata, cavalga sela muito bem tratada. É sempre necessário um pagem negro, fardado com uma espécie de libré. Empertiga-se, ergue a cabeça, fala com voz forte e tom imperioso que indicam o homem acostumado a mandar em muitos escravos.*²³⁶

Essa preocupação com a própria imagem e com a forma como eram visto pela sociedade, encontra ressonância no Código de Posturas implementado em 1858. A busca pelos ideais de progresso e civilização ficam expressos em forma de Leis Municipais. Sob este ponto de vista o Código constitui um importante veículo do pensamento, do comportamento e do relacionamento dos políticos locais com o poder.

O Código de Posturas regulava cuidadosamente as atitudes sociais dos habitantes da cidade. Numa análise mais genérica, o Código

equipamentos urbanos próprios à urbe como também incorporar elementos simbólicos de civilização.”

²³⁶ SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. p. 17.

encontrava-se dividido em sete Títulos.²³⁷ O primeiro discorreu sobre as disposições gerais onde foram dados todos os esclarecimentos sobre a jurisdição do Código e as penas por ele estabelecidas. O Título II está dividido em três capítulos: o primeiro, trata do alinhamento. Demonstração evidente de uma grande preocupação com a ordem pública expressa na colocação das casas e no traçado das ruas. O segundo, cuida especificamente da limpeza da cidade e da higiene da população. Finalmente, o terceiro capítulo ocupa-se com as obras públicas: discute-se as responsabilidades da Câmara na conservação das ruas, muralhas e paredes.

O Título III, sobre a saúde pública, encontra-se subdividido em dois capítulos: o primeiro sobre a salubridade do ar, água e alimentos; o segundo, versa sobre os meios preventivos contra possíveis enfermidades. No Título IV, sobre a segurança pública, temos o primeiro capítulo destinado aos *artifícios prejudiciais*, atos ou pessoas que poriam em risco a população como, jogos, curandeiros; o capítulo II, sobre medidas preventivas de *danos* e o capítulo III que regulou as contravenções *contra pessoa*. Ou seja, os capítulos II e III tratam especificamente da defesa da integridade moral e evitando desacatos ou qualquer ação desleal que causasse danos à reputação dos indivíduos.

O Título V trata da indústria em geral. No capítulo I encontram-se feita as regulamentações das servidões públicas e estradas; o capítulo II regula a venda de gêneros; nos capítulos III e IV, os danos e rixas entre pessoas. A educação e socorro aos expostos, no Título VI, mostra a preocupação com os abandonados. Os impostos estão regulamentados no Título VII.

Após uma visão panorâmica dos vários Títulos e capítulos que compõem o Código gostaríamos de chamar atenção para o Título II e o Título IV. A preocupação com a regulamentação do espaço público contida no Título II diz respeito ao alinhamento das casas em uma mesma

²³⁷ ARQUIVO HISTÓRICO... Código de Posturas de 1857. Série: 163

direção, à defesa dos inquilinos, a proibição de construções de capim e a prazos determinados para o término das construções. Quanto à limpeza verificou-se uma grande preocupação com a higiene da cidade: legislação específica obrigando os moradores a rebocarem e pintarem as casas, construírem passeios, aterros, muros e conservarem os arvoredos.

O Título IV diz respeito à regulamentação da Segurança Pública. No capítulo I, sobre artifícios prejudiciais proibiu-se pedir esmolas. No caso do pedido de esmolas para irmandades, proibiu-se levar imagens de santos. Além das esmolas, também foram proibidas as loterias, as rifas e os jogos sob pena de multas. Os curandeiros ganharam penas de prisão e de multa e os menores de 15 anos, sem meios de subsistência e sem ocupação honesta eram recolhidos e mandados para as oficinas nas fazendas.

No capítulo II, sobre medidas preventivas de danos, a Câmara garantiu segurança à população quando forem executados consertos e escavações. O Código, pribia na época, queimadas e qualquer fabricação de pólvora; e, em caso de incêndio, carpinteiros, pedreiros e jornaleiros estavam incumbidos de apagarem o fogo. Os bêbados são presos e os loucos recolhidos. Há proibições quanto a corridas de cavalo durante o dia e à noite. Os espetáculos e os batuques poderiam ocorrer, somente com uma autorização prévia. Quanto a contravenção contra a pessoa, prevista no capítulo III, foram incluídos: os furtos, com pena de multa e de prisão; ocultar escravos ou coisas por eles furtadas; comprar ou trocar escravos com ciganos ou pessoas desconhecidas; vexame a alguém; injúrias; espancar animais mansos e atos libidinosos.

Todas estas regulamentações e proibições, expostas acima, ficaram sob domínio contínuo da Província, encarregada de autorizar qualquer emenda ou aditiva proposta pelos vereadores. Ao município coube apenas e tão somente o domínio sobre a conduta cotidiana do cidadão. Inúmeras foram as tentativas, por parte dos vereadores, em aumentar os impostos, tendo em vista a demanda de verbas a serem

investidas em infra-estrutura com o crescimento verificado na cidade. Todas, contudo, em vão. Através do Governo Provincial o Império se colocou como um aro de ferro na tentativa de conter o domínio local dos coronéis.²³⁸

Tal posicionamento por parte do Governo Imperial só faz confirmar o que Ilmar de Mattos nos revela sobre o período da Colônia. Ao que parece a situação não apresentou nenhuma modificação durante o Império. A Coroa continuou a conduzir os interesses dominantes, no que diz respeito à monocultura do café e da escravidão, tornando claro como se processava a questão pertinente à aplicação da lei em todo o Império. Esta visão pode encaixar-se, plenamente, ao nível municipal. Para o autor,

*(...) o papel sempre desempenhado nas sociedades escravistas pelo Direito - entendido, por certo, enquanto lei, e processo de aplicação -, somado ao espírito conservador que, aqui e agora, anima esta atuação, faz com que a Coroa reivindique não só o monopólio da elaboração das leis, mas também o da sua execução e fiscalização, no processo de unificação dos interesses dominantes. (...).*²³⁹

É exatamente através deste tipo de postura, adotada pelo Estado Imperial, que devemos compreender a composição da sociedade

²³⁸ IDEM. Série 25. O exemplo que melhor ilustra o domínio do município frente a Província pode ser verificado através da correspondência entre a Câmara Municipal e a Tesouraria da Fazenda, em 1863. Nesta carta o tesoureiro, Jerônimo Máximo Nogueira Penido, recusa-se a aprovar o aumento de impostos municipais para algumas atividades realizadas na cidade deixando bem claro que “(...) as Câmaras Municipais só podem fazer posturas sobre os crimes contra a polícia e economia particular das Povoações(...)”. Carta de 18/08/1863.

²³⁹ MATTOS, Ilmar H. **op. cit.**, p. 86.

juizforana. Importa compreender as preocupações do Código de Posturas em relação à regulamentação do espaço público e às restrições infringidas pelo governo provincial. O governo provincial apresentava-se como o meio direto de imposição do poder imperial. Um poder que recaia sobre a malha fina e tênue de conservadores e liberais que exerceram mando sobre a municipalidade. Um poder local que saiu por entre os dedos fortes do Império, encontrando espaço para além da Câmara Municipal e da Guarda Nacional.

II.3.C) ZONA NEUTRA: Outros espaços de sociabilidade

Já constatamos que espaços com características institucional e governamental, como a Câmara e a Guarda Nacional, acolheram diferentes tipos de divergências e se tornaram caminhos abertos para exercício do mando local. Mas, para além desses espaços e até mesmo no interior deles próprios, é possível identificar diferentes laços de sociabilidade. O fato é que podemos perceber na sociedade juizforana, da segunda metade do século XIX, vários espaços que servem de pontos de alinhavo, que impedissem um completo esgarçamento do tecido social ao nível local.

Além da imbricada rede de parentesco, vários registros nos deixam a certeza a cerca da existência de uma grande rede de amizade entre esses *notáveis* locais. As amizades evidenciaram-se de várias maneiras. Uma delas através das ações judiciais, envolvendo muitos nomes de vereadores. Normalmente, contavam com a presença dos amigos para testemunhos nos testamentos, ações movidas para saldo de dívidas e em contendas envolvendo propriedades de terra.

Do ponto de vista metodológico consideramos imprescindível a proposta levantada por Lawrence Stone que, através da Prosopografia, indica novos rumos para o estudo das elites. A Prosopografia surgiu nas décadas de 20 e 30 como uma pesquisa destinada apenas aos coletores de informações biográficas e genealógicas. Foi apenas na década de 70, que

Lawrence Stone propôs a Prosopografia como um método para pesquisa da ação política e da função social de grupos sociais e associações. Nesse sentido, Stone acabou nos fornecendo parâmetros de muita utilidade, mostrando como a Prosopografia pode elucidar relacionamentos específicos de grupos de *status* e membros de associações profissionais. Além disso, fornece subsídios para apreender e detectar mais atentamente a mobilização realizada por certos grupos sociais, o nível social concernentes a origens familiares, os circuitos de *status* político ou de posições políticas.²⁴⁰

Apenas a título de exemplo dessas redes de relacionamentos podemos citar o caso do Coronel Francisco Ribeiro de Assis, vereador em 1853 e 1861, que teve como advogado, numa causa movida contra José Guilherme da Silva Martinho, José Caetano de Moraes e Castro, também vereador em 1857. Além disso, a filha do coronel foi casada com um Nogueira Penido, família de forte presença na política local e provincial.²⁴¹ José Caetano também serviu de fiador ao amigo Martiniano Peixoto de Miranda comprovando sua idoneidade para que este se tornasse leiloeiro.

Outros exemplos se seguem: Josué Antônio de Queiroz numa ação contra José Carlos de Miranda contou com a presença do Juiz Municipal, Doutor Joaquim de Almeida Póvoas, seu cunhado. O Capitão Antônio Dias Tostes numa ação contra Manoel Vicente de Souza, teve o sobrinho, Dr. Marcellino de Assis Tostes, como seu procurador. José Ribeiro de Rezende, numa ação movida contra seu próprio filho, Prudente Augusto de Rezende, levou como testemunha Francisco Dionysio Fortes Bustamante e o Dr. Caetano Rodrigues Horta, ambos vereadores em 1857 e 1861, respectivamente. O Comendador Francisco de Paula Lima, numa ação movida contra Francisco José de Carvalho, teve como um dos seus procuradores Francisco Fortes Bustamante. O Padre João Marciano de

²⁴⁰ STONE, L. Prosopography. In: **Daedalus**. p. 46 e 47.

²⁴¹ Ver ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL. Processo n°. 38A17.

Cerqueira Leite, vereador em 1853, contou com a presença do Dr. João Nogueira Penido, vereador várias vezes, entre suas testemunhas no momento do testamento.²⁴²

Nas décadas de 50 o lugar de sociabilidade dos *notáveis* locais pareceu restringir-se a princípio, na casa do Tenente Martiniano Peixoto de Miranda, posteriormente, transferindo-se para a casa doada pelo Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, local das futuras instalações da Câmara Municipal. Com o crescimento da cidade podemos verificar novo deslocamento do principal lugar de encontro dos poderosos da região. Não apenas as reuniões passaram a ter um caráter mais institucional, com a elevação do arraial à Vila de Santo Antônio do Paraibuna, como a compra de um imóvel para acomodar a realização das mesmas, demonstra o fato de que esse espaço de sociabilidade começou a ganhar novos contornos e, com o tempo, certas regras e etiquetas. Com as eleições e com as reuniões ordinárias e extraordinárias o respeito e o convívio com tendências e posturas políticas divergentes passou a ser algo inevitável.

Em termos desse aspecto agregador, também podemos chamar atenção para estabelecimento de outros grupos ou associações que encontraram espaço nessa sociedade. Uma das primeiras reuniões sociais que se tem notícia na região foram as serenatas realizadas na casa do Comendador Henrique Halfeld nos idos de 1846, antes mesmo da formação da primeira Câmara. Uma carta, relatando o batizado de um dos filhos o Comendador Halfeld, descreveu o rol de compadres que compareceram à festa. Os nomes citados constituíam figuras de presença constante na política local, tendo encabeçado esforço em tornar a vila uma

²⁴² ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL. Processos: 60A20, 38B71, 118A08, 200A03, 20C61, 21B32, 21B24, 07B41, 11B32, 71B13, 315A18, 15C31, 38A17, 35C50,45B25, 38A18, 38A22, 79A05, 01A06, 118A06, 171A12, 45A18, 58A01, 11C58, 310A06, 326A01, 21B17, 24A13, 204A14, 02B41, 68C49, 69B37, 37C20, 72B51, 85B25, 58A11, 332A09.

cidade.²⁴³ Relevantes também foram as que aconteceram na fazenda São Mateus, de propriedade de José Inácio Nogueira da Gama no início da década de 40, congregando nas festas de fim de ano convidados da Corte, além de artistas teatrais.²⁴⁴

Ainda no ano de 1846, encontramos referências sobre uma sociedade para criação de uma *Companhia de Música da Vila de Santo Antônio do Paraibuna*. Entre os nomes fundadores da Companhia de Música podemos citar: José Caetano Rodrigues Horta, José Ribeiro de Rezende, Manoel Dias Tostes, Antônio João do Valle Amado (Barão do Pontal), Ildefonso Cerqueira Leite, Anacleto José Sampaio, Altivo Silvino de Lima e Mello, José Ribeiro de Miranda, Martiniano Peixoto de Miranda, dentre outros. Os mesmos que apareceram na lista compreendendo as várias Câmaras e na listagem sobre as principais famílias que integraram a vereança.

Até mesmo a construção de igrejas na cidade foi motivo de grande comoção. Inúmeras foram as listas para angariar fundos com este propósito. Todas, evidentemente, publicadas no jornal da cidade. Momento sempre adequado para doação de terrenos, essas obras ficaram a cargo de um grupo seletivo. Em 1848 a construção de uma igreja em terras doadas por Manoel Dias Tostes e Antônio Dias Tostes teve como provedor ninguém menos que José Ribeiro de Rezende, além da participação de Anacleto José Sampaio, Josué Antônio de Queiroz, do capelão Joaquim Furtado de Mendonça, do tenente José Caetano Rodrigues Horta, Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho e de Martiniano Peixoto de Miranda, dentre outros.²⁴⁵

A tentativa de realizar alguns melhoramentos na igreja Matriz, na década de 70, garantiu a várias famílias o reconhecimento público de

²⁴³ ESTEVES, A. *op. cit.*, p. 52.

²⁴⁴ CHRISTO, M. *op. cit.*, p. 65.

²⁴⁵ IDEM. p. 53. Todos os nomes citados foram vereadores.

seu engajamento político-social e poder econômico, uma vez que as listas continham o nome e o valor doado em ordem decrescente. A primeira listagem com o objetivo de angariar fundos para compra de *um rico paramento de missas solenes* foi encabeçada novamente por José Ribeiro de Rezende e pelo Conde de Cedofeita. Outros nomes também se destacaram, entre eles: os das esposas dos Doutores João Nogueira Penido e Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro, dos advogados João Ribeiro Mendes, Antero José Lage Barbosa, Marcelino de Assis Tostes e Justino Ferreira Carneiro, do coronel José Caetano Rodrigues Horta, do vigário Tiago Mendes Ribeiro, dos Barões de Santa Helena e de Cataguases. Enfim, estavam presentes na listagem as famílias Halfeld, Ribeiro de Rezende, Monteiro da Silva, Tostes, Lage e Barboza Lage.

²⁴⁶ Uma segunda listagem foi agenciada pelo Barão de Santa Helena, o Tenente coronel José Joaquim Monteiro da Silva. Houve ainda uma presença marcante das famílias Monteiro da Silva, Monteiro de Barros, Horta, Nogueira da Gama, Cerqueira Leite, Valle Amado. O Barão de Santa Helena foi o maior doador com sete mil contos de réis. ²⁴⁷

Outras listas de subscrição também abriram espaço para demonstração de poder econômico e ostentação por parte da elite local. Os nomes que apareceram nas listagens supra citadas novamente se encontraram reunidas, mais uma vez, para angariar dinheiro visando a transferência do cemitério e a compra dos terrenos necessários para a instalação da tão sonhada estação da estrada de ferro D. Pedro II. Para resolver o problema da Estação várias reuniões foram feitas, todas presididas pelo Dr. Avelino Milagres com a ajuda de seus (...) *velhos*

²⁴⁶ Jornal **Pharol**, 10/01/1878 - As quantias doadas variaram de 200\$000 a 1\$200. A soma foi de 2:853\$200.

²⁴⁷ IDEM. 29/08/1878. Nesta listagem as quantias variaram de 7:000\$000, doadas pelo Barão de Santa Helena a 20\$000. O número de participantes é bem menor que na primeira lista mas as doações são bem maiores. O total arrecadado chegou a 33:300\$000. Com certeza o Barão superou em muito os esforços do Coronel José Ribeiro de Rezende.

camaradas Coronel João Evangelista, Caiafa e outros. ²⁴⁸ Além desses, destacou-se a importante e decisiva participação do Barão de São Marcelino, do Major Antônio Caetano de Moraes e Castro, Dr. João Ribeiro Mendes, Dr. Leandro de Castilho, Barão de Santa Mafalda, Domingos Nery Ribeiro, Geraldo Augusto de Rezende e Joaquim José Alvares dos S. Silva. ²⁴⁹

Outro espaço de congregação de grupos de *status* foi a *Sociedade Promotora dos melhoramentos materiais da vila de Santo Antônio do Parahybuna*, em 1855. Neste caso a Sociedade, já mencionada anteriormente, pode ser encarada também como um espaço que serviu para estabelecer diferenças sociais, uma vez que impediu a participação de um elemento novo: o Comendador Mariano Procópio, recém chegado à cidade e apresentando uma postura bastante progressista. Em 1867, compôs-se uma nova sociedade: *Progresso de Juiz de Fora*, com o intuito de construir um teatro que, como já observamos, serviu de ponto de reunião de partidários políticos conservadores e liberais. Uma associação que incluía conselheiros e contava com a aprovação de seu estatuto pelos *notáveis* locais. ²⁵⁰

Em 1886 a grande idéia foi a Exposição Industrial Sul Brasileira. Iniciativa do vereador José Capistrano Barbosa de Alkimin, proporcionava aos participantes a experiência e a vivência da *modernidade*, grande trunfo dessas exposições. Foi uma oportunidade de mostrar para a região o avanço e os empreendimentos realizados pelos grandes nomes que se preocupam em experimentar e mostrar as novidades, concorrendo para um espaço na exposição nacional. Sob o signo da *modernidade* apareceram os nomes do Barão de Santa Helena, do Dr.

²⁴⁸ ESTEVES, A. **op. cit.**, p. 67.

²⁴⁹ IDEM. p. 67 e 68.

²⁵⁰ IBIDEM. p. 65.

Cristóvão Rodrigues de Andrade, Manoel Francisco de Assis, entre outros. 251

Perto do final do Império o que sobressaía no âmbito político era o ressentimento com relação à Coroa sobre a Abolição, tendo em vista que a região era marcadamente agrária e escravista, seja em termos da produção de café ou da cultura de subsistência. Neste contexto, vemos formar-se a propaganda republicana realizada por Silva Jardim. Logo em seguida, realizou-se o primeiro Congresso Republicano na cidade. Entre os membros da comissão encontramos Dr. Fernando Lobo, Dr. Constantino Paleta, Dr. Antero Lage (vereador municipal), Bernardo Mascarenhas (industrial e banqueiro na cidade), Dr. Roberto de Barros, Quintiliano Nery Ribeiro (vereador municipal) e Dr. Ernesto Braga. Em 1889, realizou-se em Juiz de Fora a terceira sessão do Congresso Federal Republicano.

Os espaços de agregação da elite local apresentaram ainda outras formas como, por exemplo, os empreendimentos bancários. As diretorias dos dois primeiros bancos que se estabeleceram no município de Juiz de Fora reuniram nomes já conhecidos politicamente e outros que dispunham de grande destaque seja no ramo industrial, comercial ou de produção cafeeira. Entre os acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., em 1889, encontramos os fazendeiros: Barão de Monte Mário, Barão de Santa Helena, Prudente Augusto de Resende, Francisco Eugênio de Resende, Espiridião R. de Oliveira, José S. Valente Vieira, João Pimentel Barbosa; os comerciantes: Joaquim R. de Oliveira e Francisco Batista de Oliveira; os industriais: Azarias José de Andrade (também médico) e Bento Xavier (também comerciante). 252 No ano anterior, 1888, podemos perceber a presença maciça das famílias

Mascarenhas, Resende, Ferreira Lage, dentre os acionistas da primeira Companhia Mineira de Eletricidade. 253

Em Juiz de Fora, a exemplo do que ocorria na França, havia também um espaço de sociabilidade criado através dos cafés e hotéis. Nesse sentido, podemos citar como exemplo de ponto de encontro dos *notáveis* locais, o Hotel Rio de Janeiro, primor de luxo e sofisticação, que tornou-se o espaço privilegiado de divulgação de novidades políticas e cafeeiras, de *caras famosas de manda-chuvas*. O grande florescimento dos hotéis na cidade refletiu o movimento social da cidade. 254

Um florescimento cultural que refletiu em seu cotidiano e na tênue fronteira que separou liberais e conservadores em termos de ideais políticos. Fronteira fluida se pensarmos nos vários espaços de sociabilidade, nas redes quase infindáveis de parentesco e de amizades que costuravam a sociedade juizforana. Espaços que se complementaram e que ajudaram a montar a malha do poder local, exercido para além da Câmara Municipal e da Guarda Nacional.

Um tecido social de cores que se entremeavam e se misturavam. Um tecido cujos matizes diferentes tornavam-se compreensíveis através do rito e do cerimonial real. Foi por este caminho que percebemos que os relatos acerca das viagens de D. Pedro II à região contidos na *chegada à Juiz de Fora* e na *festa na cidade de Parahybuna* apresentam títulos não apenas marcados por designações no tocante a toponímia. A história cultural, a antropologia interpretativa e a história política nos deram os parâmetros necessários para apreendermos a partir destas designações rixas políticas reveladoras do tipo de o esforço praticado pela elite da cidade na conquista de seu *status* diante da figura

251 IBIDEM. p. 73.

252 PIRES, A. **op. cit.** (1995). In: **Locus**. p. 30. Ver também GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**, p. 85 e 89.

253 Ver OLIVEIRA P. **op. cit.**, p. 27, BASTOS, W. de. L. **Francisco Batista de Oliveira, um pioneiro**.

254 Sobre a popularidade do Hotel Rio de Janeiro ver Jornal **Pharol**, anos 1878, 1881, 1888. Sobre os cafés parisienses ver LEROY, G. “La mondanié littéraire a la Belle-Epoque.” In: **Les Cachiers de L’IHTP**.

imperial. O jogo pelo poder e pelo prestígio empreendido pela elite local e pelo próprio Imperador. A *festa na cidade de Parahybuna* revelou a necessidade de estabelecer limites para o exercício do mando local, de mostrar quem tinha o maior prestígio assim como as várias faces assumidas pelas relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualizar o presente trabalho no âmbito dos estudos políticos, levando-se em consideração suas constantes incursões a história cultural, é um tanto quanto difícil, tendo em vista que só muito recentemente a *nova* história política tem proporcionado uma abertura suficiente para tal. Os anos 90 marcam, na historiografia brasileira, uma produção maior centrada nesses novos objetos de pesquisa. Trabalhos que representam os frutos colhidos a partir de grandes obras produzidas por Norbert Elias, Ernest Kantorowicz e Marc Bloch.

O trabalho aqui apresentado buscou ir além da investigação sobre a elite de Juiz de Fora. Mais do que descobrir seus espaços de sociabilidade, suas tramas familiares dentro da Câmara Municipal ou sua conformação econômica-social, essencialmente, para nós, foi importante trabalhar com uma possibilidade metodológica mais arrojada do que aquela proposta pela história política tradicional.

Trabalhar com o rito e o cerimonial trazendo-os para uma perspectiva política, de certa forma, nos coloca um pouco mais perto do projeto inicial dos *Annales*, cuja pretensão era alcançar uma história que fosse global. Sem pretender uma história global, indubitável ou definitiva esse exercício pode trazer algumas pequenas contribuições para à *nova* história política ao apontar, ao nível local, a importância dos dispositivos simbólicos e dos cerimoniais próprios do Regime Monárquico. E, através desses dispositivos apreender os ritos e as crenças que envolvem as relações de poder que perpassam a sociedade.

Refletir sobre tal possibilidade metodológica, enxergando a política e o poder através do cerimonial, nos permitiu sair dos ritos e cerimoniais de grande gala ocorridos na Corte. Por isso, as viagens

aparecem no trabalho como fio condutor. Através delas podemos olhar para a elite de Juiz de Fora em seus variados momentos, ao longo da segunda metade do século XIX, percebendo pelas mudanças no cerimonial transformações não apenas na elite da região como também no Império e no contexto político que lhe era característico. O cerimonial das viagens constitui, por assim dizer, num aparato que torna possível a presença do Imperador junto a sua corte interiorana, onde o mesmo impõe seu reconhecimento. Através delas é possível ver os vários signos do poder que envolvem não apenas o Monarca mas também a elite de Juiz de Fora e enunciam diferentes critérios de diferenciação, de agregação ou de exclusão.

Finalizando, cumpre-nos reafirmar a importância dos ritos e cerimoniais das viagens imperiais enquanto mais uma expressão de poder do Estado Monárquico brasileiro. Um objeto capaz de complementar algumas lacunas da produção historiográfica uma vez que proporciona, em melhor estilo, a compreensão das tramas existentes no interior da elite assim como sua construção. Um outro ponto a destacar são as relações de poder, características do Império brasileiro, que podem ser colocadas sob outra perspectiva quando avaliadas através do cerimonial e dos ritos das viagens de D. Pedro II a cidade de Juiz de Fora. Através desse cerimonial novas nuances são reveladas e torna-se mais contundente e explícita a função de D. Pedro II como mais um elo da união entre a região e o Império, como a encarnação viva do Poder Moderador perante os súditos e os políticos brasileiros. Enfim, um período histórico tão específico da história do Brasil e da América do Sul, cuja riqueza de símbolos e ritos oferece uma constelação de nobres, títulos, ritos, cerimoniais, luxo e ostentação apresenta uma malha delicada e perigosa de poderes que o historiador pode e deve observar mais de perto através da luneta da pompa.

LISTAGEM DE BARÕES EM MINAS GERAIS

(pela naturalidade) 255

BARÃO DE AIURUOCA - Custódio Ferreira Leite
 BARÃO DE CABO VERDE - Antônio Belfort Arantes
 BARÃO DE CAIRARI - Antônio Manuel Correia de Miranda
 BARÃO DE CAJURU - Militão Honório de Carvalho
 BARÃO DE CAMBUÍ - João Cândido de Melo e Souza
 BARÃO DE CATAGUASES - Manuel de Castro Guimarães
 BARÃO DE CATAS ALTAS - Antônio José Gomes Bastos
 BARÃO DE CONGONHAS DO CAMPO - Lucas Antônio Monteiro de Castro
 BARÃO DE DORES DO GUAXUPÉ - Manuel Joaquim Ribeiro do Vale
 BARÃO DE ITAIPÉ - Carlos Batista de Castro
 BARÃO DE ITAMARANDIBA - Joaquim Vidal Leite Ribeiro
 BARÃO DE JUIZ DE FORA - José Ribeiro de Resende
 BARÃO DE LEOPOLDINA - Manuel José Monteiro de Castro e José de Resende Ribeiro
 BARÃO DE PACHECO - Manuel Pacheco da Silva
 BARÃO DE PARAPEBA - Romualdo José Monteiro de Barros
 BARÃO DE PITANGUI - Marcelino José Ferreira Armond e Honório Augusto José Ferreira Armond
 BARÃO DE PONTAL - Manuel Inácio de Melo e Souza
 BARÃO DE PONTE ALTA - Antônio Eloi Casimiro de Araújo
 BARÃO DO RETIRO - Geraldo Augusto de Resende
 BARÃO DE RIBEIRO FUNDO - Francisco Libânio de Sá Fortes
 BARÃO DO RIO DAS FLORES - José Vieira Machado da Cunha
 BARÃO DO RIO NOVO - José Augusto de Resende
 BARÃO DO RIO POMBA - Antônio Teixeira de Carvalho
 BARÃO DE SABARÁ - Manuel Antônio Pacheco
 BARÃO DE SANTA HELENA - José Joaquim Monteiro da Silva

²⁵⁵ Todos os nobres aqui relacionados foram extraídos do trabalho de RHEINGANTZ, C. *op. cit.*

BARÃO DE SANTA JUSTA - Jacinto Alves Barboza, Francisco Alves Barboza e José Alves da Silveira Barboza
 BARÃO DE SANTA MAFALDA - José Maria de Cerqueira Vale
 BARÃO DE SANTA MARGARIDA - Fernando Vidal Leite Ribeiro
 BARÃO DE SANTA MARIA - Nicolau Neto Carneiro Leão
 BARÃO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO - Pedro de Alcântara de Cerqueira
 BARÃO DE SÃO JOSÉ DEL REI - Eduardo Ernesto Pereira da Silva
 BARÃO DE SÃO MARCELINO - Marcelino de Assis Tostes
 BARÃO DE SÃO TOMÉ - Francisco Gonçalves Pena
 BARÃO DE TRÊS ILHAS - José Bernardino de Barros
 BARÃO DE VASSOURAS - Francisco José Teixeira Leite
 BARONESA DE SANTANA - D. Maria José de Santa Anna
 BARONESA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - D. Inês de Castro Monteiro da Silva
 BARONESA DE SÃO MATEUS - D. Francisca Maria do Vale Nogueira da Gama
 CONDE DE BAEPENDI - Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama
 CONDE DE PANAMACOR
 CONDE DE PRADOS - Camilo Ferreira Aramond
 MARQUÊS DE BAEPENDI - Manuel Jacinto Nogueira da Gama
 MARQUÊS DE VALENÇA - Estevão Ribeiro de Resende
 VISCONDE DE ARANTES - Antônio Belfort Ribeiro Arantes
 VISCONDE DE ARAXÁ - Domiciano Leite Ribeiro
 VISCONDE DE AVELAR RESENDE - Quirino de Avelar Monteiro de Resende
 VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO - Lucas Antônio Monteiro de
 VISCONDE DE IBIRITURUNA - João Batista dos Santos
 VISCONDE DE ITATIAIA - José Caetano Rodrigues Horta
 VISCONDE DE LIMA DUARTE - José Rodrigues de Lima Duarte

VISCONDE DE MONTE MÁRIO - Marcelino de Brito Pereira de Andrade

VISCONDE DE NOGUEIRA DA GAMA - Nicolau Antônio Nogueira

VISCONDE DE OURO PRETO - Afonso Celso de Assis Figueiredo

VISCONDE DE UBERABA - José Cesário de Miranda Ribeiro

VISCONDESSA DE MONTE VERDE - D. Maria Teresa de Souza Fortes

VISCONDESSA DE SANTA JUSTA - D. Bernardina Alves Barboza

ANEXO 02

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - LIVRO DE REGISTRO DE TERRAS. DOCUMENTO: RP 145:fls 2-6

A Fazenda da Fortaleza da Santa Anna pertencente a Dona Maria Jose de Santa Anna, sita na Freguesia e Municipio de Santo Antônio do Parahybuna, compoem-se de Sesmaria e posses que pertencerão ao Tenente Coronel Maximiniano José Pereira de Souza, de terras incostadas a Serra da Babilonia, de meia Sesmaria pouco mais ou menos, que forão compradas a João de Souza Pereira, de hum quarto de terras compradas a Antônio Pereira, que houve da Sesmaria de Maria Dias, e de posse que forão de Izabel de tal, as quaes forão trocadas com José da Costa por igual porção de terras unidas à fazenda na linha divisória com a mesma e com humas posses compradas a Manoel da Costa. Em cima da Serra da Babilonia, e por detrás da Pedra da Fortaleza existem as terras compradas a Antonio Jose Gonçalves constantes de Sesmaria e meia pouco mais ou menos medidas e demarcadas, e posses com agoas vertentes para o Ribeirão do Limoeiro e agoas que vão servir a fazenda de Jose Garcia Monteiro Bretas e agoas vertentes para o Kagado. Sette alqueires e meio pouco mais ou menos comprados a Joaquim Antonio Affonso em vertentes para o Kagado, Ribeirão do Limoeiro: meia Sesmaria em agoas do Ribeirão do Henriques e humas posses e agoas do Kagado, que todas estas

terras reunidas forão havidas de João de Souza Pereira, prefazem tres quartos de Sesmaria poco mais ou menos. A Fazenda composta de todas estas terras reunidas divide pelos lados com Domiciano Alves Garcia, José da Costa, com terras que forão de Antonio Manoel Cassador, com os herdeiros de Maria Dias com Jose Garcia Monteiro de Bretas, com Julião de tal, com Miguel de Paula Rodrigues, com Inocenta de tal, com Pedro Antonio de Medeiros, joaquim Antonio Affonso e Dona Marianna [Souza] Duarte. Santo Antonio do Parahybuna trinta e hum de dezembro de mil oito centos e cincoenta e cinco.

Como Procurador Marianno Procopio Ferreira Lage

As terras que possui a Companhia União e Indústria, comprehendidas neste Municipio de Santo Antonio do Parahybuna, e que passão a ser registradas são as seguintes; por compras feitas a Dona Anna Bernarda de São Jose como herdeira do finado Capitão Mor João Francisco Pimentel em quatro de Abril de mil oito centos e cincoenta e tres = Huma sexta de terras sitas no lugar denominado Caxoeira. Filismino Jose Vieira como tutor de sua netta Guilhermina, herdeira do refferido Capitão Mor João Francisco Pimentel em quatro de Abril de mil oito centos e cincoenta e tres = Huma sexta de terras sitas no lugar denominado Caxoeira. Dona Joanna Claudina de Jesus, como herdeira do mesmo finado Pimentel em quatro de Abril de mil oito centos e cincoenta e tres = Huma sexta de terras sitas no lugar denominado Caxoeira. Ildefonso Cerqueira Leite, como herdeiro do dito Capitão Mor Pimentel em dois de Abril de mil oito centos e cincoenta e tres = Huma sexta de terras sitas no lugar denominado Caxoeira. Nota: As compras que ficão indicadas comprehendem as terras seguintes: desde a Ponte do Ribeirão da Cascata pela estrada antiga (do Parahybuna) em direcção a Villa de Santo Antonio do Parahybuna, athe o valle que divide o pasto com a Caxoeira alem do ditto pasto (cujo vallo he fronteiro ao que forão de Marcellino Antonio Correa, e Severino Dias Tostes) com os fundos correspondentes, cuja

direcção pelo lado da Villa se acha determinada pelo referido vallo aberto até em baixo da Serra no lugar onde desce a agua que sahe do rego feito pelo Engenheiro Fernando Halfeld nas mesmas terras vendidas e se dirige para o lado da mesma Villa. Para o outro lado tambem da parte inferior da Estrada do Parahybuna serve de divisa o mesmo Ribeirão da Cascata athe o Vallo que divide os fundos das terras de Manoel da Costa, cuja o vallo segue na direcção dos fundos dividindo com a Fazenda da Tapera (parte de terras desta Fazenda já se comprou segundo se vê a continuação). Isto qui precede he em relação ao lado de cima da mencionada Estrada e pelo lado de baixo comprehende o rancho a beira do caminho com as terras correspondentes até Estrada Nova divisando com o terreno qui pertenceo a Innocencio da Costa Silva. Dona Miquelina Anna Angélica de Castro e seu marido como possuidores de huma sexta de terra sitas no lado de baixo da Estrada do Parahybuna, em onze de Agosto de mil oito centos e cincoenta e tres = Este terreno divide pela frente com a Estrada Nova do Parahybuna com fundos até a Estrada Nova da Companhia União e Industria, e pelos lados com terras que pertencem a Innocencio da Costa Silva de huma parte e da parte da Villa com terras que pertencerão a Innocencio Alves Porttela. Conselheiro Jose Cesario de Miranda Ribeiro e sua mulher (hoje Visconde e Viscondessa de Uberaba) como senhores e possuidores de huma sexta de terras sitas no lugar denominado Saudade em vinte e hum de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e quatro. Estas terras abrangem toda a testada da Fazenda Monte-Bello até o Rio Parahybuna que as divide pelo lado da dita Fazenda: pelo lado opposto dividem com a Fazenda de Santa Cruz, pelo norte com a Fazenda de Bemfica, e pelo sul com a Fazenda do Ribeirão. Innocencio da Costa Silva e sua mulher como senhores e possuidores de huma sexta de terras sitas no lugar denominado Caxoeira Alta em trinta e hum de Março de mil oito centos e cincoenta e quatro = Esta sexta de terras na qual já existiam alguns edificios quando foi comprada, faz frente do lado de cima no limite com a Estrada do Parahybuna, tendo seus fundos até a Estrada no da

Companhia União e Industria. Por hum lado com terras que forão dos herdeiros do Guarda Mor Pimentel, pelo lado da Villa com o terreno qui pertenceo a Dona Miquelina Anna Angelica da Costa e seu marido. Tanto estas terras outrora de Dona Miquelina como aquellas dos herdeiros do finado Pimentel, pertencem hoje a Companhia União e Industria como já se tem dito. Innocencio Alves Portella, e sua mulher como senhores e possuidores de huma sexta de terras e benfeitorias sitas no lugar denominado Caxoeira em seis de Junho de mil oito centos e cincoenta e quatro = Estas terras com testada e frente do lado de cima para a Estrada do Parahybuna, e fundos até a Estrada Nova da Companhia União e Industria dividem por hum lado com o terreno que foi de Dona Miquelina Anna Angelica de Castro (hoje da Companhia) e pelo lado da Villa com o vallo limitrofe de terras que pertencerão a Marcellino Correa e Severino Dias Tostes. Jose Ribeiro de Miranda como senhor e possuidor de huma sexta de terras pertencentes a Fazenda denominada Tapera, em doze de Setembro de mil oito centos e cincoenta e cinco = Estas terras constão de tres grotas que dividem com terreno que a Companhia União e Industria possui por compra feitas aos herdeiros do finado Pimentel; cujas agoas se reúnem a hum correjo que vem desagoar no Ribeirão da Cascata, por baixo da ultima Caxoeira, antes de entrar no Rio Parahybuna. Justiniano Jose de Andrade e sua mulher como senhores e possuidores de huma sexta de terras sitas no lugar denominando Gratidão na Fazenda do Juiz de Fora do lado de cima da Estrada do Parahybuna, por compra feita ao Capitão Manoel Ribeiro Tostes, cujas terras venderão a Companhia em vinte e sette de Outubro de mil oito centos e cincoenta e cinco = Esta sexta de terras cento e vinte palmos de frente na Estrada do Parahybuna e fundos até completar meia parte de planta de milho, e dividia com terras de Antonio Marcellino Correa e Cezario Jose de Souza e Silva. Silvestre Coelho Santos e sua mulher como senhores e possuidores de huma sexta de terras sitas no lugar denominado Alto da Cruz do lado de cima da Estrada do Parahybuna e havidos por doação que o Guarda Mor Pimentel

fez a mulher do dito Santos = em tres de Dezembro de mil oito centos e cinquenta e cinco. Esta sexta tem cinquenta palmos de frente na Estrada do Parahybuna e fundos correspondentes até completar metade de meia quarta da planta; dividindo por hum lado com terra que forão do Guarda Mor João Francisco Pimentel, e da Companhia por venda que fizerão os herdeiros, e do outro lado com terreno que foi de Antonio Jacinto dos Santos. Pedro Jose Henriques e sua mulher como possuidores de huma sexta de terras sitas no lugar denominado Gratidão do lado de cima da Estrada do Parahybuna, por execução promovida a Antonio Rodrigues dos Santos = em quatorze de Dezembro de mil oito centos e cinquenta e cinco. Esta sexta tem setenta e cinco palmos de frente na Estrada do Parahybuna e divide com terras que forão de Silvestre Coelho dos Santos, e por outro lado com as que forão de Maximiano Jose de Andrade sitas da parte da Villa. Seos fundos vão até o alto do morro. Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld e sua mulher tres partes de terras sitas no alto da Gratidão do lado de cima da Estrada do Parahybuna senhores e possuidores de huma por herança do fallecido Capitão Antonio Dias Tostes e de outra por troca feita com Marcellino Dias Tostes e da outra por troca feita com Jose Antonio Henriques = em trinta de Dezembro de mil oito centos e cinquenta e cinco. Estas tres partes de terras conjuntas dividem pelo lado aquem da Villa com as que a Companhia comprou a Justiniano Jose de Andrade e pelo lado da Villa com o terreno comprado pela mesma [] Empresa a Antonio Dias Tostes cujos tres quinhões com toda a sua largura tem os fundos sempre correspondentes até encontrar a Sesmária de Freitas Bello. Antonio Dias Tostes e sua mulher duas partes de terras sitas no lugar denominado Gratidão do lado superior da Estrada do Parahybuna; senhores e possuidores de huma por herança do fallecido Capitão Antonio Dias Tostes e de outra por compra feita a Cassiano Dias Tostes em cinco Janeiro de mil oito centos e cinquenta e seis. As terras dessas duas partes com a sua correspondente largura chegam somente com fundos até o alto do morro que verte para a

Estrada do Parahybuna e sendo estes aqui interrompidos tomão a partir do alto da Serra com a mesma largura até o fim da Fazenda do Juiz de Fora. Esses quinhões forão outrora pertencentes a Severino Dias Tostes, e divisão pelo lado aquem da Villa com terras vendidas a Companhia pelo Comendador Fernando Halfeld e pelo lado opposto com as que pertencião a Dona Guilhermina Celestina da Natividade. Dona Guilhermina Celestina da Natividade a meação de terras sitas no lugar denominado Gratidão do lado superior da Estrada do Parahybuna da qual era senhora e possuidora por herança de seu fallecido marido Antonio Dias Tostes = em sete de Janeiro de mil oito centos e cinquenta e seis. Os fundos das terras dessa meação, com toda a sua largura, são somente até o alto do morro que verte para a Estrada do Parahybuna, e sendo os fundos aqui interrompidos até o alto da Serra a partir deste ponto com a mesma largura até o fim da Fazenda do Juiz de Fora. As terras comprehendidas na parte dessa meação vendidas forão outrora pertencentes a Severino Dias Tostes e divisão pelo lado aquem da Villa com terras compradas a Antonio Dias Tostes, e pelo lado da Villa com quem pertencer. Estação do Juiz de Fora oito de Janeiro de mil oito centos e cinquenta e seis.

Mariano Procopio Ferreira Lage.

As terras que o abaixo assignado possui neste Municipio de Santo Antonio do Parahybuna, e que passão a ser registradas são as seguintes por compras feitas a Dona Joanna Claudina de Jesus, como herdeira do finado Capitão Mor João Francisco Pimentel em primeiro de Abril de mil oito centos e cinquenta e tres = Huma sorte de terras sitas da parte de baixo da Estrada do Parahybuna no lugar denominado Caxoeira. Esta sorte comprehende o terreno que da Ponte da Cascata segue do lado de baixo da Estrada do Parahybuna até apontar a Estrada Nova da Companhia União e Industria que he a divisa pela frente com fundos até o Rio Parahybuna. Pelo lado do Ribeirão da dita Cascata, divisa com terras pertencentes a Manoel Jose da Costa, e pelo outro lado no rumo que seguia para o Rio Parahybuna com terras que pertencerão a Innocencio da Costa

Silva e sua mulher. Dona Miquelina Anna Angelica de Castro e seu marido, senhores e possuidores de huma datta de terras sitas no lugar denominado Canal, da parte de baixo da Estrada Nova da Companhia União e Industria = em onze de Agosto de mil oito centos e cincoenta e tres. Este terreno que se acha incravado entre terras que possuem Innocencio da Costa Silva. Innocencio Alves Portella, divide pelo lado de cima com a Estrada Nova da Companhia União e Industria e segue com os fundos até o Rio Parahybuna. Innocencio da Costa e Silva e sua mulher como senhores e possuidores de huma sorte de terras sitas no lugar denominado Caxoeira alta do lado de baixo da Estrada Nova da Companhia União e Industria = em trinta de Março de mil oito centos e cincoenta e quatro. Estas terras pelo lado da Villa dividem com as que precedem compradas a Dona Miquelina Anna Angelica de Castro, e pelo lado aquem com as que pretencerão a Dona Joanna Claudina de Jesus. A Estrada Nova da Companhia União e Industria he a sua divisa pela frente seguem em toda sua largura com fundos até o Rio Parahybuna. Innocencio Alves Portella e sua mulher, como senhores e possuidores de huma sorte de terras sitas no lugar denominado Caxoeira do lado de baixo da Estrada Nova da Companhia União e Industria = em seis de Junho de mil oito centos e cincoenta e quatro. Estas terras pelo lado da Villa chegam e divisão com o Vallo limitrofe as que pertencerão a Antonio Marcelino Correa e Severino Dias Tostes, e pelo lado aquem com as compradas a Dona Miquelina Anna Angelica de Castro. A Estrada Nova da Companhia União e Industria he a sua divisa pela frente e seguem em toda a sua largura com fundos até o Rio Parahybuna. Antonio Dias Tostes e sua mulher parte de dois quinhões de terras sitas no lugar denominado Gratidão do lado superior da Estrada do Parahybuna; senhores e possuidores de hum por herança do fallecido Capitão Antonio Dias Tostes, e de outro por compra feita a Cassiano Dias Tostes = em cinco de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e seis. Estas terras são parte dos dittos dois quinhões em toda a sua largura constante das vertentes entre o alto do

morro immediato a Estrada do Parahybuna, e o alto da Serra; dividindo por hum lado, isto he pelo lado aquem da Villa com as vendidas a Companhia União e Industria pelo Comendador Fernando Halfeld e pelo lado da Villa com as vendidas a mesma Companhia por Dona Guilhermina Celestina da Natividade. Dona Guilhermina Celestina da Natividade parte da meação de terras sitas no lugar denominado Gratidão, do lado superior da Estrada do Parahybuna, das quaes essa Senhora e possuidora por herança de seu falecido marido Antonio Dias Tostes, outrora pertencentes a Severino Dias Tostes = em sete de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e seis. Esse terreno he a parte da dita meação em toda a sua largura, constante das vertentes entre o alto do morro immediato a Estrada do Parahybuna, e o alto da Serra, divisando por hum lado, isto he pelo lado aquem da Villa com as terras vendidas a Companhia União e Industria por Antonio Dias Tostes, e pelo lado da Villa a quem pertencer. Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld e sua mulher tres partes de tres quinhões de terras sitas na Fazenda do Juiz de Fora do lado de baixo da Estrada do Parahybuna; senhores e possuidores de huma parte desses quinhões por herança do fallecido Capitão Antonio Dias Tostes, de outra por troca feita com Marcellino Dias Tostes, e da outra por troca tambem feita com Antonio Henriques = Doação feita em dose de Janeiro de mil oito centos e cincoenta e seis. Essas terras conjuntas que são parte dos mencionados tres quinhões tem a sua frente em toda a sua largura (vinte e quatro braças pouco mais ou menos) no lado de baixo da Estrada do Parahybuna e fundos sempre correspondentes até o Rio do mesmo nome atravessando a Estrada Nova da Companhia União e Industria. Pelo lado aquem da Villa e na extensão comprehendida entre as duas Estradas do Parahybuna e Nova da Companhia União e Industria dividem com terras pertencentes a esta Empresa, que forão de Innocencio Alves Portella desde a mencionada Estrada Nova até o Rio Parahybuna com as que tambem pertencerão ao mesmo Portella e hoje doados a sua divisa pello lado da Villa será com

quem haja de pertencer. Estação do Juiz de Fora treze de Janeiro de mil oito centos e cinquenta e seis.

Mariano Procopio Ferreira Lage

ANEXO 03 256

MANUEL DO VALLE AMADO

- sogro de José Ignácio Nogueira da Gama, comprou a Fazenda do Juiz de Fora, com o dote da esposa.
- avô de Nicolau Nogueira da Gama (Barão de Nogueira da Gama), mordomo da Casa imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço. Acompanhou D. Pedro II a Juiz de Fora em 1869.
- avô de Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama (Conde de Baependi).
- sogro de **Pedro Alcântara de Cerqueira Leite**, irmão de **João Marciano de Cerqueira Leite**.
- parente de **José maria Cerqueira Valle** e de **José Calmon Nogueira da Gama**.

ANEXO 04 - Outros parentescos existentes na Câmara Municipal 257

IRMÃOS

- **José de Souza Roussin/João Batista de Souza Roussin**
- **Belisário Nobrega Ayrosa/Theóphilo Nobrega Ayrosa**

PARENTESCO

²⁵⁶ RIBEIRO, A.V.L. **op. cit.**, e CALMON, Pedro. **op. cit.**

²⁵⁷ Ver Jornal **Pharol**, anos de 1876 e 1878.

- **Joaquim de Almeida Póvoas/Josué Antônio de Queiroz** (primos e cunhados)
- **José Caetano Rodrigues Horta/Antônio Caetano Oliveira Horta** (pai/filho)

PARENTESCO COM PESSOAS INFLUENTES FORA DA CÂMARA

- **Luiz Gonçalves Penna/Conselheiro Luiz Antônio Barboza** (neto/avô)
- João Pedro Ribeiro Mendes/**Pe. Tiago Mendes Ribeiro** - vigário da cidade (sobrinho/tio)

ANEXO 05

ADMINISTRAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1853 A 1889) 258

1853-1856

Presidente: Coronel José Ribeiro de Rezende (T/1/2)

Secretário: Tenente Martiniano Peixoto de Miranda (1/2)

Vereadores:

Capitão Francisco de Paula Lima (V/C/1/2)

Comendador Joaquim de Paula Souza (1/2)

Antônio Dias Tostes (T/L/1/2/3)

²⁵⁸ Sobre a listagem dos vereadores ver: ESTEVES, A. **op. cit.** p. 130-131. Sobre os demais dados ver bibliografia já citada sobre genealogia e biografias. Ver também **Pharol**, anos de 1876 e 1878. As letras colocadas a frente de cada nome indicam o clã parental a qual pertence: VA: valle Amado, V: Vidal, T: Tostes. O asterisco indica outros parentescos. Os números: 1- Guarda Nacional; 2- Fazendeiro/lavrador; 3- Capitalista; 4- Negociante; 5- Profissional Liberal (médico, advogado, engenheiro e professor). As letras L e C fazem referência aos partidos Liberal e Conservador, respectivamente.

José Anastácio da Costa Lima (1/2)
 Tenente Domiciano Alves Garcia (T/1/2)
 José Antônio da Silva Pinto (T/2)

Suplentes:

Padre Joaquim Furtado de Mendonça
 Pedro Maria Halfeld (T/5)
 Padre João Marciano de Cerqueira Leite (VA/L)
 Francisco Ribeiro de Assis (V/1/2)
 Tenente Josué Antônio de Queiroz (*C/1/4/5)
 Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho (T/C/1/2)
 Major Ludovino Martins Barboza (T/1/2)

1857-1861

Presidente: Comendador Manoel do Valle Amado (VA/L/1/2)
 Secretário: Tenente Martiniano Peixoto de Miranda (1/2)

Vereadores:

Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld (T/1/2)
 José Caetano de Moraes e Castro (L/5)
 Antônio Caetano de Oliveira Horta (*L/1/2)
 Capitão José Capistrano Barboza (T/1/2)
 Joaquim Cândido Guimarães
 Capitão Dionísio Fortes Bustamante (1/2)
 Feliciano Gomes Pinto Monteiro (V/L)

Suplentes:

Tenente Domiciano Alves Garcia (T/1/2)
 José Ribeiro de Rezende (T/1/2/3)
 Joaquim de Paula Souza (1/2)
 Florencio Antônio da Fonseca
 Major Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho (T/C/1/2)
 Leandro Barboza Teixeira (V/5)
 Dr. João Nogueira Penido (V/L/5)

Dr. Antero José Lage Barboza (V/5)
 Antônio Dias Tostes (T/L/1/2/3)

1861-1864

Presidente: Capitão José Capistrano Barboza (T/1/2)
 Secretário: Tenente Martiniano Peixoto de Miranda (1/2)

Vereadores:

Dr. João Nogueira Penido (V/L/5)
 Dr. Theophilo Nobrega Ayrosa (*5)
 Tenente Domiciano Alves Garcia (T/1/2)
 Capitão José Fernandes de Miranda (T/1/2)
 Major Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho (T/C/1/2)
 Alferes José Joaquim Monteiro da Silva (V/C/1/2)
 Comendador José Antônio Silva Pinto (T/1/2)
 Comendador Francisco de Paula Lima (V/C/1/2)
 Vicente Antônio da Silva Oliveira (1/2)

Suplentes:

Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis (T/1/2)
 Dr. Francisco de Assis Mendes Ferreira (T/5)
 Major Antônio de Macedo Moreira (1/2)
 Domingos Antônio Lage (V/2)
 Francisco de Paula Lima (V/C/1/2)
 Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld (T/1/2)
 Manoel Ferreira da Silva Velloso (C/1/2/4)
 Major José Caetano Rodrigues Horta (*L/1/2)
 Dr. Avelino Rodrigues Milagres (5)

1865-1868

Presidente: Dr. Antero José Lage Barboza (V/5)
 Secretário: Henrique Dias da Silva Braga

Vereadores:

Dr. Marcellino de Assis Tostes (T/L/5)

Conego José de Souza Roussin (*L)
 Francisco Manoel Barboza
 Alferes Altivo Silvino de Lima Mello (T/1/2)
 Dr. Miguel A. Villela (5)
 Tenente Coronel Belisário Nobrega Airosa (*1/2/3)
 Tenente Coronel Francisco de Assis Vieira (1/2)
 Dr. Avelino Milagres (5)

Suplentes:

Vicente Antônio da Silva Oliveira (1/2)
 Ernesto Nogueira Vellasco da Gama (L/5)
 Anacleto José Sampaio
 Dr. Francisco Moreira da Rocha (5)
 Dr. Christovam R. de Andrade (C/4/5)
 Dr. José Calmon Nogueira da Gama (VA/L/2)
 Major Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho (T/C/1/2)
 Francisco de Paula Campos (T/1/4)

1868-1872

Presidente: Dr. Christovam Rodrigues de Andrade (C/4/5)

Secretário: João Gomes Loureiro

Vereadores:

Dr. Avelino Rodrigues Milagres (5)
 Dr. Romualdo C. M. Miranda Ribeiro (V/C/5)
 José Carlos Ferreira Pinto (3)
 Geraldo Augusto de Rezende (T/C/1/2)
 Tenente Coronel Manoel Vidal Barbosa Lage (V/1/2/3)
 Francisco Basílio Duque (T/2/5)
 Dr. Francisco Moreira da Rocha (5)
 José Bernardino de Barros (V/C/1/2)
 Conego José de Souza Roussin (*L)

Suplentes:

Justino Ferreira Carneiro (L/5)
 Manoel de Castro Guimarães (*C/1/2/3)
 Francisco Ribeiro de Assis (V/1/2)
 Dr. João Ribeiro Mendes (*L/5)
 Marcellino de Brito Pereira de Andrade (L/2/3)
 Manoel Ferreira da Silva Velloso (C/1/4)

1873-1876

Presidente: Domingos Nery Ribeiro (V/C/2)

Secretário: João Gomes Loureiro

Vereadores:

Joaquim Fernandes Miranda (T/1/2)
 Ildefonso Justiniano Gonçalves Lage (C/1/2)
 José Manoel Pacheco (1/2)
 Felismino Correia de Mendonça
 Dr. Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro (V/C/5)
 Eduardo Teixeira de Carvalho Hungria (*2)
 Francisco de Paula Campos (T/1/4)
 Major Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho (T/C/1/2)

Suplentes:

Dr. João Ribeiro Mendes (*L/5)
 Manoel Ferreira da Silva Velloso (C/1/2/4)
 Conego José de Souza Silva Roussin (*L)
 Major José Maria Cerqueira Valle (*L/1/2)
 Ignacio da Gama (L/5)
 José C. de Moraes e Castro (L/5)
 José Correa e Castro (L/5)
 Agostinho Correa (L/5)
 Marcellino A. Tostes (T/L/5)
 Justino Ferreira Carneiro (L/5)

1877-1880

Presidente: Dr. Romualdo C. M. Miranda Ribeiro (V/C/5)

Secretário: João Gomes Loureiro

Vereadores:

Dr. Christovam Rodrigues de Andrade (C/5)

Coronel Francisco de Paula Lima (V/C/1/2)

Antônio Amálio Halfeld (V/C/1/5)

Dr. Joaquim de Almeida Povoas (*L/5)

Manoel Ferreira da Silva Velloso (C/1/2/4)

Leandro Barbosa de Castilho (L/5)

Germano Antônio Monteiro da Silva (V/C)

Suplentes:

Dr. João Nogueira Penido (V/L/5)

Marcellino de Brito Pereira de Andrade (L/2/4)

Modesto Camillo Campos (T/L/1/2)

Dr. João Ribeiro Mendes (*L/5)

Desembargador Ferreira Carneiro (L/5)

Dr. Marcellino de Assis Tostes (T/L/5)

Capitão Pedro José Henriques (T/C/1/2)

1881-1884

Presidente: Barão de Santa Helena (*C/1/2)

Secretário: Francisco de Paula Campos (T/1/4)

Vereadores:

Tenente coronel Manoel Vidal Barbosa Lage (V/C/1/2/3)

Francisco Eugenio de Rezende (T/C/2)

Dr. Ambrosio Vieira Braga (L/5)

Pedro Cerqueira Leite (VA/L/2/5)

Barão de Itatiaia (*L/1/2)

Major Bernardo Mariano Halfeld (V/L/1/2)

Dr. João Nogueira Penido (V/L/5)

Tenente Joaquim Fernandes de Miranda (T/1/2)

Suplentes:

Francisco Assis Pinto

Dr. José Ayres do Nascimento (5)

Joaquim Calixto Rodrigues

Manoel José Pereira da Silva (1/2)

1884-1886

Presidente: Tenente Coronel Marcellino B. Pereira de Andrade (L/1/2/3)

Secretário Francisco de Paula Campos (T/1/4)

Vereadores:

Dr. João Baptista de Castro (L/5)

Padre João Baptista de Souza Roussin (L)

Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva (5)

Alferes Manoel José Pereira da Silva (1/2)

Capitão José Capistrano Barboza (T/1/2)

Dr. Quintiliano Nery Ribeiro (V/L/5)

Dr. Antero José Lage Barboza (T/5)

Suplentes:

Dr. Necesio José Tavares (5)

Antônio Mendes Barreto

João Pedro Ribeiro Mendes (*L/5)

1887-1889

Presidente: Joaquim Nogueira Jaguaribe (T)

Secretário: Francisco de Paula Campos (T/1/4)

Vereadores:

Antônio Teixeira de Carvalho (T/2)

Dr. Joaquim Eloy dos Santos Andrade (5)

Capitão Pedro José Henriques (T/C/1/2)

Dr. Ernesto de Almeida Braga (L/5)

Joaquim Ildelfonso M. de Barros (V/C)
Matheus Herculano Monteiro da Silva (V/C)
Tenente Geraldo Augusto de Rezende (T/C/1/2)
Tenente Coronel Bernardo Mariano Halfeld (V/L/1/2)

Suplentes:

Dr. João Severiano da Fonseca Hermes (L/5)
Claudio Lopes
Comendador Francisco Ferreira de Assis Fonseca
Dr. Gabriel Horacio de Barros (V/C/2/5)
Luiz Gonçalves Penna Jr.
Dr. Marcellino de Assis Tostes (T/L/5)
Dr. Francisco Izidoro Barboza Lage (V/C/5)
Dr. João d'Avila (5)

FONTES**JORNAIS**

Jornal do Commércio - 1861
Pharol - 1876, 1878, 1881, 1888
Folha Mineira - 1956

ARQUIVOS**ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA**

SÉRIE 01- Correspondência entre o Conselho de Ministros e a Câmara Municipal (1880-87)
SÉRIE 03- Correspondência de diversos órgãos do Império e a Câmara Municipal (1856-89)
SÉRIE 04- Correspondência entre a diretoria da Estrada de Ferro D. Pedro II e a Câmara Municipal (1872-89)
SÉRIE 06- Correspondência de senadores e deputados enviadas à Câmara Municipal (1864-88)
SÉRIE 07- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a agricultura (1861-89)
SÉRIE 08- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente Assembléia Legislativa (1863-82)
SÉRIE 09- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a assuntos diversos (1854-88)
SÉRIE 11- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente à cultura (1861-87)
SÉRIE 13- Documentos referentes a questão de limites

SÉRIE 15- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a eleições especiais (1853-89)

SÉRIE 18- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a recenciamento e estatística (1860-85)

SÉRIE 23- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a pedidos de informações sobre a cidade (1853-89)

SÉRIE 24- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a juiz de paz, de direito, municipal e de órfãos (1854-88)

SÉRIE 25- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a legislação provincial e posturas (1850-88)

SÉRIE 29- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a obras públicas(1854-87)

SÉRIE 32- Correspondência entre a presidência da Província e a Câmara Municipal referente a comunicados e felicitações (1853-89)

SÉRIE 40- Correspondência de deputados provinciais com a Câmara Municipal (1858-86)

SÉRIE 47- Correspondência da secretaria da presidência da Província referente a agricultura, eleições, juiz de direito, de paz, de órfãos, municipal, leis, sustento de presos e outros assuntos com a Câmara Municipal (1853-89)

SÉRIE 92-Relatórios apresentados: mapas demonstrativos de infrações de posturas (1854-88)

SÉRIE 136- Livro de registro de cópias de correspondências expedidas pela Câmara Municipal (1869-87)

SÉRIE 139- Documentos da comissão de censos (1855-61)

SÉRIE 140- Nomeação de comissões especiais (1855-88)

SÉRIE 140/1- Documentos da comissão da fazenda: diversos (1857-89)

SÉRIE 142- Documentos da comissão de legislação: diversos
(Código de Posturas - 1864-89)

SÉRIE 146- Comissão de subscrição de fundos (1859-84)

SÉRIE 153- Nomeações para cargos municipais diversos
(1853-89)

SÉRIE 160- Indicações diversas (1854-89)

SÉRIE 162- Propostas apresentadas por vereadores (1853-89)

SÉRIE 163- Posturas (1853-89)

SÉRIE 163/1- Código de Posturas (1853-63)

SÉRIE 164- Atas (1857-89)

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA

Anos: 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1873, 1878, 1881, 1884,

1888

ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL - UFJF

315A18	200A03	20C61	21B32
60A15	07B32	11B32	71B13
60A20	15C31	38A17	35C50
38A08	45B25	38A18	38A22
118A08	79A05	01A06	118A06
171A12	45A18	58A01	310A01
21B17	24A13	204A14	02B41
68C49	69B37	37C20	72B51
85B25	58A11	332A09	

MUSEUS

MUSEU IMPERIAL

- Programa do passeio de Suas Majestades Imperiaes e Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe ao Juiz de Fora por ocasião da inauguração da Escola Agrícola União e Indústria. Documento número 7116-m.145

- Diário do Imperador D. Pedro II, de sua viagem a Juiz de Fora - 1861 Documento número 10-57/maço 37

MUSEU MARIANO PROCÓPIO

- LIVROS DE ATAS DE APURAÇÃO DE ELEIÇÕES:

Números: 112/026 - 131/036 - 133/038

Anos: 1856, 1861, 1864, 1868, 1873, 1876,
1881, 1883, 1887

FONTES SECUNDÁRIAS

VIAGEM DE PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA por ocasião de inaugurar-se a estrada da “União & Indústria”. Juiz de Fora : Tipografia Sul, 1919.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Rômulo de. “Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 11, n.22, (mar./ago. 91).

ARANTES, Luiz Antônio Valle. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora 1858/1912**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1991.

BASTOS, Wilson de Lima. **Engenheiro Henrique Halfeld: sua vida, sua obra, sua descendência**. Juiz de Fora : Esdeva, 1975.

_____. **Francisco Batista de Oliveira: um pioneiro**. Juiz de Fora : Paraibuna, 1967.

_____. **Mariano Procópio Ferreira Lage**. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora : Paraibuna, 1991.

BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo R. (org). **A memória da nação**. Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1987.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo : Cia. das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa : Difel, 1989.

BROTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo : s/ed, 1956.

BURKE, Peter. (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo : UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editora, 1994.

CALMON, Pedro. **História de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1985.

CARRARA, Ângelo A. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuismo (1834-1909)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília : EDUNB, 1981.

_____. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro : Vértice/IUPERJ, 1988.

CASTRO, Hebe M. Matos de. **A cor inexistente. Os significados da liberdade no Sudeste escravista**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 1993.

_____. “Trabalho, família e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de Inventários “Post-Mortem””. In: **Estudos da Escravidão**. n.2. Niterói, Cadernos de ICHF, N. 23, UFF, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa : Difel, 1990.

CHRISTO, Maraliz de C. V. (org). **Juiz de Fora: história e pesquisa**. Juiz de Fora : UFJF-DHIS, 1990.

- _____. “**A Europa dos pobres**”: a Belle- Epoque mineira. Juiz de Fora : Edufjf, 1994.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo, Liv. Ed. de Ciências Humanas Ltda., 1979.
- ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Lisboa : Editorial Estampa, 1986.
- ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915**. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1915.
- FALCON, Francisco. “História e poder.” In: CARDOSO, C., VAINFAS, R. (org). **Domínios da História**. Rio : Campus, no prelo.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano Colonial (Sudeste, século XVIII)**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 1994.
- _____. “Escravidão e relações familiares no Rio de Janeiro - Período Colonial”. In: **Estudos da Escravidão**. n.2, Niterói, Cadernos do ICHF, n. 23, UFF, 1990.
- _____. “Fortuna e família no Bananal”. In: CASTRO, Hebe M. Matos de. & SCHNOOR, Eduardo (org). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995.
- FERREIRA, Marieta M. “A nova “Velha História”: o retorno da História Política”. **Revista de Estudos História**. Rio de Janeiro : CEPDOC/FGV, N.10, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Graal, 1990.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1987.
- GEERTZ, C. **Negara**. O Estado teatro no século XIX. Lisboa : Difel, 1991.
- GENOVEZ, Patrícia Falco, GOODWIN Jr., James William, RODRIGUES, Luiz Antônio, SOUZA, Sonia Maria de. “O plantel escravista no inventário do Barão de São João Nepomuceno”. In: BESSA, Pedro P. (org). **Integração Latino-Americana**. Juiz de Fora, UFJF;Belo Horizonte, FAPEMIG, 1993.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. “Mandonismo político e poderio econômico: a representatividade política em Juiz de Fora no século XIX”. In: **Anais do IX Encontro da ANPUH/MG**. Juiz de Fora, UFJF, CNPq/FAPEMIG, 1994.
- _____. “Mandonismo político e poderio econômico: uma análise das elites de Juiz de Fora (1853-1889)”. In: MONTEIRO, Roberto (org). **Principia: caminhos da iniciação científica**. Juiz de Fora : EDUFJF/QUIRAL Química do Brasil, 1994.
- KANTOROWICZ, Ernest H. **The king’s two bodies. A study in medieval political theology**. 6a. ed, Princeton, 1981.
- KUSNESOFF, Elizabeth A. **Household economy and urban development: São Paulo. 1765 to 1836**. USA, Westview Press, Deplain Latin American Studies, number 18, 1986.

- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org). **História**. Novas abordagens. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro : Forense, 1948.
- LEROY, Gerald. “La mondanité littéraire a la Belle-Epoque”. In: **Les Cahiers de L’IHTP**. N. 20, Paris, mars, 1992.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. (do Caminho Novo à Proclamação da República). Juiz de Fora : UFJF/FUNALFA, 1985.
- LEWIN, Linda. **Politics and parentela in Paraíba**. Princeton, Prenceton University Press, 1987.
- LIMA Jr, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1978.
- LYRA, Heitor. **História de D. Pedro II (1825-1891)**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1977.
- MAIA, Ricardo Arreguy. **Jogo dos compadres**. A política partidária na Província de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1991.
- MATTOS, Ilmar H. de. **O tempo saquarema**. São Paulo : HUCITEC, 1987.
- MATTOSO, Kátia M. de Oliveira. **Bahia século XIX. Uma província no Império**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue. Uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial**. São Paulo : Cia. das Letras, 1989.
- MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questões urbanas na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990.
- NEDELL, J. **Belle Époque tropical**. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo : Cia. das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1991.
- _____. “Mercado interno e agroexportação”. In: **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora : NHR/EDUFJF, 1995.
- OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2 ed, Juiz de Fora : Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966.
- PEDROSA, M. X. V. “Zona silenciosa da historiografia mineira: a Zona da Mata Mineira”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 9(257), out-dez.
- PIRES, Anderson J. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.
- PROCÓPIO FILHO, **Salvo erro ou omissão, gente juiz-forana**. Juiz de Fora : (edição do autor), 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo : Alfa-Omega, 1976.

RHEINGANTZ, C. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960.

RIBEIRO, A. V. L. **Família Vidal Leite Ribeiro**. Rio de Janeiro : Editora Sul América, 1960.

RIBEIRO, Cláudia M. **Diferentes atores em papéis diversos**; a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora, 1983-1988. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1990.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder**. Cerimônia e imagem do Estado Monárquico no Brasil. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1995.

RYAN, Mary. “A parada norte-americana: representação da ordem social no século XIX”. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974.

SILVA, José Bonifácio de A. **Os Penidos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora : Cia. Dias Cardoso, 1945.

SLENES, Robert. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava”. In: **Estudos Econômicos**. 17:2 (maio/agosto), 1987.

_____. “Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XIX”. In: **Escravidão. Revista Brasileira de História**. São Paulo : ANPUH/Marco Zero, vol 8, n. 16, 1988.

_____. **Na senzala uma flor**. Texto apresentado no V Encontro Regional de História da ANPUH, 1992.

SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais**: a diversificação produtiva na economia cafeeira - o caso de Juiz de Fora (1870-1900). Monografia de Bacharelado, Juiz de Fora, UFJF, 1995.

STONE, Lawrence. Prosopography. In: **Daedalus**. Winter, 1971, Historical Studies Today.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro : Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. 7 ed., Belo Horizonte : Itatiaia, 1987.

A obra

As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX

da autoria de

Patrícia Falco Genovez

publicada pela **CLIOEDEL** - Clio Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:

tamanho do papel: A4,

orientação: paisagem,

margens superior e inferior: 1,5 cm

margens esquerda e direita: 1,5cm

medianiz: 0 cm,

distancias do cabeçalho

e rodapé em relação à

borda do papel: 1,25 cm.

O texto foi digitado em

Word para Windows, versão RTF

com fonte Times New Roman 12,

espaço 1 e recuo de parágrafo de 1,25 cm.

As notas de roda-pé, com mesma fonte, mas tamanho 10.

E as transcrições de mais de 3 linhas

em itálico e com recuo de 2 cm à

esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos desta edição são propriedade do autor. Esta obra pode ser obtida gratuitamente através da **Biblioteca Virtual de História do Brasil** <<http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e em sua estrutura eletrônica.